Entrevista
Para Abdenur, Justiça foi imparcial, mas condenação de Trump pode fortalecer imagem que quer construir A18



INÊS 249

Conflito com Hamas
Israel aceita termos gerais de proposta de Biden para encerrar guerra, diz assessor de Netanyahu A15



Judiciário
Ministra Cármen Lúcia assume o Tribunal Superior Eleitoral e comandará o pleito deste ano A14

Sábado, domingo e segunda-feira, 1, 2 e 3 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6013 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Ritmo do PIB mudou nos anos mais recentes

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Medidas adotadas pelo poder público podem ter influenciado a concentração da maior parte do consumo das famílias e do PIB do Brasil no 1º semestre, com um fim de ano mais fraco do que a média histórica recente. Para especialistas, ajustes salariais, antecipações de 13º e liberações de FGTS podem ter contribuído para a tendência atual. O padrão do crescimento entre 2012 e 2019 mostra que, no 1º trimestre, o ritmo da atividade era mais lento, entre -3% e estabilidade. O desempenho médio naquele período foi de contração de 1,8% em relação ao trimestre anterior. Mas, nos últimos anos, o roteiro mudou. Em 2022, o PIB do 1º trimestre caiu 0,5%, sempre na série sem ajuste sazonal. Em 2023, teve alta de 1%, acima da máxima observada entre 2012 e 2019. Para 2024, é esperada elevação de 1,4% (0,7% com ajuste). **Página A4**

Após nove anos em queda, ensino superior presencial volta a crescer

Educação Volume de calouros na modalidade subiu até 17% e valor da mensalidade teve alta; curso on-line, por sua vez, reduziu ritmo da expansão

Beth Koike
De São Paulo

Em desaceleração desde 2015, o mercado de cursos de ensino superior presencial voltou a crescer de forma mais consistente neste início de ano, principal período de matrícula para as escolas. O volume de calouros inscritos na modalidade expandiu até 17%. Além disso, o valor das mensalidades subiu após nove anos em queda e, em alguns grupos de capital aberto, como Kroton, Cruzeiro do Sul e Ser Educacional, a base total de matrículas — calouros e veteranos — também aumentou no 1º trimestre.

Os cursos a distância, por sua vez, diminuíram o ritmo de crescimento. No processo seletivo deste ano, Ânima, Yduqs e Ser tiveram queda nas matrículas de novos alunos. Levantamento com cerca de 70 mantenedoras de faculdades do Semesp, sindicato do setor, mostra que a quantidade de calouros subiu, em média, 17% no ensino a distância e presencial. Nos vestibulares anteriores, a demanda pelo on-line era bem maior. Há, ainda, uma guerra de preços: o valor médio das mensalidades nos cursos a distância está em R$ 210, recuo de 14% sobre 2023, segundo a consultoria Hoper. Já o valor médio do presencial teve ligeira alta, passou de R$ 784 para R$ 786.

"É um aumento ainda pequeno, porém, o mais relevante é que a trajetória de queda que vinha desde 2015 mudou. Esse dado mostra que os alunos não vieram atraídos por desconto [comum nas primeiras mensalidades] e, com isso, a evasão tende a ser menor", diz Paulo Presse, da Hoper. O crescimento no presencial, entretanto, não é generalizado, com demanda maior por graduações na área de saúde.

"Percebemos maior procura em janeiro e fevereiro, quando houve também uma maior demanda no varejo e economia", afirma Roberto Valério, presidente da Kroton. Para Presse, sem solavancos na economia, a tendência é que menos alunos desistam dos cursos, haja calouros e, com isso, a base de estudantes na graduação presencial volte a crescer a partir de 2025. As evasões ainda podem afetar a ampliação da base total deste ano. **Página B5**

SILVIA COSTANTI/VALOR



Para Johannpeter, além das ações emergenciais e pesados investimentos para restabelecer a infraestrutura básica, é preciso um olhar para o futuro

'É preciso reconstruir o RS em outras bases'



Stella Fontes e Helena Benfica
De São Paulo

O empresário gaúcho André Bier Gerdau Johannpeter monitora continuamente as condições climáticas e os esforços para reconstrução do Rio Grande Sul, berço do grupo siderúrgico fundado por seu tataravô. Vice-presidente do conselho de administração do grupo, ele considera que, além das ações emergenciais e pesados investimentos para restabelecer o quanto antes a infraestrutura básica, é preciso um olhar para o futuro. "Talvez o Estado possa ser um 'case' de como recomeçar e, ao mesmo tempo, conscientizar o mundo de que as mudanças climáticas estão aí", disse.

O empresário defende a estruturação de um plano eficiente e sustentável de reconstrução, sobretudo porque eventos climáticos extremos tendem a se tornar cada vez mais frequentes. "Se construirmos tudo nos mesmos lugares, do mesmo jeito, provavelmente, na próxima chuva, podemos ter de novo uma catástrofe."

Johannpeter cita referências da Holanda, como o programa pós-inundações causadas pelos rios Reno e Meuse, em 1995, e de Nova Orleans, nos EUA, após o furacão Katrina, em 2005. **Página B4**

Oscar da publicidade



GABRIEL REIS/VALOR

No Cannes Lions, considerado o Oscar da publicidade, comprovar que uma campanha nasceu para as redes sociais é um dos requisitos da categoria Social & Influencer, na qual o Brasil costuma se destacar. "O desafio é não cair na mesmice", diz Lui Lima, da Talent, que será jurado neste ano. Página B9

México, Índia e África do Sul elegem seus governantes

Agências internacionais

Em ano repleto de eleições para governo em todo o mundo, a semana foi marcada pelas conclusões de pleitos importantes. Ontem, os mexicanos elegeram a 1ª mulher presidente da história, segundo pesquisas de boca de urna. A esquerdista Claudia Sheinbaum superou sua principal adversária, Xóchitl Gálvez. Em uma eleição violenta, duas pessoas foram assassinadas em centros de votação. O resultado oficial sai no dia 5.

No domingo também foram divulgados os números das urnas na África do Sul. O CNA, partido de Nelson Mandela, obteve 40,1% do eleitorado, abaixo da maioria, o que vai exigir uma coalizão para governar. Na Índia, o primeiro-ministro Narendra Modi deve conseguir o 3º mandato. As pesquisas mostraram que sua legenda conquistará mais assentos do que os necessários para ter a maioria no parlamento indiano. Os resultados serão divulgados amanhã. **Página A15**

Acompanhe a cobertura em valor.com.br

Destaques

Verde e amarelo na Parada LGBT+
A 28ª Parada do Orgulho LGBT+, ontem na capital paulista, foi marcada pela forte presença da bandeira do Brasil e de pessoas de verde e amarelo. Os pré-candidatos à prefeitura Guilherme Boulos (Psol) e Tabata Amaral (PSB) participaram do evento. **A12**

Brasil condena atentado no Líbano
O governo federal condenou o bombardeio no Líbano que feriu a brasileira Fatima Boustani e dois de seus quatro filhos no sábado, informou o Ministério das Relações Exteriores. A pasta relacionou o ataque ao conflito entre Israel e o Hizbollah. **A2**

Maior bancarização com o Pix
Os custos de implementação do Pix até 2021 foram de R$ 13,6 milhões. Já em 2024, a previsão é de R$ 25,3 milhões para custeio e R$ 43,1 milhões para investimento. Por outro lado, levou a maior bancarização e eficiência. **C3**

Preço do trigo dispara em maio
Problemas climáticos geraram dúvidas sobre a oferta de trigo, o que fez os preços dispararem em maio. Na bolsa de Chicago, o valor médio dos contratos de segunda posição de entrega subiu 16,2%, para US$ 6,7565 o bushel, segundo o **Valor Data**. **B10**

Novo Código Civil impacta contratos

Adriana Aguiar
De São Paulo

O projeto que pretende alterar o Código Civil traz novidades que impactam os contratos empresariais. Uma regulamentação mais clara sobre a divisão de ativos na saída de sócios de sociedades limitadas é destacada por especialistas entre os pontos positivos — eliminando a judicialização. A previsão de anulação de cláusula contratual que violar a chamada "função social do contrato", por outro lado, é o aspecto mais crítico do anteprojeto de lei, segundo advogados. Esse dispositivo busca proteger a dignidade da pessoa humana e priorizar o interesse público sobre o privado. No entanto, para Paulo Doron, da FGV, o conceito de função social do contrato é muito vago e não existe em nenhum outro país, "o que traz insegurança". **Página E1**

Como cobrir os prejuízos incorridos pelas enchentes
Jairo Saddi A17

Banco Central precisa repensar comunicação sobre os juros
Alex Ribeiro A2

Indicadores

Ibovespa	31/mai/24	-0,50 %	R$ 33,7 bi
Selic (meta)	31/mai/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	31/mai/24		10,46% ao ano
Dólar comercial (BC)	31/mai/24		5,2410/5,2416
Dólar comercial (mercado)	31/mai/24		5,2486/5,2492
Dólar turismo (mercado)	31/mai/24		5,2736/5,4536
Euro comercial (BC)	31/mai/24		5,6844/5,6856
Euro comercial (mercado)	31/mai/24		5,6953/5,6959
Euro turismo (mercado)	31/mai/24		5,7530/5,9330



INÊS 249

BC precisa repensar sua comunicação sobre o juro



Alex Ribeiro

A pior notícia que o Banco Central teve nos últimos meses foi a alta das expectativas de inflação de 2026, de 3,5% para 3,58%, depois de 46 semanas de estabilidade. Este é um horizonte de tempo muito distante para ser afetado pelas decisões que estão sendo tomadas agora sobre a taxa Selic, e até lá se presume que todos os choques que pressionam a inflação podem se dissipar sozinhos ou com a ajuda da política monetária. Trata-se, portanto, de um questionamento frontal dos especialistas de mercado financeiro à credibilidade da política monetária.

A maior parte da responsabilidade se deve ao voto dissidente de todos os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) indicados pelo presidente Lula em favor de uma baixa mais forte de juros. Mas falhas na comunicação de política monetária do colegiado também pioraram as coisas. Algumas delas não são, exatamente, novas. Será preciso debatê-las para corrigi-las.

Em 17 de abril, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mudou a comunicação do Copom, em um evento da XP Investimento dentro da agenda do encontro de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI). A mudança tinha justificativas: a inflação nos Estados Unidos se mostrava mais resistente, e o mercado passou a precificar o adiamento do corte de juros; no Brasil, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) adotou uma trajetória de consolidação fiscal mais frouxa.

Até então, o Copom havia sinalizado um corte de 0,5 ponto percentual para a sua reunião de maio, e essa era a aposta predominante nas opções negociadas na B3. Depois da fala de Campos Neto, a aposta em corte de 0,25 ponto passou a ser preponderante.

Quando Campos Neto falou, a interpretação mais comum dos especialistas do mercado foi que ele transmitia uma visão única do colegiado. O presidente do BC tinha ao seu lado o diretor de Assuntos Internacionais, Paulo Picchetti, um respeitado acadêmico indicado pelo governo Lula.

Mais tarde, tomou-se conhecimento de que não era bem assim. Integrantes do mercado financeiro capturaram os primeiros sinais da falta de articulação do BC em torno da nova comunicação, em reuniões fechadas com dirigentes da instituição. Aqui já há um problema: palestras como essa, que podem modificar a precificação de mercado, deveriam ser sempre públicas. O BC fez um grande esforço para dar transparência aos pronunciamentos de seus membros, que costumam ser abertos à imprensa, mas essas reuniões dos encontros do FMI seguem como um clube fechado. Costumam dar problemas: em outubro de 2023, em Marrakech, uma fala de Campos Neto foi interpretada de forma equivocada e causou ruídos.

Em 15 de maio, Galípolo foi questionado num evento público, o Summit Valor Econômico Brazil-USA, se havia sido consultado — e confirmou que não. Ele procurou contemporizar: disse que Campos Neto tinha direito a emitir opiniões e que ele mesmo não consultava o presidente do BC nas suas falas.

Difícil concordar com isso. O voto de Campos Neto vale como os demais dentro do Copom, mas ele é o porta-voz do colegiado. A regra do silêncio do Copom, por exemplo, diz que é o presidente do BC quem deve falar em público, representando o colegiado, quando há fato novo que exige mudanças na sinalização de política monetária.

Hoje, aos olhos do mercado, há dois presidentes do BC. Um deles é Campos Neto, que fica no cargo até 31 de dezembro deste ano. Outro é Galípolo, que é tido como o mais forte candidato a suceder Campos Neto. Galípolo pode até não vir a chefiar o BC, mas não importa: para efeitos práticos, o mercado reage a seus votos e pronunciamentos como se de fato ele fosse sentar na cadeira.

Os integrantes do Copom deveriam deixar bem claro, a cada pronunciamento, se estão emitindo a própria opinião ou se estão expressando uma visão do colegiado como um todo. Nos períodos mais delicados, quando há mudanças na comunicação, a prática deveria ser ler um texto previamente preparado pelo comitê.

Outra parte importante dos ruídos de comunicação foi causada pelo hiato que existe entre a divulgação do comunicado do Copom, na noite de uma quarta-feira, e a da ata da reunião, na manhã da terça-feira seguinte. O comunicado é mais curto, e não cabem todas as explicações. O mercado passa três pregões no escuro sobre o que realmente o comitê decidiu na reunião.

Os principais bancos centrais procuram eliminar, de cara, essa incerteza. Nos Estados Unidos e na zona do euro, os presidentes dos BCs concedem uma entrevista coletiva pouco depois de o comunicado sair.

Um dos problemas é uma prática, adotada na gestão Campos Neto, de colocar no comunicado apenas os pontos consensuais. Isso significa que ninguém sabe ao certo por que os membros dissidentes do Copom votaram como votaram. Em maio, a ala minoritária discordou apenas de rasgar a sinalização de corte de 0,5 ponto, segundo eles explicaram mais tarde. Havia uma concordância sobre o diagnóstico do cenário inflacionário, que piorou, e sobre o remédio, mais juros. Em agosto do ano passado, ocorreu algo muito semelhante.

Essas duas reuniões mostraram que o placar das votações do Copom pode ter efeitos tão importantes no mercado quanto a decisão em si. O Copom poderia dedicar uma ou duas linhas de seus comunicados para os dissidentes explicarem as suas razões. Não vai aliviar nada se o mercado achar que as razões não foram boas, mas pelo menos se elimina uma fonte de incerteza.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Relações externas Pasta cita ataques de Israel à região alvo de bombardeio que deixou brasileira em estado grave

Ação fere 3 brasileiros no Líbano, e Itamaraty reage

Fernando Exman
De Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva condenou neste domingo (2) o bombardeio no Líbano que feriu a brasileira Fatima Boustani, 30 anos, e dois de seus quatro filhos no sábado (1º), informou o Ministério das Relações Exteriores por meio de nota. A pasta relacionou o ataque ao conflito entre Israel e o Hizbollah.

O Itamaraty também exortou as partes à contenção máxima, assim como ao respeito aos direitos humanos e ao direito humanitário, de forma a se prevenir o alastramento do conflito em Gaza e evitar novas vítimas civis inocentes.

"O governo brasileiro manifesta sua indignação e condena o bombardeio de ontem [anteontem] em Saddikine, no sul do Líbano, que resultou em ferimentos em três cidadãos brasileiros. Todos estão recebendo tratamento no Hospital Libanês Italiano, em Tiro", afirmou o ministério na nota. "A Embaixada do Brasil em Beirute está em contato com os familiares e com a equipe médica e presta o apoio consular."

Segundo a nota do Itamaraty, a embaixada em Beirute monitora e mantém contato regular com os brasileiros residentes no sul do Líbano desde o início do conflito na Faixa de Gaza, que aumentou a tensão no Oriente Médio e resultou em ataques recíprocos entre Israel e outros países da região.

Após os bombardeios que deixaram Fatima Boustani e dois de seus quatro filhos feridos no Líbano, familiares das vítimas estão pedindo às autoridades brasileiras que transfira com urgência Mariam, de 7 anos e Wajih, de 12 anos, para uma área segura. Atualmente, os dois estão na casa de familiares no interior do Líbano, região próxima a Israel onde os ataques estão concentrados.

Fátima está em estado grave na UTI, com sangramentos na cabeça e no pulmão. Seus outros dois filhos, Ali, de 7 anos, e Zahraa, de 10, estão internados com ferimentos por diversas partes do corpo.

"A mãe está entre a vida e a morte. As crianças estão perdidas, não sabem com quem falar, sem a mãe e sem o pai. Elas estão em região de muito ataque. Estamos pedindo socorro para trazer pelo menos essas crianças para Beirute", contou Hussein Ezzddein, primo do casal e que mora no Brasil.

Fátima e seus dois filhos aguardam autorização médica para a transferência, segundo Ezzddein. "Estamos conversando com a embaixada e esperando a melhora da Fátima. O médico pediu mais 24h para ver a evolução da situação para ver se conseguimos a transferência para Beirute. Sobre as outras crianças, a embaixada ainda não nos deu retorno."

Zahraa chegou a ver a mãe desacordada enquanto era socorrida e estava em estado de choque, sem conseguir falar. Ela precisou passar por duas cirurgias na perna para estancar um sangramento e está acordada no hospital. Ali teve ferimentos leves nas pernas, cabeça e mãos nas hora da explosão e está na enfermaria do hospital.

O pai das crianças, Ahmad Aidibi, que é libanês, está em São Paulo, em estado de choque, segundo o primo. Ele relata que Aidibi não tem dormido, comido, tendo ataques de pânico. "Não dorme, não come, está depressivo. Ele só fala que quer os filhos e a esposa. Já pedi ajuda psicológica."

Ele retornou ao Brasil há três semanas, depois de visitar a família no Líbano. A família conseguiu a nacionalidade brasileira há poucos meses. O plano era que todos retornassem ao país. Fatima morou alguns anos no Brasil e também possui família brasileira. O casal e os quatro filhos moram na cidade de Saddikine, a cerca de 100 km de Beirute. No momento do ataque, as outras crianças tinham saído para a casa dos avós. *(Com agências de notícias)*

Hospedagem para COP de Belém está 'bem encaminhada', garante governo

Murillo Camarotto
De Brasília

Principal desafio de Belém para a realização da COP30, a expansão de 150% na oferta de hospedagem na cidade está "bem encaminhada". Quem diz é o jornalista Valter Correia, escolhido para comandar a Secretaria Extraordinária para a COP30, que desde abril funciona dentro da estrutura da Casa Civil. A capital paraense tem pouco menos de 18 meses para levar a 50 mil o número de leitos disponíveis, hoje aproximadamente em 20 mil.

A estratégia para atingir a meta é ampla e diversificada. A maior parte da oferta adicional é temporária, ou seja, será desmobilizada após o evento, marcado para 10 a 21 de novembro de 2025. Uma das principais apostas está nas hospedagens flutuantes, que poderão incrementar cerca de 8 mil quartos das categorias A e B (mais sofisticadas), segundo as estimativas da organização.

Correia projeta até 6 mil leitos disponíveis em grandes navios de cruzeiro. O restante poderá ser ofertado em embarcações "de expedição" — menores e ainda mais confortáveis, com cerca de cem cabines e um tripulante por passageiro, em média. Estas são algumas das alternativas que estão sendo consideradas para as delegações de outros países que vão participar das discussões no âmbito da conferência. A proposta será enviada à ONU.

Mais 1 mil leitos deverão funcionar em instalações modulares que serão montadas para a conferência e depois reconfiguradas para receber órgãos da administração pública estadual. Essas construções, de acordo com o secretário extraordinário da COP30, devem ser financiadas pelo governo do Pará. "O que hoje seria um quarto depois vira um escritório."

Também faz parte do planejamento a disponibilização de tendas climatizadas. Essas instalações seriam direcionadas aos visitantes mais jovens e que buscam acomodações mais econômicas e coletivas. "São barracões que, quando climatizados, ficam um negócio bacana. Estamos olhando para todos os públicos."

Acomodações em alojamentos militares são outra alternativa de perfil mais econômico em estudo pela organização. O restante da demanda, de acordo com o planejamento, deve ser atendido pelas plataformas de locação de imóveis privados, que já operam em larga escala na cidade em eventos como o Círio de Nazaré — que costuma reunir mais de 1 milhão de pessoas nas ruas de Belém.

A rede hoteleira fixa deve receber um incremento menor, em torno de 800 leitos, segundo as projeções. Alguns novos hotéis serão construídos e outros, ampliados, possivelmente com financiamento de algum programa especial do governo federal.

Até agora, foram anunciados R$ 3,35 bilhões em recursos federais para a organização da COP30, sendo R$ 2 bilhões em financiamentos do BNDES e R$ 1,35 bilhão por meio de um convênio entre governo e prefeitura com Itaipu Binacional. Trata-se do maior aporte financeiro da usina fora da sua área de abrangência, que compreende cidades do Paraná e Mato Grosso do Sul. O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), prevê que serão necessários cerca de R$ 5 bilhões em investimentos em Belém.

Também está previsto o plano de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a dragagem de aproximadamente 6,5 milhões de metros cúbicos da orla de Belém, necessária para garantir que os grandes navios de cruzeiro possam atracar na cidade.

WENDERSON ARAUJO/VALOR



"Não é um fórum social, é um evento da ONU, que precisa ser respeitado o espaço"
Valter Correia

Antes de assumir a organização da COP, Correia ocupava a diretoria-geral da Dataprev, estatal responsável pela gestão da base de dados sociais do Brasil. Apesar da formação em jornalismo, o secretário ocupou cargos de gestão em várias administrações petistas, com passagens pelos ministérios do Planejamento e do Trabalho e pelas prefeituras de São Paulo e São Bernardo do Campo.

Sua função na COP se restringe a questões operacionais e de infraestrutura, sem qualquer participação sobre o caráter programático dos debates.

Uma das questões de infraestrutura é a adequação da base aérea de Belém, para que a pista pouso suporte aviões de maior porte, especialmente aqueles que trazem chefes de Estado. São esperados mais de uma centena de chefes de Estado para a cúpula, que acontece dias antes do início da COP30.

Nesse sentido, a segurança das autoridades também está no radar de atribuições de Correia. A organização considera a possibilidade de manifestações de movimentos sociais, que também deverão respeitar alguns limites espaciais. "Lá não é um fórum social, é um evento da ONU, que precisa ser respeitado o espaço e isso vai ser discutido com delegações", pontuou.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição



Avanço do 5G no Brasil depende de parceria entre setores público e privado

Para representantes de empresas e autoridades, expansão da quinta geração das redes móveis ainda precisa de incentivos regulatórios e de mais investimentos

Atualmente com mais de 20 milhões de usuários no Brasil, a tecnologia 5G ainda tem um bom caminho a percorrer até sua universalização no país. Mas passos importantes vêm sendo dados nessa direção. Com dois anos de operação, o 5G já está em mais de 490 cidades, indo além das metas fixadas no edital. No último dia 27 de maio, mais um passo no avanço da nova tecnologia: a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) liberou o licenciamento e ativação da quinta geração das redes móveis em mais 236 municípios brasileiros para as operadoras que adquiriram lotes na faixa de 3,5 GHz. Com isso, 4.134 cidades já estão autorizadas a receber o 5G.



Da esquerda para a direita: o mediador e jornalista Ascânio Seleme, no primeiro painel, formado pelo ministro Juscelino Filho; Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis; e Rodrigo Pastl, da CNI

© FOTOS: MARCO SOBRAL/GLAB

"Esse é o lado social. Ao mesmo tempo, temos que atuar com políticas públicas em parceria com a iniciativa privada para expandir as redes no setor produtivo. Vamos avançar nos próximos anos. Vamos antecipar, no que for possível, o cronograma de expansão", disse o ministro de Estado das Comunicações, Juscelino Filho, em fala de abertura do seminário "Os Avanços e Desafios do 5G". Promovido pela Editora Globo, em parceria com a Conexis Brasil Digital, Huawei, Brisanet e Surf, o evento reuniu executivos das principais empresas e instituições do setor.

O ministro destacou a relevância do 5G nos diversos segmentos econômicos e sociais. Na indústria, abre portas para novas oportunidades, oferecendo conectividade de alta velocidade e baixa latência; na agroindústria, permite ganhos na produtividade, com redução de desperdício na irrigação e precisão no plantio e na colheita; e para a sociedade, possibilita melhor atendimento em saúde e educação.

BOAS PERSPECTIVAS

Tais efeitos levaram o governo a prever investimentos de cerca de R$ 28 bilhões, no novo PAC, em políticas de inclusão digital e conectividade, com foco na expansão da rede 5G nos 5.570 municípios brasileiros. Boa parte disso com recursos do leilão 5G, de caráter não arrecadatório, e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que passou a ser gerido, recentemente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

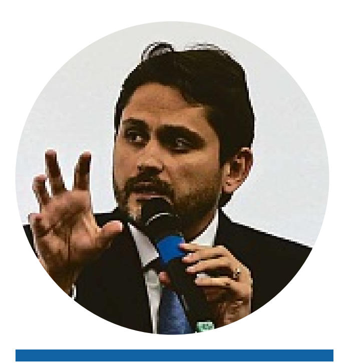
"Conseguimos assinar os primeiros contratos e vamos avançar para ajudar a expandir a rede", disse Juscelino Filho, tendo ao lado o presidente-executivo da Conexis, Marcos Ferrari, e o gerente de monitoramento e controle de projetos da Diretoria de Tecnologia e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rodrigo Pastl.

As primeiras operações do Fust no ano passado, depois de 23 anos de sua criação, foram comemoradas por Marcos Ferrari. "Várias pessoas sem acesso à internet hoje passarão a ter mediante uso dos recursos do Fust", disse Ferrari, para quem entre os grandes ganhos do 5G está a conectividade produtiva, primordial para obtenção de ganhos marginais de inovação.

"Estamos trabalhando para oferecer a conectividade, mas cada R$ 1 que investimos tem que propiciar investimentos maiores aos setores da economia que usarão o 5G", disse o presidente-executivo da Conexis, entidade que reúne as principais empresas de telecomunicações e de conectividade.

DESAFIOS DA EXPANSÃO

Apesar dos ganhos visíveis da expansão da rede, há, segundo Ferrari, limites a serem superados, como as dificuldades de monetização do 5G. O setor investe anualmente de R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões, por ser intensivo em tecnologia, e tem, por meio do 5G, potencial de ampliar a participação da indústria no PIB nacional ao permitir um salto de produtividade no setor. Diante disso, defendeu a desoneração do que chamou de "indústria do futuro", aquela que tornará possível um aumento de produtividade.



> "Conseguimos assinar os primeiros contratos e vamos avançar para ajudar a expandir a rede"
> **JUSCELINO FILHO**
> Ministro de Estado das Comunicações

A indústria 4.0 pode se beneficiar da expansão da rede, segundo Rodrigo Pastl, com uma série de mudanças, possíveis a partir do gerenciamento de volume gigantesco de dados. Por exemplo, a manutenção preventiva para identificar possíveis falhas e reduzir interrupções e uma maior conexão entre máquinas e equipamentos. "Estamos vendo como adensar as cadeias, para que não seja só aplicação, mas desenvolvimento interno, no Brasil", disse.

Outro ponto destacado por Ferrari para que a nova tecnologia avance ainda mais é a reforma tributária. Para o executivo, é preciso que a regulamentação da reforma garanta uma tributação menor para o telecom. Hoje o setor tem a terceira maior carga tributária entre os 15 países com maior número de celulares. "Precisamos revisitar a tributação do setor para garantir que a conectividade chegue a todos, incluindo a população mais pobre. Hoje, inclusão digital é sinônimo de inclusão social", afirmou.

REDES PRIVATIVAS

O debate sobre as redes privadas de telecomunicações reuniu o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Hermano Barros Tercius; o vice-presidente de relações públicas para a América Latina e Caribe da Huawei, Atilio Rulli; e o superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Anatel, Vinicius Caram.

A área, grande aposta da indústria de telecomunicações para o 5G, enfrenta desafios para a expansão. "Em 2023, o Brasil construiu 100 redes privadas, o que é pouco perto do potencial que temos", disse Rulli.

Hermano Tercius observou que o modelo regulatório brasileiro de incentivar a competição fez com que o Brasil contabilizasse, hoje, mais de 20 mil pequenos prestadores de serviços de banda larga fixa. "Ainda temos gaps importantes, principalmente em áreas mais distantes", disse, citando programas de governo criados para mitigar o problema.

Encerrando os debates, Vinicius Caram defendeu o aumento dos investimentos em transformação digital, que caíram de 20% do PIB nos anos 1990 para menos de 10%. "Sem isso, o país não cresce", disse.

Operadoras e indústria detalham projetos com 5G

Os avanços da quinta geração das redes móveis já resultam em experiências bem-sucedidas nas parcerias entre operadoras e setor produtivo. Algumas delas foram apresentadas no seminário "Os Avanços e Desafios do 5G".

Tiago Machado, diretor de relações institucionais da Vivo, detalhou dois projetos exitosos da operadora com a Vale: um que leva conectividade para minas abertas, e outro que garante cobertura para as ferrovias da mineradora, possibilitando o controle da logística de todo o processo. No caso das minas, as redes móveis viabilizaram processos que vão desde o controle de inventário até sofisticadas operações com veículos remotos. "O ganho de produtividade é astronômico", comentou.





Da esquerda para a direita: Marcelo Miguel, da Claro; Alexandre Dal Forno, da TIM; e Tiago Machado, da Vivo

Já o diretor de desenvolvimento de mercado IoT & 5G da TIM, Alexandre Dal Forno, destacou a parceria em serviço oferecido à Stellantis. Usando o 5G privado, a operadora criou solução para aumentar a precisão e a velocidade da adesivagem dos diversos modelos da marca. "Comparamos a adesivação com o banco de dados da Stellantis, utilizando câmera de alta resolução. Eles reduziram demais o tempo de controle de qualidade no final da linha de produção", contou.

A parceria entre a Claro e a Gerdau na fábrica de Ouro Branco (MG), iniciada há dois anos, também gerou bons resultados. "O objetivo era tornar a usina a mais automatizada e autônoma da indústria de aço", disse Marcelo Miguel, diretor executivo de negócios e marketing da Claro. A operadora instalou cinco torres 5G na usina, possibilitando o monitoramento em tempo real, o que aumentou a precisão na identificação de impurezas na matéria-prima.



INÊS 249

Conjuntura Economia tem crescido mais rápido que a média no primeiro trimestre, ajudada por fatores como antecipação do 13º e liberação do FGTS

Impulso do governo muda ritmo do PIB nos últimos anos

Marcelo Osakabe
De São Paulo

Medidas adotadas pelo poder público, de forma intencional ou não, podem estar ajudando a concentrar a maior parte do consumo das famílias e do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil na primeira metade dos últimos anos, resultando também em um fim de ano ligeiramente mais fraco que a média histórica recente.

O padrão do crescimento entre 2012 e 2019 na série sem ajuste sazonal mostra que o primeiro trimestre costumava começar em ritmo mais lento, com leituras entre queda de 3% e a estabilidade. O desempenho médio naquele período foi de contração de 1,8% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Os últimos anos, no entanto, têm visto esse roteiro se alterar um pouco. Em 2022, o PIB do primeiro trimestre caiu apenas 0,5%, sempre na série sem ajuste sazonal. Em 2023, teve alta de 1%, acima da máxima observada entre 2012 e 2019. Para 2024, é esperada uma alta de 1,4% (0,7%, com ajuste), segundo projeções do Itaú Unibanco.

"Em 2022 e 2023, o que vimos foi um primeiro trimestre bem mais forte que a média. E 2024 deve repetir esse comportamento", diz a economista do Itaú Unibanco Natalia Cotarelli.

Ela ressalta que, assim como em 2023, a intensidade do crescimento no primeiro trimestre deste ano tende a ser maior do que no restante do ano. Isso deve ocorrer mesmo sem a ajuda da agropecuária, grande motor do PIB do ano passado, respondendo sozinha, por um terço da expansão de 2,9%, boa parte concentrada no primeiro trimestre.

"Na nossa visão esse comportamento do crescimento indica que houve uma antecipação do consumo nos últimos dois anos, gerados por ajustes salariais, antecipações de 13º salário e liberações de FGTS, que levaram concentração do crescimento na primeira parte do ano", diz.

Neste ano, o maior impulso deve vir dos R$ 90 bilhões em precatórios que começaram a ser pagos no fim do ano passado, após o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucional a PEC 46/21, que postergava o pagamento dessas dívidas para 2027. Nas contas da equipe econômica do banco, a medida deve acrescentar 0,3 ponto porcentual no PIB deste ano.

Essa projeção leva em consideração que aproximadamente metade dos precatórios era de natureza alimentícia — ou seja, não poderiam ser penhorados — e que era destinada a famílias de renda mais baixa, com propensão maior ao consumo.

"Além disso, Estados que tiveram maior avanço das vendas no varejo no começo do ano foram justamente os das regiões Norte e Centro-Oeste, as mais abastecidas por esses pagamentos", continua Cotarelli.

No primeiro trimestre, o varejo restrito cresceu 5,9% na comparação com o mesmo período de 2023, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Um cruzamento feito pelo banco em sua base de cartões banco e dados do indicador de alta frequência de atividade (Idat) mostrou ainda que famílias que receberam precatórios consumiram 10% a mais do que aqueles que não receberam.

A economista cita outras também podem ter contribuído para fortalecer o crescimento do PIB na largada do ano. O governo Jair Bolsonaro lançou mão de vários saques do FGTS ao longo dos anos. O último deles, em 2022, foi pago entre abril e junho e injetou, aproximadamente, R$ 30 bilhões na economia.

Outra ação que se tornou recorrente foi a antecipação, para o segundo trimestre, do chamado 13º dos aposentados e pensionistas do INSS. Desde 2006, o pagamento já era feito em duas parcelas, em agosto e novembro. Em 2020, entretanto, o governo adiantou o benefício para o segundo trimestre, como forma de ajudar a aliviar o impacto trazido pela quarentena da covid-19. Desde então, a prática se manteve. Em 2024, a injeção de recursos entre abril e junho será de R$ 67,6 bilhões e chegará a 33,7 milhões de pessoas.

Cotarelli cita ainda fatores recentes que podem estar ajudando a intensificar esse processo, como a oficialização do benefício mínimo de R$ 600 do Bolsa Família e a volta da política de valorização do salário mínimo, que significou um reajuste real de 2,8% e 3% em 2023 e 2024, respectivamente.

"Vale notar que o mínimo também reajusta vários outros benefícios, como aposentadorias, seguro-desemprego, pensões e o abono salarial", lembra.

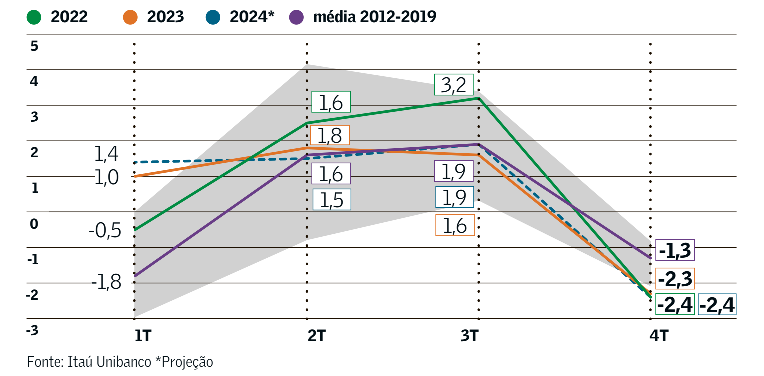
A comparação com 2012 a 2019 mostra ainda que o quarto trimestre tem mostrado desempenho pior nos últimos dois anos. Em 2022 e 2023, o PIB trimestral caiu 2,4% e 2,3%, respectivamente. A média para o período é de retração de 1,3% e a mínima observada foi de -2,1%. Em 2024, esse padrão deve se repetir: o Itaú projeta queda de 2,4%.

"O setor público tem favorecido medidas no primeiro semestre nos últimos anos. É algo que tem ficado nítido e acredito que essa preferência tem a ver com o ciclo eleitoral", diz o Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine.



Vendendo o jantar

Sazonalidade do crescimento do PIB na série sem ajuste sazonal



Fonte: Itaú Unibanco *Projeção

DIVULGAÇÃO



Natalia Cotarelli: "Comportamento do crescimento indica que houve antecipação do consumo nos últimos dois anos"

Ele pondera, no entanto, que outro fator tem ajudado a aquecer a economia na primeira metade do ano. "A gente sabe da importância da agropecuária na composição do PIB brasileiro. Ainda que ela, 'strictu senso', represente algo perto de 6% do PIB, quando se acrescenta toda a cadeia do setor que é o agronegócio, da indústria de alimentos ao setor de transportes, vemos que ela já chega a algo perto de 30% do PIB", lembra. "E seu efeito é concentrado no primeiros semestre, principalmente entre maio e junho, quando as principais colheitas, como soja e milho, ocorrem."

Analisando os dados de atividade dos últimos anos, o PicPay não vê anomalias que possam sinalizar uma mudança do padrão de sazonalidade. Ainda assim, vale ficar de olho, diz o economista-chefe, Marco Caruso. "É fato que existiram eventos importantes recentes concentrados na primeira metade do ano. Talvez, se isso continuar se repetindo, pode acabar deslocando a sazonalidade", pondera.

Ele também coloca a agropecuária como fator que tem desequilibrado o crescimento brasileiro em direção à primeira metade do ano — ainda que este evento não seja algo que se repita todos os anos.

De mais concreto, diz, um efeito que poderá ser observado é o esvaziamento do chamado carrego estatístico de um ano para o outro — ou o que se espera de "herança" entre o ritmo de atividade de um período para outro. "É o ritmo de atividade do fim de um ano que determina se o carrego para o ano seguinte será relevante. Se o ano termina em tom mais fraco, o carrego fica prejudicado", diz. "Para as projeções do ano corrente, no entanto, é melhor que o impulso ocorra já no primeiro trimestre."

Caruso também analisou projeções extraídas da pesquisa Focus, do Banco Central, e nota que a mediana do mercado sinaliza esperar um crescimento mais ou menos constante do PIB ao longo deste ano, algo entre 0,4% ou 0,5% por trimestre. Isso mesmo diante da surpresa já incorporada por muitos economistas pelo pagamento dos precatórios, cujo efeito deve se concentrar nos primeiros meses de 2024.

> Maior impulso neste ano deve vir dos R$ 90 bilhões em precatórios, que foram pagos a partir do fim de 2023

Caso este ano repita 2023, quando o PIB cresceu no primeiro semestre e andou de lado no segundo, "poderemos observar uma sazonalidade das projeções de analistas, revisando para cima suas projeções na primeira metade do ano e para baixo na segunda", brinca.

De olho no efeito dos precatórios este ano, o Itaú Unibanco mudou sua projeção para o crescimento do PIB ao longo dos trimestres. Na primeira metade do ano, ele agora espera um crescimento média trimestral em torno de 0,65%, de 0,5% anteriormente. Já na segunda metade do ano, a estimativa passou de 0,35% para 0,30%.

O PicPay, por sua vez, projeta crescimento médio de 0,54% no primeiro semestre e 0,40% no segundo, em linha com a Focus. "Entendo que o efeito dos precatórios deve ficar concentrado na primeira metade do ano. Em compensação, não vemos o desemprego piorar, então a renda continuará impulsionando o consumo e o crédito já começa a melhorar. Ou seja, alguns fatores vão substituindo outros", explica Caruso.

SP rebate Haddad e vê revisão histórica de benefícios

Marta Watanabe
De São Paulo

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, rebateu declaração ao **Valor** do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o programa do governo Tarcísio de Freitas "está muito inspirado na Fazenda porque 80% do plano é redução de gasto tributário e redução de juro da dívida de São Paulo, que é o que estamos fazendo".

O secretário diz que a revisão de benefícios fiscais em curso no Estado, que colocou na mira mais de 250 incentivos de ICMS, é "histórica" e não viu nada igual nem em outro Estado nem na União. Diz ainda que o Estado já faz reorganização administrativa, com corte de secretarias, ao contrário da União, que na gestão atual aumentou o número de ministérios em relação ao governo anterior. Na transação tributária da dívida ativa, diz ele, Kinoshita reconhece inspiração no que foi feito na União, mas não no governo do mandato atual.

Kinoshita diz que o governo estadual tem "ótimo relacionamento" com o Ministério da Fazenda, mas não vê "aderência" entre a atuação da Fazenda federal e a estadual. "Não sei exatamente o que seriam os 80%, mas se for 80% no sentido de aderência filosófica, tenho dificuldade de perceber."

Há duas semanas, Tarcísio, ao comentar a publicação do decreto do programa "São Paulo na Direção Certa", declarou que a avaliação de incentivos fiscais, ao lado da renegociação da dívida com a União, renderia espaço fiscal de R$ 20 bilhões anuais ao governo paulista. Do total, R$ 4 bilhões viriam da renegociação da dívida.

Kinoshita diz que a reavaliação de políticas públicas e de incentivos não é agenda nova. "No caso específico dos benefícios tributários, a agenda já existia no plano federal, continua existindo. E aqui, antes de nós chegarmos, já existia também alguma evolução e nós a aceleramos." Questionado se a aceleração acontece na União, ele diz não saber. " Não sei, pode ser que sim. Aliás, se tiver isso, é importantíssimo a população saber." Kinoshita diz que a reavaliação de benefícios em curso no Estado é "histórica". "Não me recordo disso em outro Estado nem no governo federal", diz. O Estado colocou em avaliação este ano mais de 250 incentivos. O primeiro grupo, de 64 benefícios de ICMS, no valor total de R$ 4 bilhões, foi avaliado e deu origem a decreto que cortou 23 incentivos. A segunda tranche deve ser avaliada até dezembro, diz, com total de 202 benefícios, com R$ 55 bilhões em renúncia estimada. A abordagem, defende, não é arrecadatória, mas sim de "avaliação de políticas públicas".

GABRIEL REIS/VALOR



> "SP corta na carne com secretarias. Ministérios da União aumentaram em relação à gestão anterior"
> *Samuel Kinoshita*

Kinoshita destaca ainda que a renegociação da dívida não é projeto isolado do governo paulista, mas sim pleito conjunto do Cosud, que reúne Estados do Sul e Sudeste. "O próprio ministro Haddad, quando foi prefeito em São Paulo, fez movimento nesse sentido, e aí, sim, de uma maneira singular", diz, referindo-se à renegociação de dívida encaminhada por Haddad em 2016, durante o mandato presidencial de Dilma Rousseff. "Neste instante, o que está acontecendo é uma renegociação [da dívida] de maneira ampla. Não é algo singular do Estado de São Paulo."

O "São Paulo na Direção Certa", diz, é uma sistematização da visão do governador e tem como um dos objetivos melhorar o ambiente de negócios do Estado e para viabilizar atração "colossal" de investimentos. Além da reavaliação de políticas públicas, há outros dois pilares, diz. O segundo é o da reorganização administrativa, que inclui um "corte na carne", diz, exemplificando com a Secretaria de Negócios Internacionais, que foi eliminada e teve atribuições redistribuídas. A reestruturação de secretarias, diz ele, ainda pode ter continuidade. Ele destaca que não vê movimento parecido na União. "No governo federal, na época em que estávamos lá, eram 24 ministérios, hoje são 38."

O terceiro pilar é o da implementação de modernização e inovações tecnológicas, no qual Kinoshita reconhece inspiração no governo federal, mas não no do atual mandato. "Seguimos e melhoramos modelo instaurado na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Então, nesse sentido, sim, a transação tributária estadual é um avanço baseado no que foi feito pela PGFN de 2019 a 2022", diz ele, delimitando o período do mandato do então presidente Jair Bolsonaro.

Curtas

Clima 1

Das 26 capitais brasileiras, 15 delas não têm plano municipal de mudanças climáticas. O instrumento, voltado ao enfrentamento e prevenção de tragédias, é considerado importante por especialistas para evitar desastres de proporções e perdas maiores. O dado consta em levantamento feito pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), autarquia vinculada ao governo do Espírito Santo, com base nas informações disponíveis nos sites oficiais das prefeituras

Clima 2

As enchentes provocadas em Porto Alegre pelo transbordamento do lago Guaíba não são um problema isolado. Levantamento do Serviço Geológico Brasileiro (SGB) aponta que recordes de enchentes e secas foram bem mais comuns na última década do que em períodos anteriores. A quantidade de recordes de cheias sofreu um aumento expressivo. De 2014 a 2023, somaram 314. Nos dez anos anteriores, eram 182. A de secas atingiu 406 de 2014 a 2023, mais do que quatro vezes a soma da década anterior, de 92.

Saúde Autor do estudo defende maior tributação sobre alimentos ultraprocessados para frear problema

Aumento da obesidade no país preocupa especialistas

Rafael Vazquez
De São Paulo

A alta taxa de obesidade no Brasil deve gerar um custo de aproximadamente US$ 20,1 bilhões (R$ 105,4 bilhões) para a economia brasileira no período entre 2021 e 2030, segundo estudo conduzido por especialistas em saúde pública da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O valor projeta os custos indiretos, que incluem a perda de produtividade devido aos anos de vida produtiva perdidos.

"Estamos considerando a mortalidade prematura. As pessoas estão morrendo cedo e em idade economicamente produtiva por consequência de doenças causadas pela obesidade", diz Leandro Rezende, professor da Escola Paulista de Medicina da Unifesp, que liderou o estudo.

Com base em outro estudo, publicado em 2019, a Unifesp estima que doenças causadas ou estimulados por excesso de peso e obesidade representavam 75% de todas as causas de morte naquele ano — nos anos seguintes a pandemia de covid-19 causou distorções nos levantamentos. A conclusão é que, se não houvesse excesso de peso ou obesidade, aproximadamente 168 mil mortes por ano no país seriam evitadas.

Rezende explica ainda que o número do custo indireto pode estar subestimado, já que o estudo considerou apenas 11 doenças relacionadas à obesidade. "Consideramos doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer, doença renal. Mas há outras doenças ou condições que não foram contempladas nessa estimativa."

A pesquisa também aponta que o custo direto sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) deve chegar a US$ 1,8 bilhões (R$ 9,4 bilhões) no mesmo período estimado até 2030. De acordo com Rezende, o levantamento estima o cenário-base em que o percentual da população adulta brasileira com obesidade deve aumentar dos atuais 24% para perto de 30% até 2030. Projeta também que, caso medidas de prevenção sejam tomadas e a taxa permaneça no nível em que está, o SUS economizaria aproximadamente US$ 40,8 milhões (R$ 214 bilhões) até o fim da década.

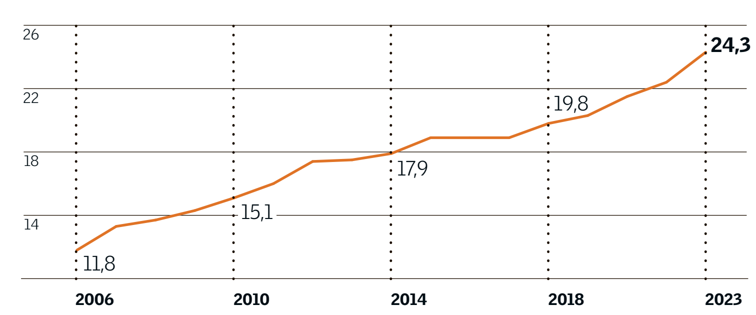
Contudo, ele é pessimista em relação a possibilidade de que essa economia possa ser alcançada. Segundo Rezende, olhando o aumento da obesidade como um problema coletivo de saúde pública, a principal causa hoje é o alto consumo de alimentos ultraprocessados e há poucas chances de que o cenário seja revertido a curto prazo.

O médico e professor da Unifesp, que alerta para uma "epidemia de obesidade no Brasil e no mundo, defende uma política pública que contemple o aumento da tributação sobre alimentos ultraprocessados. "A mensagem de comer melhor e fazer exercícios é voltada ao indivíduo e tem alcance limitado. Precisamos ir além disso para não falhar."

Para Rezende, a reforma tributária, aprovada no ano passado no Congresso e que está sendo complementada neste ano com a definição de alíquotas, deixou passar a oportunidade de colocar os alimentos ultraprocessados na lista de produtos nocivos à saúde e que podem ser mais tributos para desestimular o consumo.

"Precisamos atacar as causas que estão afetando a população como um todo. E isso está claramente relacionado à mudança no sistema alimentar. Por volta da década de 90, tivemos uma industrialização pesada dos alimentos e uma participação cada vez maior de alimentos ultraprocessados na dieta. Para muitos — e eu também penso assim —, essa é a principal causa da epidemia de obesidade que vivemos", afirma o pesquisador.

Obesidade crescente
População com excesso de peso mais que dobrou no século XXI



R$ 9,4 bilhões é o cálculo do custo direto da obesidade sobre o SUS entre 2021 e 2030

R$ 105,4 bilhões é o custo indireto para a economia devido aos efeitos sobre a produtividade

Fonte: Pesquisa Vigilância de Fatores de Risco de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

Curtas

Ambiente
No ano em que o Cerrado superou a Amazônia em área desmatada foi uma cidade na Bahia que liderou a devastação no Brasil. Foi a primeira vez que uma cidade de fora da Amazônia liderou o levantamento do MapBiomas Alerta, iniciado em 2019. A campeã do desmatamento no Brasil em 2023 foi São Desidério, município de 33 mil habitantes. Em 2023, o desmatamento ali foi de 40,1 mil hectares, 9% mais que no ano anterior, quando foi de 36,6 mil hectares (sexto lugar no país em 2022).

Energia
O consumo de energia elétrica cresceu 5,5% em abril na comparação com igual mês no ano passado, segundo dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O país registrou demanda de 47.338 gigawatts-hora (GWh) em abril, contra 44.885 GWh em abril de 2023. De acordo com a EPE, abril foi o segundo maior consumo mensal de energia apurado desde o início da série histórica, em 2004, atrás apenas de março deste ano.

INÊS 249

Gestão pública Órgãos como BC e TCU adotam ferramenta enquanto projeto está emperrado no Congresso

À espera de regras, IA avança nos três Poderes

Gabriel Shinohara e Rafael Bitencourt
De Brasília

Enquanto o Congresso ainda discute projeto de lei sobre uso da inteligência artificial (IA) e o governo revisa a estratégia para adoção da tecnologia, diversos órgãos públicos implementam ou estudam o uso dessas ferramentas no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Mesmo sem orientação normativa clara, instituições como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) já usam padrões sofisticados, como a IA generativa. Muitos órgãos, porém, especialmente no âmbito municipal, ainda lidam com processos em papel, precisando passar pelo estágio inicial da modernização dos sistemas — a digitalização.

O Brasil lançou a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial em 2021. O documento foi considerado pouco ambicioso e muito superficial diante do grande potencial da tecnologia para o ganho de eficiência na economia e no funcionamento da máquina pública.

"A estratégia que a gente tem é muito deficitária, a gente precisa caminhar para uma estratégia mais forte, mas é só o primeiro passo. Precisa ter um regramento para a implementação", disse o professor da FGV Direito Rio e pesquisador do Centro de Tecnologia e Sociedade, Filipe Medon.

A atual estratégia aborda questões éticas e estimula órgãos a promoverem "a conscientização do uso de IA em seu corpo técnico". Medon avalia que falta cultura de governança para o uso de inteligência artificial no país.

A diretriz do Executivo está sendo revisada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que, em paralelo, elabora o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial. É um complemento à estratégia com ações em áreas como saúde, educação e segurança. A minuta do plano será apresentada na Conferência Nacional de Ciência, no início de junho, em Brasília.

No Congresso Nacional, a tramitação do projeto sobre o uso da IA está parada na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil, no Senado. O texto prevê diretrizes e limites para uso da IA para utilização de sistemas considerados de alto risco. A proposta do Congresso prevê regras para a administração pública, como a exigência de protocolos de utilização que permitam registrar quem utilizou o sistema, para qual situação e finalidade.

Desde março de 2023, quando houve o lançamento da ferramenta mais conhecida de IA generativa, o ChatGPT-4, o debate sobre até que ponto empresas e órgãos públicos podem delegar as decisões a uma máquina foi intensificado.

Laura Schertel Mendes, professora da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e relatora na comissão de juristas no Senado sobre regulação do uso da IA, defende que o uso pelo Estado pode trazer maior eficiência e economia de recursos, mas ressalta que sistemas devem ser auditáveis, com uso seguro.

Ela destaca que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) traz uma "proteção relevante" em sistemas alimentados por dados pessoais. Ressalta, porém, que o marco legal da IA é "fundamental para trazer mais confiança e segurança jurídica na utilização da inteligência artificial pelo Estado".

> "A gente precisa caminhar para uma estratégia mais forte"
> *Filipe Medon*

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) acompanha a adoção da IA por entes federais que, em grande parte, nem sequer têm previsão de implantar um projeto, segundo autodiagnóstico do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação.

O TCU desponta como referência no uso da IA em processos internos e fiscalização de contratos e atividades de órgãos federais. Após explorar o padrão clássico de IA, o tribunal adotou, em junho de 2023, um assistente virtual baseado em IA generativa, o ChatTCU.

Ao **Valor** o secretário de Tecnologia da Informação e Evolução Digital do TCU, Rainério Leite, afirmou que a nova plataforma orienta o trabalho de auditores e funciona em um "ambiente protegido", para preservar dados sigilosos. Esse cuidado é adotado para que a base pública de informações não fique exposta à aprendizagem de máquina das grandes empresas de internet que oferecem o serviço.

Em abril, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais desenvolvidas, indicou o TCU como "instituição de ponta" no uso de IA entre 59 organizações de 39 países. A partir de agora, o código-fonte do ChatTCU será cedido a outros órgãos públicos, iniciando pelo MGI e pelos tribunais de contas de Distrito Federal, Acre e Ceará.

Hoje, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) usa a IA para identificar a venda irregular de medicamentos na internet. A agência já tirou do ar mais de 200 mil anúncios irregulares, após detecção por sistema automatizado.

Outro exemplo de uso de IA na gestão pública é o Banco Central (BC), que estuda aplicações para agilizar processos internos de supervisão do sistema financeiro. A autoridade monetária informou que não possui nenhum normativo interno para disciplinar o uso de IA, mas iniciou estudos para criar uma política de governança.

O Serpro, estatal que desenvolve tecnologia para órgãos como Receita Federal e Tesouro Nacional, mantém 200 desenvolvedores para buscar inovação em IA, segundo o seu presidente, Alexandre Gonçalves Amorim. A empresa, disse, trabalha com IA desde 2016.

O Senado utiliza um algoritmo para auxiliar na distribuição de demandas para consultoria legislativa e na transcrição de declarações nas comissões e sessões plenárias, e ainda mantém grupo de trabalho interno para definir estratégia de desenvolvimento da IA visando "o uso de forma regulada e segura". Por lá, os modelos "são utilizados como suporte aos processos de trabalho dos analistas e não como uma ferramenta independente".

Na semana passada, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicou alta de 26% no uso da IA dentro do Judiciário em 2023. O juiz federal Rafael Leite Paulo, que acompanha no CNJ as iniciativas de IA nos tribunais, considera que a tecnologia pode contribuir para eliminar o estoque de processos judiciais.

O magistrado contou que a IA deverá ajudar a dar preferência ao trâmite de casos mais urgentes, "para evitar um perecimento do direito", ou ainda sugerir acordos entre as partes, ao identificar "situações mais propícias a uma autocomposição". Em benefícios dos juízes, a IA já pode elaborar resumos, relatórios ou destacar informações que servem de "insumo" para tomada de decisão.

"A IA atual, sem nem precisar de novas evoluções, tem grande capacidade de identificar o argumento relevante numa massa gigantesca de texto, destacar a questão fática, o ponto central de alguma discussão jurídica para juiz", reforçou.

IA Pública

Setor público começa a diversificar experiências com o uso da inteligência artificial (IA)

Tribunal de Contas da União (TCU)

Com modelo clássico de IA, o tribunal usa os sistemas de Análise de Licitações e Editais (Alice) e o Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor (Sofia) que auxilia na preparação de pareceres. Desde 2023, o órgão utiliza assistente virtual ChatTCU, baseado em IA generativa para melhorar trabalhos internos e de fiscalização

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

O projeto Epinet, baseado em IA, ajuda na fiscalização de produtos vendidos de forma irregular na internet buscando anúncios irregulares de forma automatizada. A agência trabalha também no projeto do AvalIA, de avaliação de pedidos de autorização de funcionamento de empresas e outro projeto de monitoramento e predição de riscos sanitários a partir da análise de dados.

Banco Central (BC)

O BC estuda incorporar aplicações de IA aos processos de supervisão para tratamento de documentos e ampliação da capacidade de processamento de informações e automação de relatórios.

Senado Federal

O Senado utiliza um algoritmo de machine learning que auxilia no processo de distribuição de pedidos enviados para sua consultoria legislativa. Além disso, já foi incorporado à rotina a ferramenta de transcrição de falas nas comissões e sessões plenárias.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

A pasta desenvolve iniciativas para apoiar o Programa de Gestão e Desenvolvimento e tem estudos para uso de IA para facilitar contratações públicas. O ministério ainda pretende implantar medidas, que estão em estudo, para incentivar a adoção de inteligência artificial em projetos do governo nas áreas social e ambiental.

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

A estatal de tecnologia oferece soluções de IA em chatbots, como o desenvolvido para o Incra na orientação de proprietários sobre o certificado imóvel rural (CCIR). Outro exemplo é o "Embarque + Seguro", sistema de biometria que identifica viajantes por meio de selfies.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Judiciário conta com o programa Justiça 4.0 que dissemina o uso da base nacional de dados da Justiça brasileira, o Codex, e prepara lançamento Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), que funcionará como "interface única" à disposição dos tribunais.

Serpro prepara plataforma da Receita para reforma tributária

De Brasília

Com o auxílio de inteligência artificial (IA), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) trabalha, com a Receita Federal, no desenvolvimento da plataforma de arrecadação que vai incorporar as novas regras da reforma tributária. De acordo com Alexandre Gonçalves de Amorim, presidente do Serpro, a formatação final dos sistemas será definida assim que ficar pronta a regulamentação da reforma, que tem a sua primeira etapa analisada pelo Congresso.

Em entrevista ao **Valor**, Amorim ressaltou que a nova plataforma de recolhimento de tributos está sendo preparada com uma infraestrutura de ajuste flexível, capaz de ser rapidamente reconfigurada a depender das "parametrizações" que vierem das regulamentações. Essa facilidade, explica, é atribuída ao uso da IA.

A reforma tributária prevê a simplificação de tributos sobre consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estadual e municipal, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal.

O presidente do Serpro, estatal de tecnologia ligada ao Ministério da Fazenda, ressaltou que, no estágio atual, a nova plataforma já conta com arquitetura "consolidada e validada pelos atores responsáveis" na Receita Federal.

"Estamos muito 'pari passu' desenvolvendo a infraestrutura, conhecendo tecnologias. Por isso, a inteligência artificial, no modelo de desenvolvimento das plataformas, é muito importante para dar agilidade", disse ele, ressaltando que cerca de 200 desenvolvedores da estatal estão dedicados à inovação com uso de IA em diferentes projetos dentro do Serpro.

O executivo da estatal ressaltou que essa tecnologia está presente em todo o processo de desenvolvido da nova plataforma tributária, desde a escrita de códigos de programação, o desenho de modelos de proteção, para evitar fraudes, até a definição de sistemas que ajudam "a ter um comportamento do mercado para fazer a distribuição do que é [de responsabilidade] do município, do Estado e da federação".

Dada a abrangência da reforma, o Serpro mantém "constante diálogo" com os representantes de empresas públicas de tecnologia dos Estados para que também tenham a infraestrutura estabelecida quando a regra entrar em vigor. "Quando a gente fizer aqui a plataforma do governo federal, o Estado tem que estar apto a conectar", reforçou Amorim.

Dentro da plataforma preparada pelo Serpro, muitas funcionalidades já existiam e serão ajustadas, outras serão criadas do zero. Este projeto envolve diretamente 80 desenvolvedores próprios da estatal, além daqueles que integram a equipe da Receita Federal. Amorim garantiu que o sistema vai ser um dos "mais eficientes e seguros do mundo".

O Serpro, prestes a completar 60 anos, tem parceria antiga com a Receita Federal. A ferramenta de envio da declaração de Imposto de Renda (IR), que passou a contar com recurso de "big data" para oferecer a facilidade do pré-preenchimento, também foi desenvolvida pela empresa. As primeiras experiências com os modelos de IA generativa começaram a ser buscadas no ano passado. *(RB e GS)*

Múcio promete alistamento militar feminino em 2025

Folhapress, de Brasília

As Forças Armadas vão permitir — pela primeira vez na história — que mulheres participem do alistamento militar para ingresso na carreira de soldado.

A decisão foi tomada pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em conversa com os comandantes militares. A previsão é que as mulheres entrem nas fileiras das Forças em 2026.

"Nesse assunto, o Brasil deve muito. E não é para fazer serviço de enfermagem e escritório, é para a mulher entrar na infantaria. Queremos mulheres armadas até os dentes", disse Múcio.

Atualmente as mulheres já são autorizadas a entrar nas Forças Armadas por outros meios, como nas escolas que preparam oficiais. A participação feminina, porém, é limitada — só a Marinha libera atuação delas em áreas mais combatentes, a de fuzileiros navais.

O alistamento feminino será voluntário e, pelos planos da Defesa, deve ser permitido às mulheres que completarem 18 anos em 2025. O modelo é semelhante ao serviço militar masculino, mas no caso delas sem a obrigatoriedade de se apresentarem às Forças.

Apesar do acerto entre todos os chefes militares, há divergências sobre a quantidade de vagas que devem ser reservadas às mulheres — desacerto que será levado para decisão de Múcio.

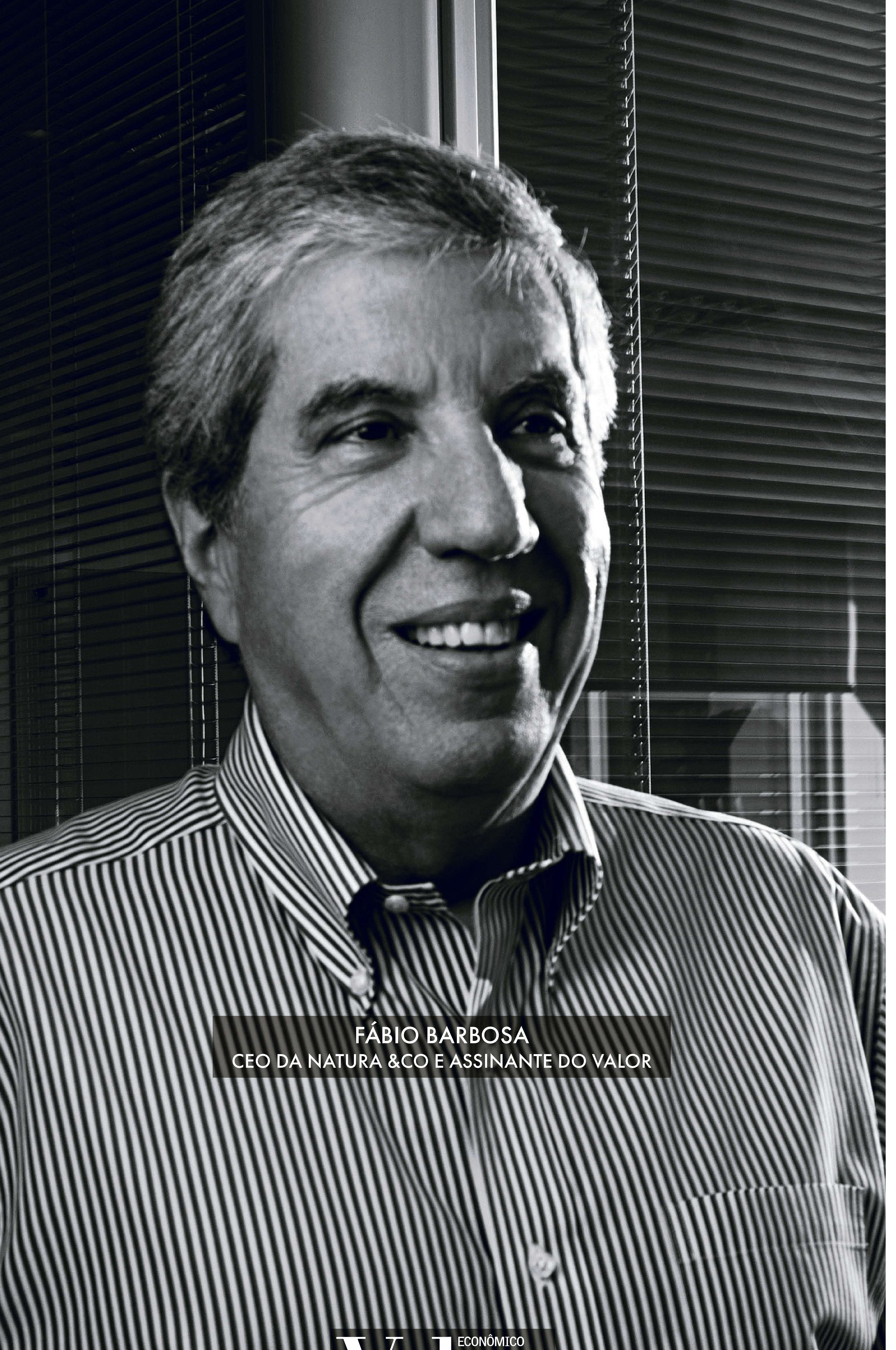
O ministro da Defesa havia determinado que as vagas reservadas às mulheres crescessem gradativamente até alcançar 20% das cerca de 85 mil pessoas que entram no serviço militar anualmente. As vagas são, em maioria, destinadas ao Exército (75 mil), seguido da Aeronáutica (7 mil) e da Marinha (3 mil).

O Alto Comando do Exército discutiu a proposta de inclusão das mulheres no alistamento militar em reunião no mês passado. Na ocasião, estudos do Estado-Maior do Exército teriam sugerido que fosse abertas até 2 mil vagas para as mulheres em 2025, com prioridade para áreas em que haja presença feminina, como hospitais, escolas e bases administrativas.

O plano é aumentar gradativamente as vagas até chegar a 5 mil — número menor que o apresentado por Múcio, já que os 20% representam 15 mil vagas no Exército.

A justificativa interna é que não é possível saber quantas mulheres vão buscar o alistamento militar. É preciso também ajustar as instalações para a chegada das mulheres, com separação de dormitórios e adaptação de banheiros. Os dados ainda não foram apresentados ao ministro.

INÊS 249


FÁBIO BARBOSA
CEO DA NATURA &CO E ASSINANTE DO VALOR
Valor
ECONÔMICO

INÊS 249

Infraestrutura Um mês após início das enchentes, administração pública procura alternativas de médio prazo

Abrigos fecham no RS e famílias buscam solução



Fernanda Canofre
De Porto Alegre

Anselmo Pereira Gomes, 48, já sabe que nunca vai esquecer a madrugada de 4 de maio de 2024. Ele acordou à noite, com a água dentro da casa de um piso, no bairro Rio Branco, em Canoas (RS), onde vivia com os sogros, a esposa, os filhos e 16 cachorros. Com uma escada, eles se refugiaram na laje em cima da garagem e lá ficaram, ouvindo pedidos de socorro de vizinhos e falando com outros ilhados em outros telhados. Foram 13 horas assim até a chegada de um resgate.

Vinte dias depois, ainda sem voltar para ver o que restou do imóvel, onde o sogro vivia há quase cinco décadas, no dia 24 de maio ele estava no grupo de pessoas que entraram em um prédio de seis andares, vazio, na rua Fernando Machado, no centro de Porto Alegre, onde há mais de uma década funcionou um hotel.

"Viemos por falta de alternativa. Eu fiquei em abrigo, no segundo dia, estava comendo comida azeda. Em outro local, houve estupro, e tenho minha filha e minha esposa. Muitas pessoas saíram por falta de segurança. Todos os lugares lotados."

Passado mais de um mês do início das chuvas intensas, que causaram enchentes e deslizamentos de terra em várias regiões do Estado, o Rio Grande do Sul registra 172 mortes e 580,1 mil pessoas ainda desalojadas, 37,3 mil delas vivendo em abrigos, segundo dados da Defesa Civil em 2 de junho.

Com abrigos fechando, problemas de segurança, casas da familiares saturadas e dificuldades no retorno às próprias casas, desabrigados tentam buscar alternativas em meio a situação que tende a se arrastar por algum tempo.

No pico da demanda por assistência, Porto Alegre registrou 14,7 mil pessoas em abrigos. A estimativa do governo municipal é que 30 mil pessoas tenham ficado desalojadas na capital. Dos abrigos abertos, cerca de 80% são da sociedade civil, segundo Luiz Carlos Pinto, secretário de Inovação, encarregado da questão.

Ele diz ver como natural o fechamento dos espaços e que a prefeitura deve buscar agora parcerias com instituições, inclusive, discutindo pagar um valor por abrigado. De 185 abrigos, até este sábado (1º), 122 seguiam funcionando.

"A gente está se preparando para sair da fase dos abrigos emergenciais para os de média permanência, aqueles que a gente vai ter que manter por três, seis meses eventualmente", afirma.

A Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), maior abrigo do Estado e que chegou a ter 7.500 pessoas de uma vez, registrou no fim da semana 1.700 abrigados, enquanto discute retomar suas atividades educacionais. Segundo a prefeitura de Canoas, até sábado, o município tinha 9.153 pessoas em 67 abrigos institucionais.

"O que tem ocorrido é uma desmobilização natural com a redução das águas, as pessoas têm voltado para suas casas. A gente acredita que na próxima semana caia para abaixo de mil pessoas", diz o gestor do abrigo da Ulbra, Adriano Chiarani da Silva.

A ocupação no centro da capital gaúcha tem mais de 40 famílias, a maioria de bairros da zona norte, como Humaitá e Sarandi, onde a enchente se estendeu por mais tempo. Um dos coordenadores, Carlos Eduardo, 43, explica que tentam averiguar os dados de quem chega, já que o foco é abrigar só atingidos pela catástrofe.

A aposentada Selma Vicente, 74, chegou até ali com a filha após ouvir sobre a ocupação em uma rádio local. Moradora de Eldorado do Sul, município na

FERNANDA CANOFRE/VALOR



Moradores recebem doações em ocupação em Porto Alegre: mais de 40 famílias se mudaram para local após enchente

Grande Porto Alegre que teve mais de 90% do território alagado e mais de 80% das residências atingidas, essa foi a terceira enchente enfrentada por ela em menos de um ano.

"Em setembro, a água chegou um pouco na minha casa. Em novembro, a segunda, saí com ela na cintura. Agora foi a pior. Tirei meus cachorros e, quando voltei para pegar os gatos, não deu mais. A correnteza estava muito forte e o pessoal não deixou."

Da estrutura da casa, ela não sabe o que restou. Eletrodomésticos e móveis comprados com

37,3 mil desabrigados hoje no Rio Grande do Sul

uma vaquinha ficaram debaixo d'água. Agora, ela aguarda a aprovação em auxílios como o Reconstrução, do governo federal, e o Volta Por Cima, do Estado.

"Voltar para lá eu não quero. Sinto muito, tenho raízes lá, amo Eldorado, gosto do pessoal, mas não quero mais. Me desiludi."

Na sexta-feira (31), o governador Eduardo Leite (PSDB) assinou parceria com a Fecomércio (Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado) para construção de estruturas temporárias batizadas de Centros Humanitários de Acolhimento. A previsão é de três unidades em Porto Alegre e duas em Canoas para receber, no total, 3.840 pessoas.

Os custos serão assumidos pela federação, segundo Leite. O governo do Estado diz ainda que a gestão ficará sob responsabilidade da OIM, a agência da ONU para migrações. Não há data prevista para abertura destes espaços. O governo estima apenas que deve levar 20 dias para montagem, a partir da contratação das estruturas, ainda a ser definida.

Simone Somensi, secretária de Habitação e Regularização Fundiária de Porto Alegre, diz que a capital está mapeando empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida e terrenos onde possam ser colocadas casas de construção rápida. A prefeitura também trabalha com um programa de retrofit, para adaptar edifícios à finalidade habitacional, com prioridade para prédios públicos.

"Nesse momento, a gente pensa que não haverá como Porto Alegre ou qualquer outro município dar conta da demanda que surgiu com a calamidade com recursos próprios. Vai depender de um aporte de recursos do governo federal, que foi quem sempre tratou da moradia e dos grandes programas de habitação."

Carlos Gomes, secretário estadual de Habitação e Regularização Fundiária, afirma que, a oferta de imóveis identificados em mapeamentos até aqui é curta diante da demanda aberta no Estado após a catástrofe que atingiu 475 dos 497 municípios gaúchos.

"Há muitas cidades em que restaram poucos terrenos fora da mancha de inundação, que possam oferecer segurança das casas e famílias que vão ali habitar."

Na metade de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu a compra de casas para atingidos. Famílias com renda até R$ 4.400, que tenham perdido imóveis ou com casas condenadas poderão participar. O financiamento para quem tem renda superior ainda está sendo estudado.

O governo federal também trabalha ainda com projetos de construção rápida e levantamento junto a construtoras e incorporadoras para imóveis novos disponíveis, além de busca por unidades que podem ir a leilão com Caixa e Banco do Brasil. Nesta semana também deve ser publicada portaria para compra de imóveis usados.

O desafio maior, segundo o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, tem sido com o interior do Estado, onde prefeitos relatam dificuldades para encontrar imóveis até para o aluguel social.

Ele explica ainda que as soluções são diferentes para cada região do Estado, já que o contexto da catástrofe difere entre elas. No vale do Taquari, por exemplo, agricultores que dependem de certas áreas para seguir com a produção poderão ser colocados para morar em agrovilas. Assim, as plantações seguiriam no mesmo local, ainda que com risco, mas as casas iriam para área segura.

"Estamos tentando encontrar soluções que abreviem esse processo de entrega e a gente vá tirando as pessoas dos abrigos e colocando nas casas", afirma ele.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
jun/24	-	-	-	-	0,79	0,5395	-	-	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**5,22**	**3,28**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,68**	**6,80**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	abr/24	2024	2023	12 meses	mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**

Discriminação	mar/24		fev/24		mar/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noninimais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

Bem ou mal, as instituições continuam funcionando?



Bruno Carazza

Na semana passada, o Congresso impôs uma acachapante derrota de 366 a 137 votos na apreciação do veto do presidente Lula ao projeto que proíbe a "saidinha" de presos. Não foi a primeira vez.

"Como seria possível um líder político dos mais experientes e tido como sagaz na arte de negociar estar sofrendo tantos reveses no Legislativo a ponto de se colocar na posição de refém de exigências das principais lideranças do Congresso e dos seus novos (velhos) aliados do Centrão?"

A pergunta é feita pelos cientistas políticos Marcus André Melo e Carlos Pereira no penúltimo capítulo de "Por que a Democracia Brasileira não Morreu?", que acaba de chegar às livrarias.

O livro promete dar o que falar entre acadêmicos e interessados na política brasileira. Oferece explicações polêmicas para os principais acontecimentos que sacudiram o país na última década, como os protestos de 2013, a Operação Lava-Jato, o impeachment de Dilma, a ascensão de Bolsonaro e o retorno de Lula à Presidência.

A resposta para a pergunta-título do livro — e aqui o spoiler não traz nenhum prejuízo ao leitor, pois o maior mérito dos autores reside na argumentação, repleta de referências à bibliografia mais atual — está no tão vilipendiado presidencialismo de coalizão.

Para Marcus Melo e Carlos Pereira, a democracia brasileira não sucumbiu às investidas autoritárias de Jair Bolsonaro devido ao intricado sistema de freios e contrapesos presentes em nosso sistema político — em outras palavras, porque as instituições funcionaram.

Segundo os autores, Bolsonaro teria sido contido por uma base frágil num Congresso multipartidário, que cobrou alto para não abrir um processo de impeachment contra ele durante a pandemia.

Além disso, todas as investidas bolsonaristas contra o sistema eleitoral teriam sido refutadas por órgãos de controle autônomos, a começar pelo Supremo Tribunal Federal, seguido pelo Ministério Público, Tribunais de Contas e até mesmo a cúpula das Forças Armadas, sem falar na oposição de alguns governadores e da imprensa.

Essas características do sistema político brasileiro, com tantos pontos de veto e a necessidade de construção de consensos sequenciais com múltiplos agentes para se fazer avançar a agenda presidencial, não são apenas o segredo para não termos sucumbido às manobras antidemocráticas de Bolsonaro. Segundo Marcus Melo e Carlos Pereira, essas restrições também explicam a queda de Dilma Rousseff e as dificuldades de governabilidade de Lula em seu terceiro mandato.

Isso não significa, entretanto, que os presidentes brasileiros estejam fadados a se tornar reféns do Congresso. Melo e Pereira defendem que governantes que montam coalizões mais homogêneas, ideologicamente próximas à mediana do Congresso e com uma boa distribuição de poder e recursos entre os partidos-membros tendem a conseguir sucesso no Congresso.

Ao longo da leitura do livro, os autores insistem que a explicação para as derrotas recentes de Lula está na montagem e gerenciamento de sua base, incorrendo nos mesmos erros que levaram ao colapso de Dilma. Mas não é justo afirmar que o líder petista não tenha extraído lições do passado.

Além de abrigar os partidos de esquerda e centro-esquerda, logo na transição, Lula atraiu para seu governo as legendas de centro-direita menos bolsonaristas, aquinhoando-os com pastas de orçamento robusto ou importância política: MDB (Transportes, Cidades e Planejamento), PSD (Agricultura, Minas e Energia e Pesca) e União Brasil (Comunicações, Turismo e Integração Regional).

Na primeira reforma ministerial, Lula se aproximou ainda mais da mediana do Congresso, contemplando Republicanos (Portos e Aeroportos) e PP (Esportes). Dentro das limitações que um Congresso majoritariamente conservador lhe impõe, Lula fez movimentos corretos, segundo o manual de Melo e Pereira. Ainda assim, o Congresso continua aprontando armadilhas para o governo, extorquindo mais e mais verbas orçamentárias.

Apesar de reconhecerem que o jogo ficou mais difícil para os presidentes depois das emendas impositivas e do fundão eleitoral, Melo e Pereira ainda assim apostam na funcionalidade de nosso presidencialismo de coalizão em conter abusos autoritários e atribuem as crises políticas que periodicamente sacodem o país à incapacidade de gestão presidencial da base.

Os autores citam Michel Temer como contraexemplo bem-sucedido de presidente que construiu uma coalizão eficiente, capaz de aprovar reformas estruturantes (teto de gastos, trabalhista, novo ensino médio) e de poupá-lo de um grande escândalo de corrupção.

Fiquei imaginando se um presidente com essa habilidade política e afinidade ideológica com os congressistas, mas com pendores autoritários, não seria capaz de contornar à la Viktor Orbán os pontos de veto de nosso presidencialismo de coalizão, inclusive os órgãos de controle, "com o Supremo, com tudo".

Além disso, o livro me levou a pensar a que ponto vale a pena manter um sistema ineficiente e de alto custo político e orçamentário em nome de uma certa vacina (de eficácia duvidosa) contra golpes.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Sociedade Tabata e Boulos criticam ausência de Nunes no evento da capital paulista

Parada LGBT+ em SP disputa patriotismo e família

Cristiane Agostine
De São Paulo

RENATO S. CERQUEIRA/ATO PRESS/AGÊNCIA O GLOBO



Deputados Guilherme Boulos e Erika Hilton (à esquerda): tom político marcou abertura da parada, com incentivo à disputa por símbolos nacionais com a direita

A 28ª edição da Parada do Orgulho LGBTQIA+ reuniu ontem milhares de pessoas na avenida Paulista, em São Paulo, com uma tentativa de ressignificar o patriotismo e a defesa da família, em um evento com a forte presença da bandeira do Brasil e de pessoas vestidas de verde e amarelo, em contraponto a eleitores bolsonaristas. Os pré-candidatos à prefeitura paulistana Guilherme Boulos (Psol) e Tabata Amaral (PSB) participaram, mas apenas Boulos discursou e teve protagonismo em um dos carros de som. Em busca dos conservadores, o prefeito e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), não foi, nem o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Entre os participantes, as camisetas da seleção brasileira e as cores amarela, verde e azul se destacaram. Nos carros de som, foi exaltada a importância de votar em candidatos progressistas e reforçado que não são só os conservadores que podem usar os símbolos nacionais. O tema da parada, "Basta de negligência e retrocesso no Legislativo", convidou o público a refletir sobre a importância do voto consciente e a incentivar a fazer um contraponto ao bolsonarismo.

O ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, disse no carro de som que é preciso "ressaltar e realçar a unidade nacional" e que o governo federal atua contra o "ódio e preconceito" para tentar proteger as famílias. "Não queremos que nenhum pai chore a morte do filho. Estamos aqui para defender seu filho", afirmou. "Quem apoia a comunidade LGBT é a favor da família."

No trio da organização, o tom político predominou. A deputada Erika Hilton (Psol-SP) foi tratada como pré-candidata à Presidência e aplaudida. Pré-candidato à prefeitura paulistana, Boulos lembrou que São Paulo ajudou a ditadura há 40 anos, afirmou que a cidade derrotou Jair Bolsonaro em 2022 e disse que os eleitores derrotarão de novo o bolsonarismo neste ano, em crítica a Ricardo Nunes, que busca o apoio de Bolsonaro. "Viva a diversidade. Preconceito nunca mais", disse Boulos.

Ao falar com a imprensa, o parlamentar do Psol afirmou que é "natural" a ausência de Nunes na parada LGBTQIA+. "Acho natural que um candidato que é apoiado pelo Bolsonaro e que comunga de valores bolsonaristas não venha num evento que celebra a diversidade, que enfrenta o preconceito, a intolerância. Parece que ele partilha desse preconceito e dessa intolerância", disse Boulos.

Ausente da Marcha para Jesus, na quinta-feira (30), Boulos disse que não foi convidado para o evento evangélico que deu protagonismo a Tarcísio de Freitas e Nunes. "Não acho que seja saudável para a sociedade uma instrumentalização demagógica da fé para razões eleitorais. Nunca fiz isso e não é porque sou candidato que vou fazer", disse. "O uso demagógico de alguns políticos da fé e da religiosidade por causa de votos em véspera de eleição não é uma coisa boa."

Tabata não subiu nos carros de som nem discursou, apenas circulou entre os participantes. Sem citar Boulos, acusou a partidarização do ato. "Esse não é um evento partidário, só de esquerda ou só de um grupo político", disse à imprensa. "Nós precisamos que essas causas estejam da esquerda à direita", afirmou. Tabata também criticou Nunes por não ir a um dos maiores eventos da cidade.

A exemplo de Boulos, a deputada também não participou da Marcha para Jesus. "Nunca participei", disse. "Me parecia hipócrita deixar de fazer algo que é importante para a minha religião [católica], para a minha comunidade e ir para uma questão eleitoreira, a um evento que nunca fui."

Ausente, o prefeito alegou ter uma consulta médica para levar exames de endoscopia e colonoscopia no mesmo dia. Em busca dos conservadores, Nunes tem feito acenos ao bolsonarismo e tenta se descolar de pautas progressistas.

Entre os manifestantes com camisa do Brasil, era comum ouvir que é preciso "disputar com a direita" os símbolos do patriotismo, como disse Afonso Meireles, de 24 anos. "Tinha muito medo de usar a camisa do Brasil porque era usada pela direita. Agora, me sinto mais leve. Sei que as coisas não mudaram, mas acho que podem melhorar", disse. Meireles afirmou que o fato de Madonna e Pabllo Vittar darem um novo sentido às cores do Brasil, em show no Rio, incentivou à disputa pelo símbolo.

Irmãos Vital e Veneziano do Rêgo ganham destaque

Andrea Jubé
De Brasília

A tragédia climática no Rio Grande do Sul trouxe de volta ao protagonismo político os irmãos Vital e Veneziano do Rêgo, influentes no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Senado. Lideranças do MDB da Paraíba, Vital assumirá a presidência do TCU a partir de 2025, enquanto Veneziano deverá tentar novo mandato de senador em 2026. Ambos mantêm aliança de muitos anos com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, em compromissos no exterior, o ministro Vital do Rêgo, no exercício da presidência, participou de agendas com Lula sobre a edição de medidas para socorrer as vítimas das enchentes.

No dia 13 de maio, foi convidado por Lula a participar de uma teleconferência no Palácio do Planalto com o governador Eduardo Leite (PSDB), em que foi discutida a suspensão da dívida do Estado gaúcho com a União por três anos.

Ainda no exercício da presidência, Vital estava em Porto Alegre no dia 14 de maio, vistoriando o Aeroporto Salgado Filho. Na ocasião, anunciou que a Corte vai estudar alternativas para garantir o reequilíbrio financeiro do contrato de concessão, a fim que a Fraport, alemã que administra o terminal, tenha recursos para investir na reconstrução do local

Avisado de que Vital estava na cidade, Lula lhe telefonou para que adiasse o retorno a Brasília e se juntasse à comitiva presidencial, que aterrissaria no Estado no dia seguinte para anunciar novas medidas às vítimas das chuvas.

Menos de uma semana depois, um novo aceno. Lula convidou Vital a retornar ao Planalto para participar da solenidade de sanção de um projeto de sua autoria quando era senador pela Paraíba. A norma determina que quando houver pacientes compatíveis para transplante de órgãos, doados em localidades diferentes da residência do receptor, instituições públicas civis e militares e empresas privadas devem priorizar o deslocamento desses órgãos e do profissional de saúde encarregado do transporte.

Em 2022, Lula apoiou a candidatura de Veneziano do Rêgo ao governo da Paraíba em um gesto relevante na campanha. Isso porque o PSB — aliado que o petista trazia como vice na chapa, com Geraldo Alckmin — contava com Lula no palanque do governador João Azevêdo, candidato à reeleição.

> Lideranças do MDB da Paraíba, eles mantêm aliança de muitos anos com Lula

Veneziano amargou um quarto lugar com 17,1% dos votos válidos, atrás do candidato apoiado por Jair Bolsonaro, Nilvan Ferreira (PL), que obteve 18,6% dos votos. O ex-deputado Pedro Cunha Lima (PSDB) foi para o segundo turno, mas acabou derrotado pelo governador, que se reelegeu.

Apesar da derrota eleitoral, Veneziano se mantém influência no Senado. Vice-presidente da Casa nos dois mandatos de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), é um dos aliados mais próximos do senador mineiro, um dos quadros mais influentes do MDB e transita com desenvoltura entre senadores de todos os matizes políticos.

Diante dessa aliança histórica, o desafio de Vital será assumir uma postura de independência em relação ao governo quando assumir a presidência do TCU. Aliados de Bolsonaro fizeram alusão à ligação de Vital com Lula em 2022, quando o ministro pediu vista para suspender o julgamento do processo de privatização da Eletrobrás, ao qual o líder petista se opunha.

Na ocasião, o ministro citou inconsistências e erros nos estudos que serviram de base ao processo e cobrou mais detalhes à companhia. Ministros de Bolsonaro foram à público alegar motivações políticas no adiamento do julgamento. No dia 18 de maio daquele ano, o plenário do TCU avalizou a privatização da companhia por 7 votos favoráveis, e 1 contrário de Vital.

O **Valor** apurou com interlocutores, porém, que há traços de insatisfação na relação com o governo. Veneziano observou a colegas que o Planalto não estaria correspondendo a demonstração de lealdade de todos esses anos, e estaria sendo mais generoso com seus adversários locais.

Mas uma pesquisa rápida no Siga Brasil, portal do Senado com informações sobre empenho e pagamento de emendas, mostra que Veneziano foi o mais favorecido com a liberação de recursos entre os senadores da Paraíba neste ano. Foram R$ 38,2 milhões efetivamente pagos até este mês. Efraim Filho (PB), líder do União Brasil, teve R$ 21,8 milhões e Daniella Ribeiro (PSD-PB), que presidiu a Comissão Mista de Orçamento, R$ 32,6 milhões.

Ao **Valor**, Veneziano descartou qualquer descontentamento. Afirmou que a relação com Lula está acima de partidos porque é de "caráter pessoal". Também ponderou que discussões sobre seu futuro só ocorrerão após as eleições municipais. Em 2025, ele deixa a vice-presidência do Senado. O **Valor** apurou que ministros de Lula articulam um palanque na Paraíba com Efraim, na corrida ao governo, e Veneziano buscando novo mandato de senador. Vital também foi procurado, mas não retornou.

Congresso PT, porém, quer postergar para depois das eleições

Lira tenta antecipar debate sobre sucessão na Câmara

Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), pretende negociar a sua sucessão em agosto e setembro, mas a maioria dos pré-candidatos tenta empurrar para depois das eleições municipais essa discussão, à espera de que o cenário fique mais claro e a influência dele nesse processo diminua. A eleição ocorrerá em 1º de fevereiro de 2025.

Lira já reconheceu a aliados que sabe que, quanto mais próximo do fim do mandato, menor será sua força. Por isso, tenta resolver o assunto junto ao governo antes das eleições municipais para forçar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a um acordo em torno do nome escolhido por ele. O petista terá poder de veto, mas isso, segundo seus aliados, será relativo: apontado como favorito de Lira, o deputado Elmar Nascimento (BA) é líder do União Brasil. Vetá-lo seria abrir guerra com o terceiro maior partido da Câmara, reconhecem petistas.

Por isso, o partido do presidente quer iniciar o debate sobre a sucessão apenas em novembro. Articuladores da sigla defendem que é preciso equilibrar a estratégia política do Palácio do Planalto, que depende dos acordos com Lira para aprovar as matérias do governo, com os interesses da própria bancada, que tenta cavar mais espaço no Legislativo no próximo biênio, com comissões e relatorias mais importantes. Ao mesmo tempo, tenta preservar seu tamanho na Esplanada dos Ministérios e evitar o avanço do Centrão sobre mais cargos na reforma que deve ocorrer após a eleição municipal.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



Presidente da Câmara, Arthur Lira

Já o bloco do MDB, PSD, Podemos e Republicanos tem o desafio de buscar uma "solução de consenso" dentro do grupo para forçar o apoio de Lira ao escolhido. O presidente da Câmara tem negado aos deputados que já tenha optado por Elmar e dito que escolherá o candidato com mais condições dentro dos partidos que o apoiaram. Nessas conversas, afirma que precisa de um aliado que preserve sua influência junto ao governo e à destinação de recursos do Orçamento, e lhe permita chegar com força em 2026 para disputar o Senado.

Apesar de enxergarem a união do bloco como decisiva para a eleição, os pré-candidatos do Republicanos (Marcos Pereira), do MDB (Isnaldo Bulhões) e do PSD (Antonio Brito) ainda não se acertaram sobre o momento de fazer isso. Pereira tem apoio no governo e na oposição e tenta selar essa aliança dentro do bloco o quanto antes em torno de sua candidatura. Já Bulhões e Brito têm maior simpatia dos governistas, mas enfrentam mais resistências de Lira e preferem deixar a definição para o fim do ano.

No caso de Brito, a relatoria do Orçamento de 2025 está nas mãos do PSD e a possibilidade de distribuir verbas no fim do ano em troca de apoio pode ser um diferencial. Lira costuma dizer que o parlamentar baiano é muito identificado com o governo e, por isso, não contaria com apoio da ala mais oposicionista e dos que querem maior "independência" em relação ao Planalto. Brito tem trabalhado para desconstruir isso em reuniões com parlamentares do PL e também conta com o passar do tempo para diminuir a influência de Lira na eleição.

Conterrâneo de Lira, Bulhões é o único dos líderes partidários "vetado" pelo presidente da Câmara como sucessor, já que poderia representar uma ameaça aos planos dele em Alagoas. A aliados, o emedebista tem se queixado desse suposto veto, mas afirmado que pode, inclusive, se aproveitar do "antilirismo" para buscar seu espaço, diante de reclamações do baixo clero sobre a falta de previsibilidade das sessões e excesso de poder dos líderes dos partidos nas votações.

Todos os pré-candidatos admitem em conversas reservadas que uma aliança entre Lira e Lula definiria a eleição, mas a maioria é cética quanto à possibilidade de esse acordo ocorrer. Há apostas, inclusive, de que o deputado do PP buscará construir um nome de fora deste grupo diante da falta de consenso entre os pré-candidatos atuais, como o líder do seu partido, doutor Luizinho Teixeira (PP-RJ), ou líder do Republicanos, Hugo Motta (PB) — que, neste caso, precisaria enfrentar o presidente do seu partido, algo que tem prometido não fazer.

O próprio Elmar Nascimento, apontado como o favorito do presidente da Câmara, tem se movimentado intensamente em busca de ampliar seus apoios e não ficar dependente dele. Na quarta-feira, levou o diretório nacional do União Brasil a atropelar o diretório de Recife e aderir à reeleição do prefeito João Campos (PSB), com o objetivo de ser retribuído pelo PSB em nível nacional. O diretório de Pernambuco é o mais influente da sigla e possui 5 dos 12 deputados federais do PSB.

"Esse apoio abre a discussão para a consolidação do nosso alinhamento à caminhada do Elmar na Câmara", escreveu João Campos no Instagram. O "anúncio" foi recebido com ceticismo e críticas no MDB e Republicanos. Parte dos integrantes dessas siglas disse que foi apenas um gesto e que não há nada decidido. Outra parte reclamou de "desrespeito" porque MDB e Republicanos estão ao lado de Campos desde sua primeira eleição e também têm pré-candidatos na Câmara. "Ainda não é hora de falar sobre esse tema [sucessão na Câmara]", desconversou o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

'Jabuti' no Mover gera impasse no governo

Fabio Murakawa, Raphael Di Cunto e Caetano Tonet
De Brasília

A inclusão de um "jabuti" gerou atritos na votação do projeto de lei que cria o Programa Mobilidade Urbana Verde e Inovação (Mover) e criou um novo impasse dentro do governo, levando a negociações adicionais com o Congresso. Principal patrocinador da ideia, o vice-presidente Geraldo Alckmin tem conversado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para buscar uma solução. As discussões ocorrem no contexto de uma crise na articulação do governo, que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a convocar uma reunião com seus líderes no Congresso e o ministro das Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, hoje, no Planalto.

O que preocupa o Planalto é o dispositivo, incluído na lei pela Câmara dos Deputados, para exigir um percentual mínimo de conteúdo local nas atividades de exploração de petróleo. Esse "jabuti" contrariou em especial o vice-presidente, que acumula o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Ele disse a interlocutores que o tema não deveria ser tratado no PL do Mover. Mas, caso o Senado retire esse trecho, a proposta terá que ser apreciada novamente pela Câmara, atrasando a sanção em pelo menos mais um dia.

As conversas com os senadores incluem, além de Alckmin e Padilha, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Outro "jabuti" incluído no Mover, a taxação de compras internacionais de até US$ 50, é vista no Planalto como "tema pacificado". Negociada entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a taxa ficará em 20%.

Interlocutores de Pacheco afirmam que o trecho sobre o conteúdo nacional deve ser retirado, mas a fórmula ainda está sendo discutida. Mas ressaltam que "cabe ao governo resolver esse impasse".

Caso o PL volte à Câmara, a palavra final seria dos deputados, que podem concordar com a rejeição ou reinserir o trecho derrubado.

Outra alternativa, já usada em PLs anteriores, é que o presidente do Senado "inadmita" esta parte, por se tratar de um "jabuti", uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu ser inconstitucional a inclusão de dispositivos estranhos a projetos em tramitação. O texto seguiria direto para sanção se nada mais for alterado. Esse tipo de manobra legislativa, contudo, criou atritos entre Câmara e Senado no passado.

Mesmo que volte à Câmara, o resultado pode ser diferente e levar à rejeição da exigência de conteúdo nacional. Na terça-feira, o placar foi apertado, 174 votos a 159, e o texto do deputado Áureo Ribeiro contou com apoio do governo. Com as declarações contrárias de Alckmin e a reação do setor de óleo e gás, esse cenário pode mudar.

Lula se reúne hoje com Padilha e os líderes no Congresso para tentar afinar a articulação.

"Essa era uma reunião que fazíamos com alguma frequência juntando, SRI, Casa Civil, Fazenda os três líderes e o presidente", disse Padilha ao **Valor**. "Ano passado, [a frequência] era quase quinzenal, mensal. Depois, foi rareando pela agenda internacional. Este ano chegamos a fazer duas vezes apenas. Vamos ver se conseguimos retomar uma certa rotina."

Os três líderes a que Padilha se refere são José Guimarães (PT-CE, Câmara), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP, Congresso), além de Jaques Wagner.

INÊS 249

Judiciário Correlação de forças no tribunal deve mudar com a entrada de Nunes Marques na vice e o ingresso de André Mendonça

Cármen Lúcia assume TSE e comandará eleição deste ano

Isadora Peron
De Brasília

A ministra Cármen Lúcia assume nesta segunda-feira (3) a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ela substitui o ministro Alexandre de Moraes, que esteve no comando da Corte nos últimos dois anos e será a responsável por conduzir as eleições municipais de outubro.

A cerimônia de posse deve contar com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e outras autoridades, mas será mais reservada que a de Moraes em 2022, quando houve 2 mil convidados. A expectativa é que o ato reúna 300 pessoas.

Em sua segunda passagem pela presidência da Justiça Eleitoral, a ministra indicou duas mulheres para organizar os trabalhos da cúpula do tribunal. Para a direção-geral, ela escolheu a professora Roberta Gresta. Já para ocupar a secretaria-geral a indicada foi a desembargadora Andréa Pachá.

Roberta é servidora do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) e uma das fundadoras da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Andréa, por sua vez, atua no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e ficou conhecida por lançar o livro "A vida não é justa", baseado em sua experiência à frente de uma vara de família.

A questão de gênero é uma bandeira antiga da ministra, que pretende continuar atuando de maneira dura no combate à fraude à cota de gênero à frente do TSE. Hoje, ela é a única mulher no Supremo Tribunal Federal (STF), mas defendeu a indicação de uma ministra após a aposentadoria de Rosa Weber, ano passado. Lula, porém, escolheu Flávio Dino para o cargo.

Assim como nas últimas eleições, o combate às "fake news" vai ser um dos grandes temas da Justiça Eleitoral, especialmente com o crescimento do uso da inteligência artificial. Em março, a ministra liderou o processo de editar novas resoluções para o pleito e um dos pontos foi definir parâmetros para o uso desse tipo de ferramenta. O texto também previu a responsabilização das plataformas que não retirarem do ar, imediatamente, conteúdos com desinformação, discurso de ódio e com mensagens antidemocráticas.

> Bloco mais conservador do TSE tende a se fortalecer com nova composição

Mesmo antes de assumir o cargo, ela já começou a estabelecer contato com os representantes das principais "big techs" que atuam no país. A ministra tem defendido a necessidade de regulamentação das redes sociais e costuma rebater críticas de que isso fere a liberdade de expressão. A expectativa, porém, é que a nova presidente do TSE adote um tom mais moderado que Moraes, que foi criticado por determinar o bloqueio de perfis e a exclusão de conteúdo durante o pleito de 2022.

Outra preocupação da ministra é como viabilizar a votação em presídios. A Constituição garante direito a voto aos presos provisórios e a medida tem sido implementada desde 2010. Cármen Lúcia, no entanto, já sinalizou que pretende discutir a questão agora na presidência do TSE.

Um dos pontos que ela tem levantado em conversas com interlocutores é que aumentou, na última década, a capilaridade do crime organizado e que pessoas presas estariam mais suscetíveis à pressão para eleger para cargos públicos nomes ligados a facções e milícias.

Mineira, Cármen Lúcia já presidiu o TSE em 2012, quando se tornou a primeira mulher a chegar ao posto. Na época, ela também comandou uma eleição municipal. A ministra terá como vice Kassio Nunes Marques.

Com a saída de Moraes da Corte, quem assumirá a vaga de titular no TSE será o ministro André Mendonça. Os dois ministros — Nunes Marques e Mendonça — foram indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a tendência, com a nova composição, é de que haja uma mudança na correlação de forças do tribunal.

No período em que esteve à frente da corte, Moraes conseguiu formar maioria para garantir vitória em processos que considerava cruciais, como as ações que declararam Bolsonaro inelegível por oito anos. Além de Cármen, costumavam votar com o então presidente do TSE os dois ministros da classe de juristas: André Ramos Tavares e Floriano de Azevedo Marques.

Agora, o bloco mais conservador do tribunal tende a se fortalecer. Além de Nunes Marques e Mendonça, os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Raul Araújo e Isabel Galotti costumam se alinhar a essa corrente.

Além das eleições municipais, Cármen também terá que enfrentar outros temas delicados no plenário, como o pedido de cassação do senador Jorge Seif (PL-SC). Antes de deixar o comando da corte, Moraes pautou para julgamento o caso do senador Sergio Moro (União-PR), que foi absolvido por unanimidade. A decisão foi vista como um gesto do ministro ao Congresso.

Também tramita na corte uma série de ações apresentadas contra Bolsonaro durante a campanha de 2022. Uma delas, movida pelo PT, fala da existência de um "ecossistema de desinformação" e mira também os filhos e aliados do ex-presidente. Bolsonaro também é acusado de usar a estrutura do governo para promover sua candidatura durante o funeral da Rainha Elizabeth II e a 77ª Assembleia-Geral da ONU.


ALEJANDRO ZAMBRANA/SECOM/TSE

Cármen Lúcia: ministra deve combater 'fake news' e fraude à cota de gênero

Paes articula chapa pura e deixa PT de lado na disputa no Rio

Camila Zarur
Do Rio

A quatro meses das eleições municipais, o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), mantém a ideia de concorrer com uma chapa pura — isto é, tendo como vice um aliado próximo do mesmo partido. Essa decisão põe de lado, pelo menos por enquanto, os planos do PT de vir a ocupar espaço na chapa.

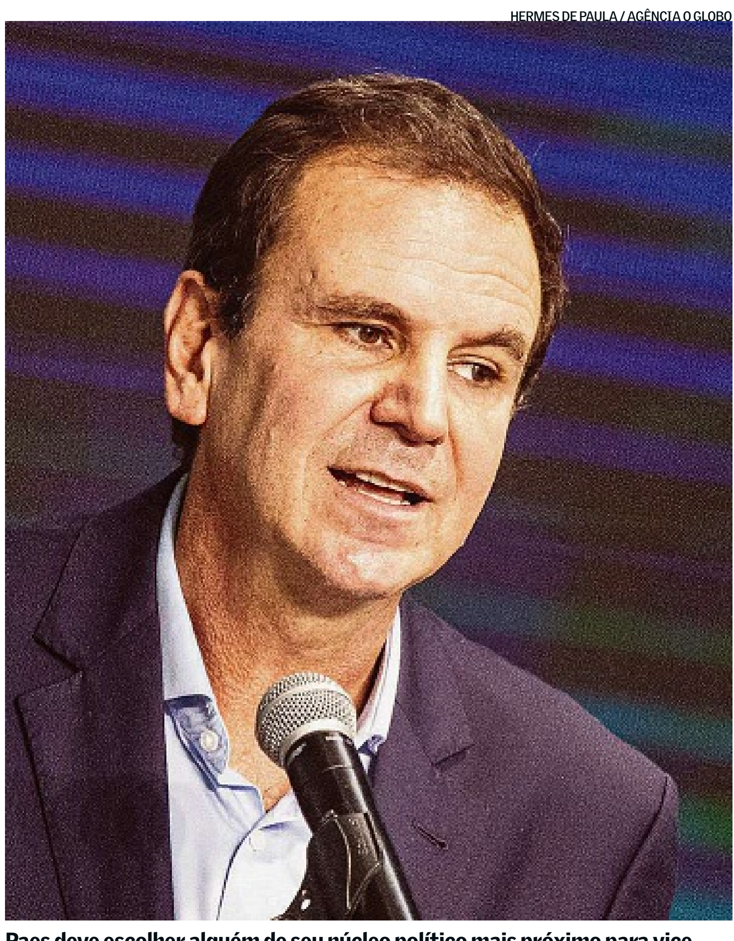
É um caminho oposto ao qual seu principal adversário na corrida, o deputado federal bolsonarista Alexandre Ramagem (PL-RJ), tenta trilhar. O parlamentar negocia ter vice do MDB ou do União Brasil para unificar uma candidatura de direita. (*Leia mais na reportagem ao lado*)

Apontado como favorito à reeleição, Paes deve escolher alguém de seu núcleo político mais próximo para companheiro de chapa. Há duas razões. A primeira é a avaliação positiva da administração de Paes, o que, na visão de aliados, o fortalece na corrida e faz com que não seja necessário compor com terceiros para aumentar a popularidade do atual prefeito.

É uma situação diferente da vivida por Paes em 2020, quando não tinha a mesma força para disputar contra Marcelo Crivella (Republicanos), o então prefeito. O bispo havia derrotado o pupilo de Paes, Pedro Paulo, na eleição anterior, de 2016.

Ainda em 2020, Paes concorreu em um pleito mais pulverizado do que agora e vinha de uma derrota na corrida ao governo estadual de 2018, quando perdeu para o ex-governador Wilson Witzel. Naquela conjuntura, dizem fontes do entorno do prefeito, era necessária uma composição mista na chapa.

O segundo motivo para apostar em um aliado do próprio partido é deixar o caminho livre para uma eventual candidatura ao Palácio Guanabara, daqui a dois anos. Está nos planos uma terceira disputa para governador do Rio; ele concorreu em 2018 e em 2006, sem sucesso. Por isso, quer ter na capital fluminense alguém de sua confiança para manter a influência na cidade na campanha de 2026.


HERMES DE PAULA / AGÊNCIA O GLOBO

Paes deve escolher alguém de seu núcleo político mais próximo para vice

Segundo o entorno de Paes, o nome mais provável para vice é do próprio Pedro Paulo, mas há outras cartas na manga do chefe do Palácio da Cidade caso, por algum motivo, não consiga indicar seu braço direito. As opções são os secretários Eduardo Cavalieri, da Casa Civil, e Guilherme Schleder, de Esporte, ou o presidente da Câmara Municipal do Rio, Carlo Caiado.

Na quinta-feira, 6 de junho, Cavalieri e Schleder devem deixar os postos no Executivo carioca para ficarem livres, perante a Justiça eleitoral, para uma eventual indicação à chapa de Paes. No calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), secretários municipais devem se desincompatibilizar quatro meses antes da eleição caso queiram disputar um cargo executivo.

> Cotados para vice, Cavalieri e Schleder devem deixar os cargos na prefeitura no dia 6

Paes, porém, deve adiar ao máximo a escolha do vice e só deverá bater o martelo durante o período das convenções partidárias, previstas entre 20 de julho e 5 de agosto. Nesse sentido, repetirá o que fez em 2020, quando escolheu Nilton Caldeira (PL), atual vice-prefeito, faltando dois dias para o fim das convenções.

O PT esperava indicar o vice de Paes, mas essa perspectiva está cada vez menor entre os petistas. Os possíveis nomes para o posto são do secretário municipal de Assistência Social, Adilson Pires, e do secretário de Assuntos Federativos do Ministério das Relações Institucionais, André Ceciliano. Os dois também vão ter que deixar os cargos se quiserem manter a possibilidade de serem escolhidos por Paes.

De acordo com fontes próximas à articulação entre o prefeito e o PT, é dado como certo que Paes não abrirá espaço em sua chapa para um petista. À vista disso, uma ala do partido já indicou que não apoiará o postulante à reeleição. Liderados pelo deputado federal Lindbergh Farias, eles devem endossar o também deputado federal Tarcísio Motta (Psol).

Não ter o PT na chapa de Paes não é visto como um grande problema pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na visão de líderes nacionais petistas, a prioridade para o mandatário no Rio é ter um palanque forte em 2026 para sua reeleição. Para isso, é melhor manter uma boa relação com Paes do que colocar "uma faca no pescoço" do aliado.

Tarcísio só vai definir seu companheiro de chapa depois que Paes escolher o seu, segundo aliados do parlamentar, para não limitar suas articulações. Há uma esperança de que, com uma recusa oficial do prefeito ao PT, outros partidos de esquerda que hoje estão no palanque do alcaide migrem para o lado de Tarcísio. É o caso, por exemplo, do PSB e PDT.

Líderes do Psol, no entanto, admitem que esse é um cenário improvável e já buscam um plano B. O mais provável é uma solução caseira com a deputada estadual Renata Souza (Psol).

O postulante do PP, deputado federal Marcelo Queiroz, também pode sair com uma chapa puro-sangue. O parlamentar se equilibra na disputa como o candidato "nem-nem", nem bolsonarista nem lulista, e tenta uma composição com a federação do PSDB e Cidadania. A sigla tucana, porém, passa por um longo processo de reestruturação, o que pode atrapalhar os planos do pré-candidato. Se isso acontecer, ele admite que deve escolher alguém do próprio partido como vice.

Já do lado bolsonarista, o PL tenta atrair o União Brasil e o MDB para compor com o deputado federal Alexandre Ramagem (PL). As duas siglas, no entanto, já indicaram pré-candidatos: os deputados estadual Rodrigo Amorim e federal Otoni de Paula, respectivamente. Caso as conversas não avancem e os bolsonaristas não consigam compor com nenhuma sigla, uma possibilidade forte é fechar uma chapa entre Ramagem e sua colega de bancada Chris Tonietto, nome defendido pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Ramagem busca aliança com MDB e União Brasil

Do Rio

Na tentativa de compor uma chapa mista à Prefeitura do Rio, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), o pré-candidato bolsonarista na disputa, tem buscado alianças com partidos que já indicaram postulantes na corrida, como MDB e União Brasil. O objetivo é chegar a uma composição que unifique os votos de eleitores de direita. Nesse movimento, as duas siglas precisariam, porém, abrir mão de ser a cabeça da chapa.

O MDB tem como pré-candidato o deputado federal Otoni de Paula. O parlamentar enfrenta resistência de líderes da sigla. Pastor evangélico, ele apostava na religião como catalisador de sua pré-candidatura, o que ainda não aconteceu. Otoni tem um acordo com o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, para concorrer à Prefeitura do Rio. Contudo, como ainda não despontou nas pesquisas internas da legenda, o partido começou a recalcular a rota, dizem fontes ligadas à sigla.

Na semana passada, Otoni foi procurado por dirigentes do PL e por Ramagem para conversar sobre a possibilidade de ele deixar a corrida e apoiar o bolsonarista. Em conversa com o **Valor**, o deputado admite que há possibilidade de abrir mão da disputa para "construir uma unidade da direita" na cidade. "Nós iniciamos esse processo [de conversa com o PL]. Não sei se vingará, mas estamos conversando. Sei que esse diálogo já está ocorrendo, patrocinado pelo presidente do MDB estadual", disse Otoni, fazendo menção a Washington Reis, ex-prefeito de Caxias e atual secretário de Transporte do governo estadual do Rio.

Antes de procurar o parlamentar, o PL já vinha conversando com Reis e o diretório do MDB. A sigla emedebista sugeriu alguns nomes para vice de Ramagem. Um deles foi o vereador Victor Hugo, que é próximo do presidente do partido no Estado. Porém, segundo interlocutores, o edil foi vetado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por não ter total confiança nele.

Outra possibilidade oferecida foi a ex-deputada estadual e locutora Rosane Felix, que foi do PL. Conta a favor da ex-parlamentar o fato de ser mulher — eleitorado no qual Bolsonaro enfrenta mais dificuldade — e evangélica.

Outro partido que o PL tem procurado é o União Brasil, comandado no Rio pelo presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar. O deputado é braço direito do governador Cláudio Castro (PL), que, mesmo sendo correligionário de Ramagem, tem dado sinais ambíguos à candidatura do bolsonarista.

O União Brasil é visto, na avaliação de um dos líderes do PL do Rio, como "sonho de consumo" para Ramagem. Entre os motivos que explicam o interesse na aliança está o extenso tempo de TV do partido, que se somaria ao já relevante tempo a que o PL tem direito, e a capilaridade no Rio.

O obstáculo para essa composição está na pré-candidatura do deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil). Nos bastidores, o parlamentar é visto já como um não-candidato, pensamento que se reforça por ele não ter começado agendas de pré-campanha; os maiores eventos que Amorim participou nos últimos meses, inclusive, tinham Ramagem e Bolsonaro como protagonistas.

Entretanto, a pré-candidatura do deputado se coloca como empecilho à medida em que Amorim é usado como barganha pelos líderes do União Brasil. De acordo com fontes próximas das articulações do partido, a ideia é levar a pré-campanha adiante ao máximo, aumentando assim o seu "valor de negociação". Desta forma, em troca de retirar o nome de seu correligionário, o partido teria força para não só pedir a vice na chapa de Ramagem, como mais espaço na administração municipal em caso de vitória nas eleições.

Se as conversas não avançarem e o PL não conseguir compor com nenhuma outra sigla, o partido não descarta uma solução caseira e pode escolher um vice da própria base. Nesse cenário, o nome mais forte é o da deputada federal Chris Tonietto, defendida pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Por ora, lideranças do PL dizem que a decisão será tomada por Ramagem e por Bolsonaro. (CZ)

Opep+ estende cortes de produção até o fim de 2025

Salma El Wardany, Anthony Di Paola e Fiona MacDonald
Bloomberg

A Opep+ concordou em prolongar os seus cortes na produção de petróleo até 2025, ao mesmo tempo que estabeleceu um calendário para a redução gradual de algumas dessas restrições neste ano.

O acordo alcançado ontem em Riad vai além expectativas do mercado em alguns aspectos, prolongando os chamados cortes "voluntários" de membros importantes, incluindo a Arábia Saudita e a Rússia, até ao próximo ano. No entanto, também começa a reverter essas reduções na oferta em outubro, antes do que alguns observadores da Opep+ presumiam.

Antes da reunião, os operadores e analistas esperavam amplamente que a Opep+ prolongasse as limitações de oferta, a fim de compensar o aumento da produção dos seus rivais, com alguns prevendo que seriam mantidas até ao final de 2024. Sob o novo acordo, as oito nações participantes nestas restrições adicionais terão acrescentado cerca de 750.000 barris por dia ao mercado até janeiro.

Os preços do petróleo caíram recentemente num contexto de perspectivas econômicas frágeis na China, principal consumidor, e de dúvidas quanto ao ritmo das reduções das taxas de juro nas principais economias industrializadas. Os futuros do Brent fecharam em US$ 81,62 por barril em 31 de maio, uma queda de 7,1% no mês.

O acordo Opep+ prolonga o corte de cerca de 2 milhões de barris por dia, redução que desempenhou um papel fundamental no apoio aos preços do petróleo acima dos US$ 80 por barril este ano, mas que deveriam expirar no final de junho. As restrições continuarão integralmente no terceiro trimestre e serão gradualmente eliminadas ao longo dos 12 meses seguintes, disse um comunicado do Ministério da Energia saudita.

Esses cortes "voluntários" por parte da Opep e dos seus aliados foram um acréscimo a um acordo anterior de todo o grupo que limitava a produção de petróleo a cerca de 39 milhões de barris/dia, que vigorou até ao final deste ano. A aliança disse em comunicado que também concordou em prolongar esse acordo até o final de 2025.

7,12%
foi a queda do preço por barril de petróleo em maio

"Isso remove uma parte significativa do petróleo dos nossos saldos neste ano e no próximo", disse Amrita Sen, diretora de pesquisa e cofundadora da Energy Aspects Ltd. O acordo "mantém a Opep+ no comando do mercado".

O acordo de ontem sugere que a Arábia Saudita, líder da OPEP+, que acolheu a reunião na sua capital depois de os planos iniciais para uma reunião em Viena terem sido cancelados, tenta encontrar um equilíbrio entre apoiar os mercados de petróleo e aliviar as restrições à produção contra as quais alguns membros se têm irritado repetidamente.

Os preços mais baixos do petróleo este ano melhoraram as perspectivas econômicas, proporcionando algum alívio aos bancos centrais que lutam contra a inflação persistente. No entanto, também ameaçam as receitas de produtores como a Arábia Saudita, que precisa de preços próximos dos US$ 100 por barril para financiar os ambiciosos planos de gastos do príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, estima o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Paralelamente à reunião da Opep+ no domingo, o governo saudita concluiu uma venda de ações no gigante petrolífero estatal Aramco, no valor de US$ 12 bilhões, angariando fundos para ajudar a pagar um enorme plano de transformação econômica.

O acordo resolve, ainda que temporariamente, um debate potencialmente tenso sobre a capacidade petrolífera de alguns países. A aliança encomendou uma revisão externa das capacidades dos seus membros com a intenção de redefinir os níveis de produção de base utilizados para medir os cortes em 2025.

Vários grandes exportadores procuravam aumentar os seus níveis , o que poderia representar um risco para os esforços do grupo para estabilizar os mercados mundiais. O prazo para conclusão desse processo foi adiado em um ano, até novembro de 2026.

No entanto, os Emirados Árabes Unidos receberam um aumento de 300 mil barris por dia na sua meta de produção para o próximo ano, tornando-se o claro vencedor das negociações realizadas ontem.

Eleição O CNA, partido que está há 30 anos no poder, obteve pior votação desde 1994 e terá de negociar com opositores para seguir governando

Partido fundado por Mandela sofre duro revés na África do Sul

Alexandra Wexler e Gabriele Steinhauser
Dow Jones, de Johannesburgo

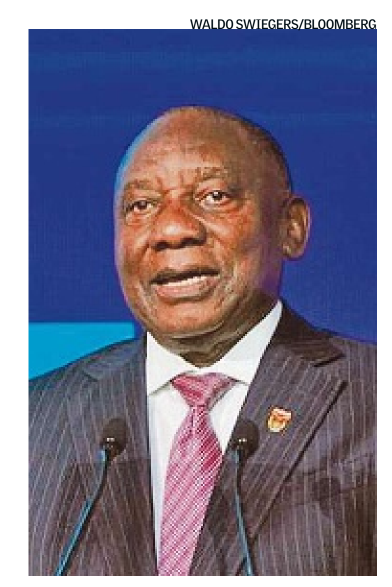
Os eleitores sul-africanos desferiram um grande golpe no Congresso Nacional Africano (CNA), ao darem ao partido apenas 40% dos votos nas eleições nacionais — um resultado que coloca em dúvida o futuro do presidente do país, Cyril Ramaphosa, e o da própria legenda surgida do antigo movimento de libertação do país, há 30 anos no poder.

A contagem final de votos das eleições nacionais de quarta-feira (29) revelou o pior resultado da história do CNA desde 1994. O partido não terá maioria absoluta no Parlamento do país. Na eleição nacional passada, em 2019, o CNA conquistou 57,5% dos votos. No auge de seu poder em 2004, dominava quase 70% do eleitorado.

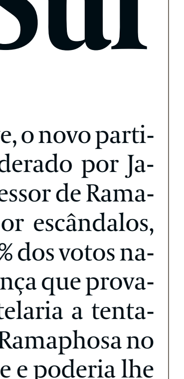
O partido do líder Nelson Mandela, morto em 2013, foi enfraquecido por uma série aparentemente incessante de escândalos de corrupção em todas as esferas do governo e por não conseguir transformar o país, a economia mais desenvolvida da África, o suficiente para beneficiar a maioria negra do país.

Passados 30 anos após o fim do apartheid, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres sul-africanos é, em certos aspectos, maior do que em 1994, 42% da força de trabalho está sem emprego e cerca de 65% dos sul-africanos negros ainda vivem na pobreza — em comparação ao 1% dos sul-africanos brancos.

Ramaphosa — o homem que segurou o microfone para Mandela no dia em que ele foi libertado da prisão em 1990 e que era em grande medida visto como o sucessor preferido do ícone da luta de libertação — agora tem pela frente escolhas difíceis a fazer, e a contagem regressiva para formar o primeiro governo de coalizão nacional da África do Sul já começou.


WALDO SWIEGERS/BLOOMBERG

Ramaphosa anuncia resultado de eleição, que o obrigará a aliar-se a outros partidos



"As pessoas esperam que seus líderes encontrem um campo comum", discursou Ramaphosa ontem à noite. "Os assentos que ocupamos não nos pertencem."

Também ontem, Fikile Mbalula, secretário-geral do CNA, disse que "nos próximos dias, o CNA terá conversas [...] com outros partidos e partes envolvidas sobre a melhor forma de estabelecer governos nacionais e provinciais que reflitam a vontade do povo".

O CNA pode se aliar com o uMkhonto weSizwe, o novo partido de esquerda liderado por Jacob Zuma, o antecessor de Ramaphosa, assolado por escândalos, que saltou para 15% dos votos nacionais — uma aliança que provavelmente desmantelaria a tentativa de limpeza de Ramaphosa no partido governante e poderia lhe custar o cargo.

Ou Ramaphosa poderia tentar a sorte com a Aliança Democrática, liberal pró-empresas, que, com 22% dos votos, continua sendo o maior partido de oposição, mas que grandes partes da própria base do CNA veem como representante do passado dominado pelos brancos do país.

O CNA também poderia tentar montar uma aliança de partidos menores que incluiria os Combatentes pela Liberdade Econômica, de tendência esquerdista, cujas políticas são semelhantes às do uMkhonto weSizwe, conhecido como MK.

As próprias negociações de coalizão já jogaram a jovem democracia da África do Sul em território desconhecido. A lei sul-africana dá aos partidos apenas duas semanas após o anúncio dos resultados oficiais para uma primeira sessão do Parlamento, na qual o presidente da casa e, depois, o presidente do país precisam ser eleitos. Especialistas estão divididos sobre o que ocorreria se os parlamentares não conseguissem escolher um presidente nesse primeiro dia.

De acordo com Pierre de Vos, professor de direito constitucional na Universidade da Cidade do Cabo, uma opção seria que a oposição tolerasse Ramaphosa como presidente interino, dando mais tempo para que uma aliança seja negociada.



LUIS ANTONIO ROJAS/BLOOMBERG

Sheimbaun vota na Cidade do México, em eleição histórica marcada pela disputa de 20 mil cargos e pela violência

Sheimbaun será 1ª mulher a presidir o México, dizem prévias

Agências internacionais

A esquerdista Claudia Sheimbaun, do governista Movimento Regeneração Nacional (Morena), será a primeira mulher da história a ocupar a Presidência do México. Pesquisas de boca de urna divulgadas uma hora depois do fechamento das urnas da eleição de ontem indicam que ela superou sua principal adversária, Xóchitl Gálvez, da coligação formada por três partidos tradicionais do país — o de Ação Nacional (PAN), o Revolucionário Intitucional (PRI) e o da Revolução Democrática (PRD).

Segundo uma das pesquisas, do instituto Parametria, Sheimbaun teve 56% dos votos e Gálvez, 30%.

Sheimbaun, ex-governadora da Cidade do México e cientista ambiental, vinha mantendo nas pesquisas uma diferença de 20 pontos percentuais sobre Gálvez durante a campanha. Aos 61 anos, Sheimbaun foi eleita na esteira da popularidade de seu padrinho político, Andrés Manuel López Obrador.

Ela deverá iniciar um mandato de seis anos em 1º de outubro. A caminho da votação na manhã de domingo, Sheimbaum disse aos jornalistas que foi um "dia histórico" e se sentia à vontade e confiante. "Todos devem sair para votar", disse Sheimbaum, à TV local.

Quase 100 milhões de mexicanos puderam votar nas eleições de domingo. Outros cargos em disputa incluem o de prefeito da Cidade do México, oito governos e ambas as câmaras do Congresso. Cerca de 20 mil cargos eleitos estão em votação, o maior número na história do México.

Toda a campanha foi marcada pela violência de grupos de narcotráfico que, segundo especialista, estão em uma ofensiva para ampliar a influência política. Ontem, duas pessoas foram mortas a tiros em incidentes separados. Desde o início da campanha, estima-se que mais de 40 pessoas foram mortas por razões eleitorais.

"O país está inundado de sangue como resultado de tanta corrupção", disse Rosa Maria Baltazar, de 69 anos, eleitora do bairro de classe média alta de Del Valle, na Cidade do México. "Desejo uma mudança para o meu país, algo para uma vida melhor." López Obrador, impedido pela Constituição de reeleger-se, esteve no centro da campanha, procurando transformar a votação num referendo sobre a sua agenda política.

Sheinbaum rejeitou as alegações da oposição de que ela seria uma "fantoche" de López Obrador, embora tenha prometido continuar muitas das suas políticas, incluindo aquelas que ajudaram os mais pobres do México.

As sondagens indicam que o Morena, de López Obrador e Sheinbaum, provavelmente não conseguirá uma maioria de dois terços no Congresso — o quadro da nova configuração do Congresso deve ficar mais claro hoje. Isso tornaria mais difícil para ela impulsionar reformas constitucionais.

Entre os desafios do novo presidente estarão as negociações tensas com os EUA sobre os enormes fluxos de migrantes que atravessam o México e a cooperação em segurança sobre o tráfico de drogas.

As autoridades mexicanas esperam que estas negociações sejam mais difíceis se a presidência dos EUA for conquistada por Donald Trump em novembro.

Sheimbaun também terá a tarefa de resolver a escassez de eletricidade e de atrair os fabricantes para se deslocarem como parte da tendência de nearshoring, em que as empresas aproximam as cadeias de abastecimento dos seus principais mercados. E terá de decidir o que fazer com a Pemex, a gigante petrolífera estatal que viu a produção diminuir durante duas décadas e está afogada em dívidas.

Acompanhe a cobertura completa em www.valor.com.br

Modi vence e arrasa em eleição de 44 dias na Índia

Agências internacionais

O partido do premiê indiano, Narendra Modi, obteve votação arrasadora nas eleições encerradas neste fim de semana, indicaram pesquisas. Esse resultado, que deve ser confirmado oficialmente amanhã, levará Modi ao terceiro mandato consecutivo à frente da maior democracia e da economia que mais cresce no mundo.

As pesquisas mostram que a governista sua Aliança Nacional Democrática, liderada pelo Partido do Bharatiya Janata (BJP), conquistará bem mais de 350 das 343 cadeiras da câmara baixa do Parlamento — quase o triplo dos 120 assentos que devem ser ocupados pela oposição do Partido do Congresso, de Rahul Gandhi.

Modi reivindicou a vitória para a aliança liderada pelo BJP — com base nas bocas de urna —, dizendo que o histórico do partido no poder ressoou entre os eleitores, especialmente os pobres.

"Posso dizer com confiança que o povo da Índia votou em números recorde para reeleger o governo da NDA", disse ele numa publicação na plataforma de redes sociais X. Ele também criticou a campanha da aliança da oposição por não ter conseguido fornecer uma visão para o país.

VK Vijayakumar, estrategista-chefe de investimentos da Geojit Financial Services, previu uma boa recuperação do mercado hoje, dizendo que os resultados eliminam parte do nervosismo eleitoral que — que se estendeu ao longo do período de votação de 44 dias de uma eleição em sete etapas. Os investidores provavelmente também serão encorajados pelos dados de sexta-feira, que mostram que a economia cresceu a um ritmo mais rápido do que o esperado, de 8,2%, no ano fiscal encerrado em março.

A estratégia do BJP de centrar a sua campanha em torno do imensamente popular Modi parece ter valido a pena, segundo especialistas locais. Principal ativista do partido, Modi atravessou o país realizando roadshows e dirigindo-se a grandes multidões.

Já Shashi Tharoor, um funcionário do Partido do Congresso, classificou as pesquisas de boca de urna como "profundamente não científicas" e disse que o partido esperaria pelos resultados oficiais amanhã.

Israel diz aceitar 'em termos gerais' plano de paz dos EUA

Reuters

Um assessor do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, disse ontem que Israel aceitou, em linhas gerais, um acordo-padrão para avançar na direção de pôr fim à guerra em Gaza, proposto pelo presidente dos EUA, Joe Biden. Mas destacou que os termos ainda precisam ser "mais trabalhados" descrevendo o plano como "falho".

Numa entrevista ao jornal britânico "Sunday Times", Ophir Falk, conselheiro de política externa de Netanyahu, disse que a proposta de Biden era "não é um bom acordo, mas queremos que os reféns sejam libertados". "Há muitos detalhes a serem resolvidos", disse ele, acrescentando que as condições israelenses, incluindo "a libertação dos reféns e a destruição do Hamas como uma organização terrorista genocida", não mudaram.

Israel também disse que seguirá com a ofensiva em Rafah, no sul de Gaza. Partidos da extrema direita ameaçam derrubar o governo caso Israel aceite o acordo.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Condenação não elimina chance de vitória de Trump

Donald Trump vai para as urnas, disputar o cargo mais poderoso do mundo, estando condenado pela Justiça — é o primeiro ex-presidente americano considerado culpado por um crime na história da república dos Estados Unidos. O que seria uma sentença de morte eleitoral para outro candidato não o é claramente para Trump, no ambiente venenosamente polarizado da política doméstica. Ele continua competitivo. Levava, antes do veredito, a dianteira perto da margem de erro sobre o presidente Joe Biden — 41,3% a 39,3% na média das pesquisas do site FiveThirtyEight — e a disputa segue apertada. As chances de Trump são boas porque, entre outros motivos, ambos os candidatos têm rejeição alta pelos eleitores — 56,3% têm opiniões desfavoráveis sobre Biden, 53,7% sobre Trump.

O processo sobre a ocultação contábil do dinheiro por Trump corre há muito tempo, e seu peso eleitoral é relativo. A grande maioria dos republicanos acha que é uma jogada clara dos democratas para alijar seu líder das urnas. Os democratas acham que mesmo alguém poderoso como Trump tem de se submeter à Justiça e responder por nada menos do que uma tentativa de insurreição para manter-se no poder, algo inacreditável na segunda democracia mais antiga do mundo.

Pesquisa da Reuters/Ipsos feita logo após a decisão da Justiça de Nova York ratifica em parte essas impressões. Nela, 56% dos republicanos disseram que a condenação não mudará seu voto, e, o que é significativo, outros 35% afirmaram que ela lhes deu mais convicção em seu apoio ao candidato. Idêntica fatia de eleitores registrados como independentes (56%) afirmou que o resultado do julgamento não mudará sua decisão de voto.

Mesmo após ter se colocado na mira da Justiça por apropriação indevida de documentos altamente confidenciais do governo, de ter pressionado autoridades eleitorais da Georgia a fraudar os resultados em 2018 e insuflar multidões para impedir a posse de Biden, com a invasão do Congresso, Trump ainda arrasta atrás de si, como nunca antes, o Partido Republicano, cada vez mais radicalizado.

O presidente da Câmara, o republicano Mike Johnson, disse que a quinta-feira foi "um dia vergonhoso na história americana" e que o julgamento era "um exercício puramente político, não legal". Idêntica posição foi manifestada pelo Kremlin, de Vladimir Putin, para quem a condenação "mostra que todos os meios legais e ilegais são usados nos EUA para se livrar de rivais políticos". Ainda que tratando a pontapés seus rivais republicanos nas primárias, Trump viu um após outro se retirar da disputa e declarar-lhe apoio — Nikki Haley inclusive.

A condenação de Trump, porém, é um problema para republicanos e democratas. O presidente Joe Biden disse que a ameaça representada pelo milionário só pode ser afastada nas urnas. Os estrategistas democratas não podem explorar o evidente golpe sofrido pelo rival porque Trump, antes, conseguiu convencer grande parte dos americanos de que o julgamento era uma armação descarada do partido no poder.

O primeiro mandato de Trump pode ter sido uma experiência em moderação se comparado ao que Trump declara que pretende fazer se ganhar um segundo. Ele ameaça nomear um procurador especial para investigar Biden e família e realizar o mesmo contra rivais políticos, remover "marxistas" do Departamento de Educação, mobilizar a Guarda Nacional para intervir nas cidades contra o crime, fazer com que Estados republicanos levem à Justiça mulheres que realizem aborto, revogar ações afirmativas pela equidade de gênero e racial etc.

Com suas indicações, Trump deu à Suprema Corte uma maioria conservadora, que decidiu que o aborto não é mais um direito constitucional. Ela aceitou examinar, e não o fará antes da eleição, a alegação de Trump de que ele não pode ser julgado por atos realizados durante o mandato, um salvo conduto para cometer as ilegalidades que bem desejar.

A volta de Trump seria um pesadelo para aliados e adversários igualmente. Ele promete estabelecer tarifas de 10% sobre todas as importações e aumentá-las para 60% no caso dos produtos oriundos da China. Toda a legislação de proteção ambiental deve ser revista. O multilateralismo, já atacado em seu primeiro governo, sofrerá novos golpes.

Mesmo com propostas políticas e econômicos desvairadas, Trump mantém forte apoio eleitoral. Biden pilota uma economia sólida e de pleno emprego, embora a inflação lhe tire pontos entre os eleitores de todos os matizes. A franja esquerda dos democratas causa-lhe desgaste político por sua política pró-Israel. Seus programas protecionistas e pró-economia verde, com gastos bilionários, levam tempo para mostrar efeitos positivos palpáveis.

O que a condenação em Nova York pode causar é uma mudança crucial e talvez só perceptível quando os votos forem contados. Se a pesquisa Reuters/Ipsos indicou algumas ideias consolidadas, também mostrou que 10% dos republicanos e 25% dos independentes se declararam menos propensos a votar em Trump após o veredito. Em uma eleição que será decidida no olho mecânico, que uma parcela desses eleitores abandone Trump será suficiente para eleger Biden. A campanha eleitoral ainda se estenderá por cinco meses, com dois debates entre os candidatos. É uma eleição histórica e imprevisível.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Política monetária não é neutra do ponto de vista do equilíbrio ambiental. Por **Benito Salomão e Daniel Andrade**

Macroeconomia e 'overshooting' ambiental

A tragédia climática envolvendo o Sul do Brasil revela uma realidade que não pode ser negligenciada pelas elites e pelas autoridades. O Brasil tem muito a contribuir com o mundo na agenda climática que deverá ocupar o centro do debate econômico deste século. O desafio que se impõe talvez seja o mais decisivo para a perpetuação da espécie no planeta: afinal, como garantir que a humanidade eleve o seu padrão de consumo preservando os recursos físicos disponíveis?

Até recentemente, parte da literatura especializada supunha que tais objetivos seriam irreconciliáveis e que submeter os recursos planetários a uma trajetória sustentável só seria possível em um contexto de redução da escala mundial. Isso evidentemente cria um problema de economia política, uma vez que existe, no mundo, grande contingente de pessoas com padrão deprimido de consumo, com aspirações legítimas de melhorá-lo.

Embora seja uma temática recente, os economistas se esforçam para incorporar variáveis ambientais em modelos macroeconômicos visando lidar com a questão. É preciso salientar, no entanto, que pouco ainda se sabe sobre essas temáticas quando estudadas em conjunto e que incertezas persistem. Por exemplo, sabemos que o planeta possui um limite físico que se ultrapassado poderia gerar uma hecatombe ambiental com sérias ameaças à espécie.

O nome dado na literatura à extrapolação desse limite é "overshoot ambiental". Porém, convém salientar que a ciência ainda não tem uma resposta exata, tampouco unânime, sobre qual seria de fato esse limite. Já teria o planeta ultrapassado esse limite e a catástrofe no Rio Grande do Sul seria um sintoma do que nos espera nas próximas décadas? Estaríamos próximos ao overshoot? É possível calcular estes limites além dos quais há chances de rompimento da resiliência ecossistêmica? O Centro de Resiliência de Estocolmo oferece informações relevantes sobre este tema, afirmando que já foram ultrapassadas 6 das 9 fronteiras planetárias calculadas, o que sugere que o mundo está próximo de um overshoot generalizado.

Na literatura, variáveis ambientais entraram primeiramente nos modelos macroeconômicos por vias da abordagem de longo prazo, com a incorporação de emissões de poluentes em modelos calcados por uma função neoclássica de produção. Ainda há poucas contribuições no sentido de averiguar os efeitos de curto prazo da poluição. Neste sentido, buscando verificar os efeitos da poluição sobre o ciclo de negócios e o nível de preços, construímos e estimamos modelos de equações simultâneas ampliando o já consagrado modelo Novo Keynesiano de Clarida et al. (1999).

No seminal paper dos autores, o Banco Central faz política monetária a partir de uma regra de Taylor observando um duplo mandato, isto é, persegue simultaneamente metas de inflação e suavização de ciclos de produto. Essa economia possui, ainda, um lado da demanda dado pela curva IS e o lado da oferta dado por uma Curva de Phillips (CPh) híbrida — cuja inflação é determinada por componentes backward e forward looking.

Nosso trabalho foi incorporar nessa abordagem clássica uma curva dinâmica de equilíbrio ambiental aos moldes do proposto por Salomão et al. (2019). Os autores estilizaram um modelo matemático cuja resiliência dos ecossistemas é afetada negativamente por choques de poluição e positivamente por choques de produtividade advindos do progresso tecnológico ou de ampliação da competição no mercado. A política macroeconômica também exerce efeitos nesse modelo.


GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI

A estimação desse modelo esbarra numa série de percalços metodológicos. Em primeiro lugar, a resiliência dos ecossistemas é um conceito aplicado a nível global, porém a abordagem macroeconômica de curto prazo, que se debruça sobre as flutuações do emprego e da renda, bem como as respostas de política macroeconômicas a elas, são fenômenos tipicamente locais. Portanto, tivemos que optar sobre qual estratégia seguir e aplicamos o conceito de resiliência (e overshoot ambiental) ao caso brasileiro.

Dito isso, esbarramos no segundo problema: não existem séries de dados sobre resiliência dos ecossistemas. Nesse caso, como estimar o modelo? Contornamos essa dificuldade simulando três cenários para a resiliência:

1) Overshoot ambiental: ou seja, as emissões de CO_2 se encontram acima do limite de resiliência.

2) Pré-overshoot: caracterizado por emissões de poluentes muito próximo ao limite de resiliência. Esta é uma realidade próxima ao que estamos vivendo, pois o aquecimento médio está próximo a chegar a 1,5º C, primeiro limite do acordo de Paris.

3) Environmental Budget: quando as emissões de poluentes se encontram abaixo do limite de resiliência e há espaço para atividades econômicas degradantes.

Apesar dos percalços metodológicos nossa pesquisa traz elementos interessantes para o debate. Em primeiro lugar, choques de poluição exercem efeitos prejudiciais à atividade econômica nos cenários de overshoot e pré-overshoot, indicando que no limite da resiliência choques de poluição causam ciclos recessivos. Choques tecnológicos observados pela produtividade na indústria exerceram efeitos positivos sobre a resiliência ecossistêmica em quase todos os modelos estimados. O mesmo acontece com os choques monetários que indicaram que a política monetária não é neutra do ponto de vista do equilíbrio ambiental.

Há, porém, uma diferença qualitativa no tocante aos choques tecnológicos vis a vis os monetários. Os primeiros contribuem para a resiliência ecossistêmica conciliando com o objetivo de crescimento econômico, enquanto o segundo alcança esse objetivo ambiental sacrificando a atividade, logo é tida no nosso modelo como uma solução second best.

Nossas conclusões em termos de policymaking são inequívocas. O Brasil precisa de reformas microeconômicas que incentivem ganhos de produtividade, substituindo métodos sujos de produção por uma economia de baixo carbono. Temos ao nosso favor abundância de energia limpa e condições de ampliar uma oferta energética de baixo carbono como poucos outros países. Outro trunfo brasileiro é que grandes reduções de emissões podem ser obtidas via redução do desmatamento, que tem um custo econômico relativamente baixo, porém alto custo político. Se essa agenda for levada adiante, dada a significância dos choques de poluição sobre o lado da demanda da economia brasileira, ganhos de produtividade que reduzam as emissões tenderão a exercer efeitos cíclicos bastante positivos sobre a atividade.

Benito Salomão e Daniel Caixeta Andrade são professores do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU).

Opinião

Letras de Risco de Seguro

Jairo Saddi



A tragédia que vem ocorrendo no Rio Grande do Sul nos obriga a pensar no tema que é particularmente sensível quando se trata de catástrofes naturais e, nesse caso, relacionada ao risco climático: como cobrir os prejuízos incorridos pelas enchentes.

Por um lado, é obrigação constitucional do Estado responder por danos (art. 37, par. 6º, CF), mas, por outro, existe o instituto do seguro como meio de mitigar riscos no universo dos negócios privados. Como se sabe, no regime capitalista, seguros seguem uma conta atuarial: quanto maior e mais provável de ocorrer determinado risco, mais caro ele é, e quanto menor o risco, mais barato é o prêmio cobrado por aquele seguro. Também é conhecido que o custo da conta atuarial deve ser suportado por todos aqueles que contratam aquele produto de uma seguradora.

Recentemente, e antes da tragédia do RS, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram a Resolução Conjunta 9/2024, que desenha um novo produto financeiro com o objetivo de financiar a atividade de seguros. A emissão de uma Letra de Risco de Seguros (LRS), que será emitida privativamente por meio de sociedades seguradoras de propósito específico (SPE), vale dizer, sociedades constituídas apenas para tal finalidade, com patrimônio segregado, representa uma importante inovação no Brasil, especialmente importante nestes tempos difíceis.

Também conhecido como o bônus da catástrofe, o seguro é inspirado nos Insurance Linked Securities (ILS), cuja única função econômica é captar recursos para que seguradoras e resseguradoras possam arcar com custos de sinistro. Do ponto de vista de lógica financeira, trata-se de transmitir aos investidores os riscos provenientes das suas atividades.

Investidores podem, curiosamente, desejar tais riscos, mediante maior retorno: o papel do mercado é exatamente o de pulverizar riscos de seguros e resseguros mediante títulos emitidos lastreados em carteiras de apólices que possam ser chamados a cobrir situações como a atual do RS, e se tais eventos, num lapso temporal não ocorrerem, os detentores ficam com a integralidade dos prêmios pagos.

Nos Estados Unidos, onde se segura qualquer coisa mediante o pagamento de um prêmio, há um mercado ainda incipiente, mas que ultrapassa US$ 140 bilhões. Aqui entre nós, com a publicação no final de 2022 da Resolução CNSP 453/2022, o objetivo da Susep é dar forma e cor ao produto fazendo-o deslanchar.

A transferência de risco de financiamento de riscos via emissão de instrumentos de dívidas, que são as LRS's, pode se tornar um mecanismo eficiente no mercado de capitais para intensificar o financiamento, ou a diversificação, do pagamento de prêmios nas hipóteses de riscos climáticos.

Mas como qualquer operação financeira de fluxo, é preciso adequá-la ao seu público captador e, aqui, é evidente que deve se tratar de investidores qualificados. Se houver sinistro, são usados os recursos da SPE para pagamento, o que pode implicar todo o capital aportado, mas o investidor está limitado e não é solidário com mais obrigações se o capital for insuficiente.

Há vantagens também para a seguradora em garantir funding para suas operações e obrigações, e o custo de um LRS poderá se incorporar aos demais custos na precificação do prêmio. Alguns têm reclamado da necessidade de incorporar algum incentivo de natureza tributária, como ocorre com as LCIs, LCAs etc, para que o mercado se desenvolva mais rapidamente. Isso pode fazer sentido já que outros setores merecem tratamento igual, mas, cabe lembrar, que qualquer renúncia fiscal precisa ser bem pensada para não se desviar de seus princípios norteadores. Da mesma forma, se a captação das LRS tiver maior cunha fiscal, com base de incidência mais larga de determinados impostos, o produto nasce morto, por óbvio.

Emissão das LRS representa importante inovação no Brasil, especialmente em tempos difíceis

De toda forma, as LRS são produtos financeiros assimétricos, ou seja, podem não ter qualquer correlação com indicadores da economia real, como empregos, juros, câmbio, mas apenas mediante a relação entre o risco de eventos climáticos e o preço de tal risco. Assim, um investidor pode querer balancear seu portfolio com ativos de tal natureza, e, não por outra razão, o retorno de certas LRS pode superar em muito os padrões normais de rentabilidade financeira.

Em matéria deste **Valor** Econômico, o CEO da Alper Seguros, Marcos Couto, abordou um aspecto fundamental do tema que é relacionado ao resseguro e à necessidade de modernização desse mercado. Para ele, "o novo título vai ajudar a ampliar a capacidade para a transferência de riscos de seguros, como um modelo complementar ao do resseguro. Ainda não temos um mercado completamente aberto de resseguro, como os mercados internacionais mais maduros, e a LRS pode ser uma solução complementar", afirma. Segundo a mesma matéria, "a legislação mantém dispositivos com distinções entre grupos nacionais e estrangeiros. Por exemplo, define que resseguradoras locais têm preferência de 15% dos prêmios cedidos pelas seguradoras".

Outro ponto lembrado por Couto é a contribuição que a LRS poderá dar ao financiamento de riscos que têm pouca cobertura. "Muitas vezes as seguradoras não têm interesse em um nicho específico. Então, oferecem um limite baixo para esse nicho. Mas, se tivermos um mercado organizado [de LRS], essa estrutura pode facilitar o financiamento para a cobertura desses riscos", diz ele.

Claro que o desenvolvimento de qualquer produto depende da profundidade do mercado e da capacidade de absorção de poupança superavitária existente entre os agentes econômicos. São bem-vindos a iniciativa e o arcabouço legal, e torçamos que tenha êxito para que eventos lamentáveis como esse do RS possam ter encaminhamento menos oneroso para toda a sociedade.

Jairo Saddi é advogado em São Paulo. Escreve mensalmente, às segundas-feiras.

Frase do dia

"É preciso repensar o RS (...) Se construirmos tudo nos mesmos lugares, na próxima chuva, podemos ter nova catástrofe".

De André Gerdau Johannpeter, ex-presidente da Gerdau

Cartas de Leitores

Trump

Malgrado a inexistência de inibição eleitoral, como se dá no Brasil, para acesso aos principais cargos políticos da nação, não esteja presente no anacrônico direito positivo de índole constitucional dos EUA, regente dos pressupostos incontornáveis de acesso à titularidade dos principais cargos políticos, a exemplo de nosso "atrasado" país e sua "lei de ficha limpa", um criminoso, como tal julgado por Tribunal do Júri, não pode ser digno da recepção da credibilidade popular para integrar o sistema de mandatos de uma democracia representativa.

Antes de o preceito figurar nas tábuas da lei, ele ornamenta as consciências políticas individuais secularmente forjadas que embasam o menos ilegítimo, o menos ruim dos regimes, a democracia. Não podem os EUA querer ostentar o símbolo da democracia mais avançada do mundo, com eleições indiretas.

Ditadura de determinados Estados-Membros, cujos delegados, em pequeno número, têm poder decisório superior ao do povo, e candidaturas eivadas de vício da moralidade mínima, declarado por Tribunal Popular, como no inédito caso Donald Trump. Como observado por Joe Biden, o grande juiz estará nas urnas.

Amadeu Garrido de Paula
amadeugarridoadv@uol.com.br

Taxação dos US$ 50

Enquanto a China explora a Lua e domina tecnologias de ponta como veículos elétricos, energia solar, telecomunicações e automação industrial, no Brasil passamos semanas e meses discutindo questões como a taxação de US$ 50, quinquênio para juízes, dengue, criminalidade e outras miudezas cotidianas.

Estamos sempre presos à mesmice, sem um plano ou projeto de país. Vivemos apagando incêndios e com os olhos voltados para o passado. Dessa forma, é impossível para um país com uma indústria 1.0, capitaneada por oligarcas, chorões e acomodados, competir com a indústria chinesa que está anos-luz à frente.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

•

A taxação de compras acima de US$ 50 em sites estrangeiros é uma medida essencial para proteger a economia nacional e incentivar o consumo local. Essa política ajuda a equilibrar a competição entre empresas nacionais e internacionais, evitando a evasão fiscal e garantindo que os comerciantes locais tenham condições mais justas de concorrência. Além disso, a arrecadação gerada pode ser direcionada para investimentos em infraestrutura, educação e saúde, beneficiando diretamente a população. Ao regulamentar o comércio eletrônico internacional, o governo promove a sustentabilidade econômica e fortalece a indústria nacional, criando empregos e fomentando o desenvolvimento econômico do país.

Luciana de Oliveira e Silva
luciano.os@adv.oabsp.org.br

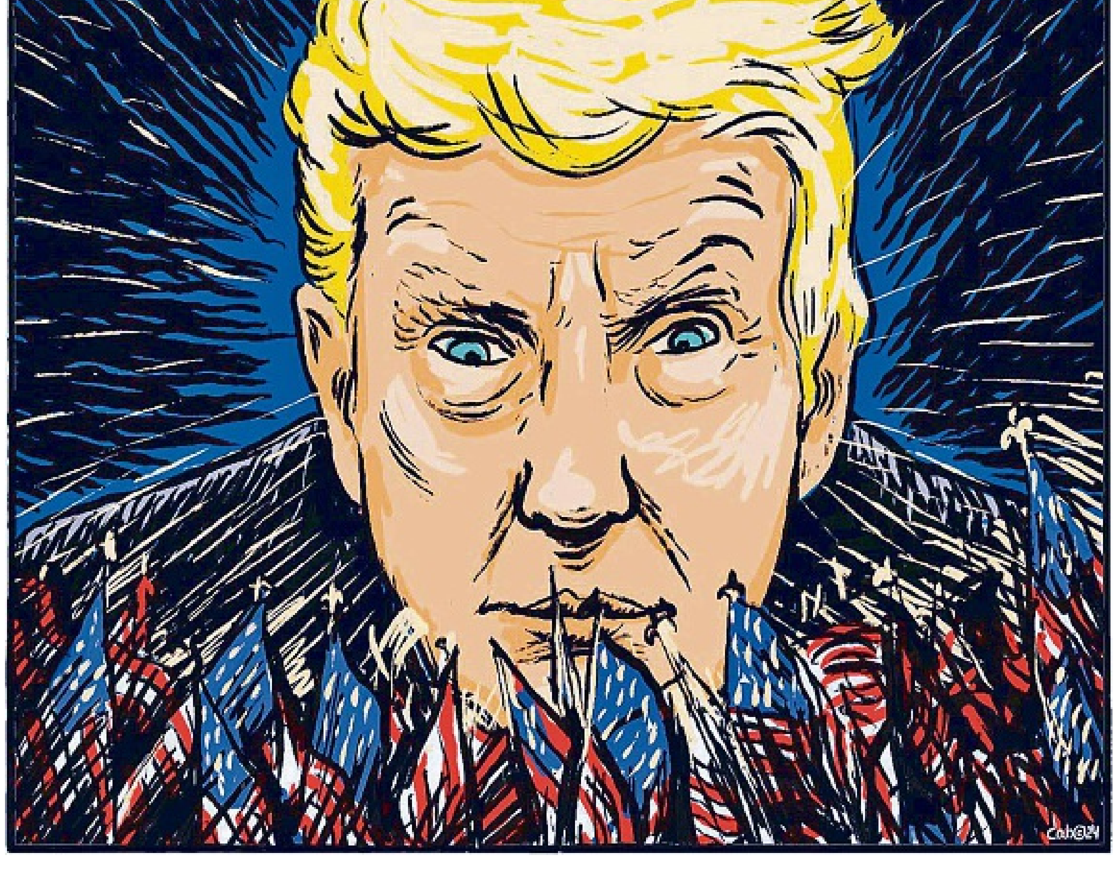
Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Partido mostrou que perdoará todos os pecados de Trump, sejam quais forem. Por **Reed Galen**

Republicanos rastejam de volta para Trump

Donald Trump foi condenado em 34 acusações de crimes de falsificação de registros comerciais. Mas é pouco provável que isso faça muita diferença para o Partido Republicano. Não se trata apenas de que ele continua a ser o presumível candidato à Presidência do partido; os republicanos têm mostrado repetidas vezes que estão perfeitamente dispostos a perdoar suas indiscrições, por mais sérias que sejam.

Na verdade, a posição de Trump não é tão forte quanto as manchetes sugerem. De fato, sua liderança nas pesquisas ainda está dentro da margem de erro e nas primárias republicanas que estão em andamento ele continua a perder de 10% a 20% dos votos para Nikki Haley, que desistiu da disputa há mais de dois meses. Se não fosse pela ajuda dos meios de comunicação de direita, como a Fox News, de candidatos de outros partidos e independentes, grupos que manejam doações de campanha de origem não revelada e operações russas de influência, os números de Trump seriam muito piores do que parecem hoje.



Apesar disso, republicanos de destaque — inclusive aqueles que criticaram Trump duramente em ocasiões passadas — têm corrido para ficar do lado do ex-presidente antes de novembro. Sabemos que a motivação deles não é "Make America Great Again" (Maga), como prometia o slogan da campanha de Trump em 2016. Então, o que está acontecendo?

Comecemos por listar quem são algumas dessas pessoas. Em primeiro lugar, temos o ex-secretário de Justiça dos EUA, William Barr. Apesar de fazer tudo o que podia para proteger Trump de seu mau (e muitas vezes ilegal) comportamento enquanto estava no cargo, Barr se voltou contra o ex-chefe depois que ele tentou subverter a eleição de 2020. Barr descreveu as ações de Trump como "repugnantes" e "desprezíveis" e concluiu que ele "não deveria chegar nem perto do Salão Oval".

Mas hoje o discurso de Barr é muito diferente. Em entrevista recente à Fox News, ele confirmou que tem toda a intenção de votar em Trump em novembro. Também enalteceu as virtudes do que ele chama de "teoria executiva unitária" – a ideia de que se o presidente faz alguma coisa, essa coisa é legal.

Nos EUA de hoje, se você apoia Trump e ele vence, você está em ótima condição. Se apoia Trump e ele perde, a maioria da Washington oficial o receberá de volta de braços abertos, feliz em ouvi-lo contar suas histórias trumpianas selvagens enquanto tomam uma bebida

Se Trump for reeleito, ele dará rédea solta a essa ideia perigosa.

Previsivelmente, Barr tentou minimizar a hipocrisia de sua decisão de apoiar Trump, alegando que ele "sempre disse" que entre "duas escolhas ruins" é seu "dever" escolher o candidato que acredita que "causará o menor dano ao país" — e isso significa votar na "chapa republicana". Mas não se engane: sua motivação é o ganho pessoal.

Barr sabe que, se eleito em novembro, Trump manterá sua promessa de decretar represálias contra aqueles que o prejudicaram pessoal e politicamente. Barr não quer ir para a prisão. Pelo contrário, como secretário ele fez favores a Trump, expandindo o papel do Departamento de Justiça para que pudesse servir como escritório de advocacia pessoal do presidente, e quer o crédito por isso. Ele não o receberá. Mas como Trump já demonstrou antes uma disposição para "perdoar" os que se prostram publicamente diante dele — quanto mais humilhante o ato de contrição, melhor —, Barr vai tentar.

Depois há o senador de Oklahoma James Lankford, que deu seu aval a Trump faz pouco tempo, embora o ex-presidente o tenha atacado por seu papel na negociação de um projeto de lei de imigração bipartidário. Lankford pode alegar que está do lado de Trump por causa de diferenças políticas com Joe Biden, mas parece claro que o que lhe importa mesmo é prevenir o surgimento de um concorrente ainda mais Maga nas primários de seu Estado natal, que é firmemente republicano.

Existe outra razão para que Barr, Lankford e outros, como o governador de New Hampshire, Chris Sununu, estejam dispostos a se engajar nessa autoabnegação pública. Como observou McKay Coppins, da revista "The Atlantic", voltar-se contra Trump exige que os republicanos deixem "seu ecossistema social [e político]".

Cada uma dessas pessoas — e muitas outras que ainda não saíram da sombra — é produto de um movimento autoritário que não tem escrúpulos em expurgar aqueles que mostram qualquer coisa que seja menos do que lealdade total ao líder. Seja qual for o nome que se queira dar a isso — Trump, Maga, America First —, estamos falando de um movimento que não tolera nenhuma divergência em suas fileiras. Até Haley agora diz que votará em Trump.

O Partido Republicano tornou-se um partido infestado de covardes, fanáticos, vigaristas e fascistas. Muitas dessas pessoas se manifestaram quando achavam que Trump não voltaria ao poder, quando esperavam não ter de assumir custos ou quando isso convinha às suas circunstâncias pessoais e políticas. Em outras palavras, voltar-se contra Trump era um cálculo de curto prazo.

Sua volta ao rebanho não representa nada mais do que a racionalização em andamento de suas posições no ecossistema Maga. Esse é o estado lamentável da classe da liderança republicana. Se no Dia do Trabalho (2 de setembro) Trump parecer que caminha para a vitória, espere ver um número muito maior de republicanos não-alinhados, e até mesmo alguns que nunca apoiaram Trump, tentando se acertar com o Maga.

Alguns de nós nunca esquecerão as transgressões dessas "maravilha[s] sem ossos" (para usar a frase de Winston Churchill). Eles demonstraram sua incapacidade e não se deveria permitir nunca mais que ocupem cargos de confiança pública. Infelizmente, é muito pouco provável que tenham de enfrentar consequências sérias. Nos EUA de hoje, se você apoia Trump e ele vence, você está em ótima condição. Se você apoia Trump e ele perde, a maioria da Washington oficial o receberá de volta de braços abertos, feliz em ouvi-lo contar suas histórias trumpianas selvagens enquanto tomam uma bebida no Capital Grille.

Não são apenas os políticos que abraçaram o culto Maga. A classe endinheirada republicana, que via o governador da Flórida, Ron DeSantis, como uma alternativa no começo, apoiará Trump em nome dos cortes de impostos, da desregulamentação e do fim da imigração "fora de controle". Os oligarcas americanos gostam de Trump porque, como eles, o ex-presidente opera de uma forma puramente transacional e, portanto, eles acreditam que os deixará em paz (ele não o fará).

O que falta nos cálculos de todas essas pessoas? O futuro dos EUA. A consideração individual mais importante na política dos EUA não está simplesmente no fim da lista de suas preocupações; ela nem mesmo está nessa lista.

Reed Galen é um dos fundadores do The Lincoln Project, organização pró-democracia criada por ex-estrategistas republicanos com o objetivo de derrotar Donald Trump.

INÊS 249

EUA Ataques a instituições que cresceram após condenação criminal de republicano contaminam movimentos de extrema direita em vários países, afirma diplomata

Eleito, Trump levaria risco a democracias espalhadas pelo mundo, diz Abdenur

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Roberto Abdenur integrou o corpo da diplomacia brasileira por 45 anos. Esteve em postos de destaque em momentos cruciais. Foi embaixador na China quando o governo comunista esmagou os protestos da Praça da Paz Celestial em 1989, deixando um rastro de sangue e mortes. Entre 1995 e 2001, foi embaixador na Alemanha, a maior economia da Europa. E entre 2004 e 2007 foi embaixador em Washington, num período em que os EUA ainda viviam sob o efeito do 11 de Setembro e da chamada guerra ao terror, do presidente George W. Bush.

Aos 82 anos, Abdenur — aposentado desde 2007 e morador do Rio —mantém afiada sua capacidade de análise sobre a vida política de alguns países. E também sua capacidade de se surpreender.

Está impressionado com o apoio dado a Trump — apesar de sua condenação criminal — por uma parcela da sociedade e por quase todo o establishment do Partido Republicano.

Abdenur vê na condenação de Trump, decidida na quinta-feira em um tribunal de Nova York (num caso de fraude fiscal antes da eleição de 2016 que envolve pagamento para uma atriz pornô não revelar que teve um caso extraconjugal com ele) como uma vitória e uma derrota para a democracia.

Para ele, a Justiça agiu de modo imparcial, mas a possibilidade de que a condenação fortaleça a imagem que ele busca construir de perseguido pelas instituições deve ser visto como um risco.

A Justiça anunciará em 11 de julho a sentença de Trump. Poderá ser uma pena de quatro anos de prisão ou liberdade condicional.

"Se Trump for para a prisão, o eleitorado dele irá às ruas. Haverá confrontos. Ele já exortou e vai continuar exortando seus apoiadores a se manifestarem violentamente se ele for para cadeia. Vai haver brigas, gente armada, milícias comentando barbaridades. Esse não é um cenário que se possa afastar de todo", diz.

Para ele, o cenário mais provável não é o da prisão. Mas de alguma restrição mais leve à liberdade.

Ao **Valor**, Abdenur — que entre outros cargos foi secretário-geral das Relações Exteriores durante parte do governo Itamar Franco — falou ainda do que considera serem os riscos para os EUA e para democracias ocidentais se Trump vencer Biden em 5 de novembro.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *A primeira leitura que o sr. faz é que a condenação de Trump tende a minar ou a fortalecer a imagem dele junto aos republicanos e junto aos eleitores independentes?*

Roberto Abdenur: Algo que me chamou atenção foi uma pesquisa feita pouco antes do veredicto segundo a qual 6% dos eleitores de Trump poderiam abandoná-lo no caso de ele ser condenado. Veja bem: 6% é pouca coisa, mas como a eleição vai ser decidida na margem, a margem conta muito. A vitória do Trump em 2016 foi mínima e também a do Biden foi por mínima diferença. Resta saber o que os independentes farão. Suponho que os independentes se voltarão contra ele e apoiem Biden. E assim pode ser que no fina, na espuma da onda, na margem, Biden acabe ganhando por uma diferença marginal no colégio eleitoral.

Valor: *O que a condenação de Trump diz sobre o funcionamento da Justiça e das instituições americanas de modo mais amplo?*

Abdenur: Eu diria que o resultado desse julgamento é uma vitória para a democracia e também uma derrota para a democracia americana. Vitória porque demonstra o funcionamento das instituições de uma forma muito correta. Um juiz muito equilibrado e o veredicto completo. Muita gente presumia que ele pudesse ser condenado em alguns dos casos. E não em todos.

Valor: *E por que é uma derrota?*



Abdenur: 'Republicanos têm vindo a público para condenar o julgamento, para dizer que o ex-presidente é perseguido, o que é um atentado às instituições'

Abdenur: Porque Trump é uma ameaça à democracia americana e conta com o apoio de uma parcela substancial dos eleitores americanos. Eu digo que é uma derrota para a democracia na medida em que possa servir para dar força a Trump. E há essa reação de todos os republicanos de alto a baixo, mesmo de republicanos que outrora tiveram uma posição crítica ou de distanciamento em relação a ele. Todos estão vindo a público para condenar o julgamento, para dizer que o ex-presidente é perseguido, que isso é uma injustiça, que é um atentado às instituições.

É impressionante o posicionamento de republicanos, em todos os níveis. O presidente da Câmara dizendo que o resultado foi um absurdo, senadores importantes estão convocando os promotores para depor no Congresso sobre o que eles consideram ser uma perseguição política ao Trump. O eleitorado de Trump não está preocupado com a democracia, está preocupado com economia, com imigração e com criminalidade, por questões sociais e de costumes.

Valor: *Se Trump for sentenciado à prisão ou liberdade condicional, isso também provocará reações na extrema direita no exterior?*

Abdenur: Nestes meses daqui até a eleição de 5 de novembro, o barulho que Trump fará já provocará impacto nas extremas direitas mundo afora. Se perder também, porque ele vai seguir reclamando e, se ele ganhar, uma vez no poder novamente ele disporá de meios para começar a demolir a democracia americana.

O assunto me preocupa não apenas pelo que representa como um risco para a democracia nos EUA, mas se Trump for eleito, as democracias ocidentais no mundo estarão em perigo. Nas horas seguintes à condenação, Matteo Salvini, da Itália, e o Vikton Orban, da Hungria, se manifestaram enfaticamente solidários a Trump. Outras vozes da extrema direita na Europa também fazendo isso e aqui na nossa região temos a nossa extrema direita e temos a extrema direita no poder na Argentina.

As ondas provocadas por uma vitória eleitoral serão muito preocupantes para nós também, porque a nossa democracia, que correu um sério risco, ainda está atormentada por essa extrema direita.

Valor: *O sr. considera provável que Trump seja sentenciado à prisão, seja preso e ainda assim seja eleito. Realisticamente, é um quadro provável?*

Abdenur: É surrealista, mas é realista. Como nos EUA não existe a lei da ficha limpa, em tese um presidente pode despachar da cadeia. Eu penso, no entanto, que isso não vai acontecer. Provavelmente ele vai ser sentenciado em julho a uma "probation", uma espécie de liberdade condicional, o que significa que ele terá de se apresentar periodicamente a uma delegacia, que será acompanhado. Eu acho que o mais provável é isso. Será uma situação constrangedora, desagradável, que pode até dificultar um pouco sua vida na medida em que limitará a capacidade de viajar pelo país, mas não o impedirá de fazer campanha via redes sociais.

> "EUA têm mecanismos para evitar que Trump vire um ditador de república de bananas"
> *Roberto Abdenur*

Valor: *Pensando no cenário de uma sentença de prisão, o que se pode esperar das reações?*

Abdenur: Se Trump for para a prisão, o eleitorado dele irá para as ruas. Haverá confrontos nas ruas. Ele já exortou e vai continuar exortando seus apoiadores a se manifestarem violentamente se ele for para cadeia. Vai haver briga nas ruas, gente armada, milícias armadas comentando barbaridades. Esse não é um cenário que se possa afastar de todo.

Nós tivemos os eventos de 6 de janeiro de 2021, claramente provocados por ele. Agora, de maneira menos ou mais explícita, ele chama e conclama seus apoiadores à violência se a sentença do juiz for mais dura contra ele. Ou seja, se houver sentença de prisão ou uma probation muito dura, ele vai colocar gente na rua. Ele já deu entender isso muito antes do veredicto.

Valor: *Quando o sr. fala em risco de derrota da democracia, esse é um valor em descrédito para uma parte da sociedade americana?*

Abdenur: Os EUA são uma sociedade profundamente inquieta, profundamente dividida e, ao contrário, do que diz Joe Biden, que tanto defende a democracia, uma boa parte da sociedade americana não está interessada na democracia. Não é só que essa parte da sociedade esteja pronta para admitir uma liderança autoritária, mas, sim, que ela deseja uma liderança autoritária. Essa parte da sociedade americana deseja não uma ditadura — até porque mal ou bem continuará havendo instituições e o país tem uma série de mecanismos que não permitiriam que Trump, eleito, se transforme num ditador de república de bananas. Mas se ele assumir o poder, vai apedrejar instituições duramente, vai abalar seriamente a democracia americana. E ele tem de todo o establishment republicano ao seu lado e quase todo o eleitorado republicano.

Valor: *Trump tem repetido de que o julgamento foi enviesado, manipulado orquestrado de alguma forma pelos democratas, por Biden? Isso faz algum sentido?*

Abdenur: Absolutamente não. É claro que não. Biden ficou encolhido e com toda razão. E nem teria influência sobre isso.

É fato que o Alvin Bragg, principal promotor, é democrata e que em sua campanha para ser eleito promotor ele tenha se manifestado desde muito cedo contra Trump. Então, há um verniz de verdade, de quase verdade, ao se dizer que houve um elemento de motivação política. Mas o juiz não é democrata, é uma pessoa neutra, que conduziu os trabalhos com muito comedimento, com muito equilíbrio, com muita imparcialidade.

Valor: *As instituições americanas saberão lidar com um candidato condenado, que eventualmente venha a ser preso e eleito?*

Abdenur: Se ele perder, ele vai provocar distúrbios, desordem no país. Se ele ganhar, tanto pior. A presença e o domínio que Trump adquiriu sobre o lado republicano nos EUA é uma coisa insólita, nunca tinha acontecido. Ronald Reagan foi um presidente muito forte, muito popular. George Bush filho também foi um presidente popular com a Guerra ao Terror, com a invasão ao Iraque, no primeiro momento, mas ambos tinham um compromisso com a democracia. Este último queria impor a democracia no Iraque de Saddam Hussein e deu no que deu. Acabou fortalecendo o terrorismo em vez de diminuí-lo. Mas a questão é que ninguém falava em preservar a democracia nos EUA.

Valor: *Ainda levando em conta um cenário em que Trump receba uma sentença de prisão ou de liberdade condicional, o que isso significará para a imagem dos Estados Unidos, maior economia do mundo, ter um presidente caso ele seja eleito nesta situação?*

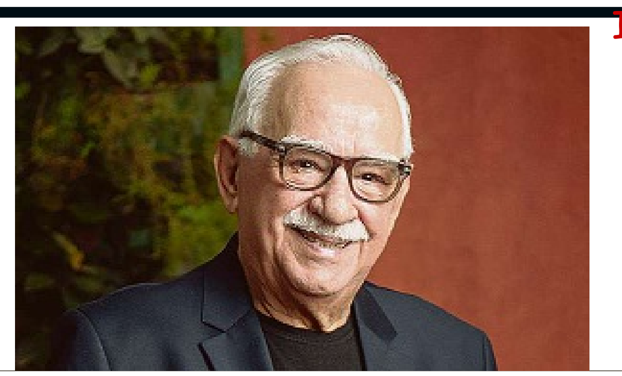
Abdenur: A imagem dos EUA está desde já abalada. A credibilidade, a respeitabilidade, o temor que os EUA outrora infundiam no mundo estão muito reduzidos. Não chega a ser um país distópico ainda, mas é um país já profundamente debilitado pela fissura interna. Imagine uma situação em que Trump seja eleito, retira os EUA da Otan, deixa a Europa à mercê da Rússia, tira as tropas do Japão e da Coreia do Sul, desarma todas as alianças, hostiliza a União Europeia, promove ditaduras mundo afora. Será o fim do mundo.

Eu estou atualmente escrevendo um livro sobre a análise da confrontação estratégica entre a China e Estados Unidos. A China está ganhando a luta. A China não é como a União Soviética, uma competidora ideológica dos Estados Unidos, mas a China é economicamente hoje mais presente em quase todo mundo. Tem uma diplomacia extremamente ativa e construtiva, inclusive no multilateralismo, nas Nações Unidas, na África e agora na América Latina. E os EUA já vêm perdendo terreno há muito tempo enquanto a China está numa ofensiva. Os EUA continuam sendo uma potência importante, mas uma potência desmoralizada, algo debilitada, pelas profundas divisões internas que prejudicam a força política do país.

Estratégia
Espanhóis aceleram venda da rede Dia para tirar risco Brasil do balanço
B1

INÊS 249

Educação
Antoninho Trevisan migra todos os cursos da sua escola para EAD, cresce e não pretende mudar B5



Aviação
Azul avança em conversas com Abra, mas vai respeitar ritos de RJ da Gol B5

Saneamento
Piauí prepara licitação com R$ 8,6 bilhões de investimentos previstos B7

Varejo Espanhóis colocaram dinheiro para 'limpar' balanço ; plano de recuperação é protocolado

Grupo Dia paga para vender rede no Brasil

Adriana Mattos
De São Paulo

A venda da rede de supermercados Dia Brasil, para o Lyra II Fundo de Investimento em Participações, foi acelerada de um mês para cá pela necessidade de os sócios espanhóis "limparem" o balanço global, e reduzir o risco Brasil dos números. A MAM Asset, do Banco Master, estruturou o fundo, mas não tem relação com a operação. O **Valor** apurou que um grupo de ex-executivos da Alvarez & Marsal está à frente do fundo.

A operação local está em recuperação judicial desde março, e deve ser entregue ao fundo por valor simbólico (€100). No fim das contas, o grupo praticamente pagou para operar nos últimos anos, e para se desfazer da rede no país.

O **Valor** apurou que, apesar da evolução do projeto de retomada operacional da empresa, de algumas semanas para cá ganhou força a visão mais financista do russo Benjamin Babcock, também conhecido como "Ben", presidente do conselho de administração do Dia. Babcock é diretor da empresa de investimentos LetterOne, com 77% das ações do grupo.

Por essa linha, seria preciso buscar uma solução mais rápida para a rede no Brasil — num ambiente de negociação com bancos estrangeiros para refinanciar a dívida da varejista na Espanha.

Inclusive, a conclusão da venda está condicionada à obtenção pelo Dia do aval dos bancos às condições do acordo, que inclui uma última injeção de dinheiro na operação local. "O LetterOne não queria pôr mais dinheiro aqui, e precisava reduzir alavancagem. Por isso, a prioridade absoluta virou se desfazer de Brasil", diz uma pessoa a par do tema. Existiam duas propostas, do Lyra II FIP e dos administradores do Dia Brasil, e bateu-se o martelo pela primeira.

Pelo acertado com o fundo, informa comunicado da matriz, o Dia colocará €39 milhões (R$ 222 milhões) na empresa no Brasil e arcará com €30 milhões em dívidas garantidas (R$ 171 milhões) junto ao Santander. Deve gastar € 5 milhões (R$ 28,5 milhões) em despesas com a transação, num desembolso total de R$ 422 milhões.

Como efeito contábil, sem desembolso de caixa, são € 27 milhões (R$ 154 milhões) em ajustes cambiais. No total, considerando efeito caixa e contábil, o impacto atinge R$ 575 milhões.

Na última década, entre € 500 milhões a € 1 bilhão teriam sido aportados na subsidiária, segundo uma segunda fonte, incluindo o período de descoberta de uma fraude contábil, em 2019.

O anúncio da transação com o fundo, na sexta-feira (31), ocorreu horas antes de ser procolocado na Justiça o plano de recuperação da empresa, com dívidas concursais de R$ 1,1 bilhão, como antecipado pelo site do **Valor**.

A expectativa é que os investidores do fundo, por meio da administração, abram negociações com credores em cima do plano protocolado, dizem dois advogados de credores da indústria ouvidos.

"Há um projeto de retomada do Dia, foi isso o que ouvimos, e acreditamos que isso ainda está de pé. É essa sinalização que queremos dos novos donos", diz um dos advogados, que criticou a falta de transparência da matriz nas informações a respeito do fundo. A informação do Lyra II FIP consta apenas num comunicado ao órgão regulador do mercado espanhol.

O fundo, estruturado pela MAM Asset, foi registrado na Junta Comercial em 17 de maio, especificamente para a transação. Nos últimos dias, circularam informações no mercado de que o investidor Nelson Tanure poderia estar à frente do acordo, por conta de suas operações por meio da MAM. O **Valor** apurou que Tanure não está no negócio.

O principal banco credor é o Santander, com dois créditos (R$ 85 milhões e R$ 90,9 milhões). O Banco do Brasil tem a receber R$ 27,3 milhões e o Daycoval, R$ 16,5 milhões. A maior parte da dívida está com fornecedores.

> Na última década, de € 500 milhões a € 1 bilhão teriam sido aportados na subsidiária brasileira

Com a venda de Brasil, os controladores do grupo Dia passam a operar só na Espanha (90% da receita) e Argentina. A decisão surpreendeu o mercado e o comando no Brasil, que liderava a retomada da rede, e fechou em março projeto de reestruturação com a matriz.

Liderada por Sébastien Durchon, a rede tem melhorado o desempenho — o consumo de caixa diminuiu e as perdas se reduziram em quase dois terços frente ao montante pré-recuperação, apurou o **Valor**. Do total de lojas, 343 foram fechadas entre março e abril. Hoje, são 244 lojas (121 próprias e 123 franquias) além do centro de distribuição em Osasco (SP)

Pela versão do plano protocolado na sexta-feira, e que pode sofrer alterações após as negociações com credores, as empresas que decidirem ser credores colaboradores não terão qualquer desconto na dívida, mas não podem litigiar contra a companhia. Ainda deverão manter o fornecimento com as melhores condições comerciais praticadas nos últimos 150 dias que antecederam o ajuizamento da recuperação.

Nos primeiros dois anos após a homologação, o prazo de pagamento das compras da rede ao credor colaborador será de, no mínimo, 30 dias ou o que foi praticado antes do ajuizamento (vale o que for maior). O Dia se compromete a pagar esse credor em 96 parcelas mensais, após o término de uma carência de dois anos.

Ainda há condições de pagamento aos credores cuja dívida não tem garantia (quirografários), aos credores trabalhistas e àqueles de pequenas e micro empresas. Pelo plano, o Dia se compromete com a manutenção das atividades, e considera vender ativos para pagar as dívidas de R$ 1,1 bilhão.

Considerando as instalações, máquinas, móveis e utensílios, o saldo residual é de R$ 88,1 milhões, segundo laudo de viabilidade anexado ao plano. O saldo residual de todos os ativos imobilizados é de R$ 413 milhões.

INÊS 249

Mercado Profissionais de outros segmentos, como bancos e startups, aportam novas abordagens e estão no radar dos recrutadores

Montadoras buscam novos perfis para atuar na liderança

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

As montadoras devem investir R$ 125 bilhões no Brasil até 2032, segundo a Associação de Fabricantes de Veículos (Anfavea). Com o ciclo de aportes, centrado no aumento da capacidade instalada, produção de veículos híbridos e recursos fabris baseados em inovações como a inteligência artificial (IA), as chefias de recursos humanos das empresas estão de olho em novos perfis de lideranças.

A intenção é garimpar currículos com competências técnicas em áreas como engenharia automotiva e design, mas dotados de características comportamentais, como boa comunicação e capacidade de planejamento. Profissionais de outros segmentos, como bancos e startups, capazes de trazer novas abordagens de negócios e na gestão, também estão no radar.

De acordo com Rodrigo Videira, gerente executivo da Michael Page, de recrutamento para a alta e média gerência, o número de posições demandadas pelo setor na consultoria cresceu 16%, entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2024. "As companhias querem profissionais que executem planejamentos estratégicos de curto, médio e longo prazo, com visão de gestão de risco", explica. "Devem mostrar capacidade de implementar tecnologias inovadoras e monitorar tendências de mercado."

Videira diz que recrutar candidatos qualificados tornou-se uma prioridade para a alta gestão das fábricas, preocupadas com o avanço tecnológico — o que inclui sistemas baseados em internet das coisas (IoT), integração entre mecânica, softwares e IA. Superar desafios na cadeia de fornecedores e atuar com concorrentes cada vez mais automatizados, em um cenário de redução de custos, vai ocupar a agenda das lideranças recrutadas, diz.

A faixa salarial nas cadeiras de direção, segundo a Michael Page, pode ir de R$ 35 mil (diretores de compras e de marketing) a R$ 70 mil (diretores financeiros e de vendas). "É esperado dos contratados fazer o gerenciamento dos times e agir como guardiões da diversidade nas equipes", acrescenta o consultor.

Na Stellantis, dona de marcas como Jeep, Fiat, Peugeot e Citroen, havia quase 400 posições abertas na segunda quinzena de abril, sendo 5% para gerência ou superior — 25% das contratações serão para ampliar o quadro de especialistas nos departamentos de software e engenharia.

Em março, o grupo anunciou investimentos de R$ 30 bilhões no Brasil, de 2025 até 2030. O montante deve ser aplicado no lançamento de modelos e na renovação do portfólio, incluindo carros híbridos produzidos no país. "Valorizamos o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, com oportunidades de avanço dentro da empresa", destaca o italiano Massimo Cavallo, vice-presidente sênior de recursos humanos e transformação para a América do Sul da Stellantis. "Antes de buscar [nomes] no mercado, avaliamos internamente se há possibilidades para os profissionais progredirem nas carreiras."

A Stellantis tem 27 mil funcionários no Brasil, com operações industriais em Minas Gerais, Pernambuco e no Rio de Janeiro. Somente no ano passado, abriu mais de 500 posições.

A companhia planeja expandir o quadro até o final de 2024, entre reposições e novas vagas, diz Cavallo. "Encontrar um líder no mercado automotivo pode ser tão desafiador quanto identificar especialistas [na área], pois requer a combinação de habilidades técnicas e interpessoais."

Segundo o executivo, com experiência em unidades automotivas na Itália, Polônia e Argentina, as competências técnicas são fundamentais para as chefias no setor e exigem conhecimentos em campos como engenharia, design e fabricação. "Essas características são cruciais para tomar decisões e liderar equipes de desenvolvimento de produtos, de operações e qualidade."

> "Profissionais devem mostrar capacidade de implementar tecnologias e monitorar tendências de mercado" *Rodrigo Videira*

MARIA TEREZA CORREIA/VALOR



Massimo Cavallo, VP de RH da Stellantis, diz que encontrar um líder é tão desafiador quanto identificar especialistas

Ao mesmo tempo, continua o gestor, aptidões de comunicação, negociação e planejamento são essenciais para coordenar novas unidades e alcançar resultados.

Nessa linha, para garantir uma linha de frente eficaz, a Stellantis encampa iniciativas de base, como estágios para candidatos acima de 40 anos; e de topo de carreira, como programas de desenvolvimento de lideranças e ações de coaching. "O aumento de investimentos caminha com o crescimento da operação. Para operar mais, precisamos de pessoas", justifica. Há uma demanda crescente por perfis específicos, como engenheiros de software, especialistas em IA e desenvolvedores de veículos elétricos, afirma. "Esses talentos são escassos e disputados, o que leva as empresas a tentar atrair profissionais da indústria automotiva ou fora dela."

Raquel Ribeiro, diretora comercial no Brasil da Ram, parte do conjunto de marcas da Stellantis conhecida pelas picapes, está no grupo desde 2019. Atua no mercado automotivo desde 2001 e era gerente de vendas diretas na Renault do Brasil antes de entrar na empresa. Já passou por fornecedoras como Fiat e Ford. "Um dos principais focos [do meu trabalho] está relacionado ao novo direcionamento da Ram, com o lançamento da Rampage, uma picape fabricada localmente e introduzida ao mercado em 2023", diz a executiva, que participa de um programa global de treinamento da Stellantis para lideranças femininas.

Na opinião de Evelyn Berti, head de gestão de talentos, cultura e diversidade da Volkswagen do Brasil, com mais investimentos anunciados pela indústria, há um maior movimento no mercado para "capturar" talentos já posicionados. "A contratação de executivos do mercado pela Volkswagen do Brasil foi bastante intensificada a partir de 2021", lembra. "Até então, mais de 90% das lideranças eram desenvolvidas internamente."

Berti explica que a mudança de estratégia foi puxada pelo contexto do mercado. "Não falamos mais apenas de produzir e vender carros, mas sobre oportunidades como mobilidade urbana e eletrificação", diz. "Com esse cenário, tornou-se crucial considerar profissionais de outros segmentos, como bancos, startups e do agronegócio, com o intuito de explorar a pluralidade de visões."

É o caso de Cristina Cestari, CIO (chief information officer ou diretora de TI) da VW para a região América do Sul desde o final de 2022. Ela trabalhou por 20 anos no Itaú Unibanco e foi CIO e diretora de operações na gestora de investimentos Brasil Warrant. Hoje, comanda a transformação digital da montadora.

Em 2023, segundo Berti, o tempo médio para concluir o recrutamento de executivos variou de 45 a 90 dias, dependendo da área e da "temperatura" do mercado. "Em mais de 90% dos casos, trabalhamos com consultorias especializadas em seleção", diz.

Chegada de concorrentes aumenta demanda por gestores

De São Paulo

Com dinheiro em caixa e diante da chegada de mais concorrentes, as montadoras enfrentam desafios inéditos na área de recursos humanos. Conhecidos por serem mais estáveis do que profissionais de outras indústrias, executivos do setor terão que ser atualizados com as inovações do mercado — como diretrizes de sustentabilidade e veículos híbridos ou elétricos. Segundo especialistas em recrutamento ouvidos pelo **Valor**, a demanda por gestores no setor aumentou até 50%, entre março de 2023 e o mesmo mês de 2024.

Na avaliação de Isis Borge, diretora-executiva da Talenses, empresa de seleção de executivos que atua com montadoras há mais de dez anos, houve um crescimento de 20% no número de vagas para gestores, no último ano, até março. "E, quando olhamos o recorte de posições de diretoria, esse aumento foi de 50%", afirma a especialista.

Borge afirma que os pedidos mais usuais de perfis incluem proficiência no inglês — "espanhol é um grande diferencial positivo", diz ela —, pensamento "de dono" e conhecimento sobre balanços e demonstrativos financeiros. "As montadoras arriscam menos no potencial dos candidatos", explica a consultora, que é engenheira mecânica automotiva, com passagens pela Ford e GM. "Costuma ser mandatório ter experiência comprovada na função, em um cargo de direção. Caso contrário, apostam nos talentos internos."

> **50%**
> **foi o crescimento de vagas em 2024**

Em departamentos técnicos, como engenharia e operações, os funcionários costumam exibir uma trajetória de estabilidade, diz Borge.

Na Stellantis, dona de marcas como Jeep e Fiat, Frederico Fialho, vice-presidente de planejamento de programas e produtos, foi contratado em 2004, depois de um programa de trainees. "Desenvolvi minha carreira na empresa, desde o início da faculdade de engenharia mecânica", lembra o profissional de 44 anos, com MBA em gerenciamento de projetos. "Passei pelos setores de engenharia de produto, marketing e supply chain."

De acordo com Geraldo Teixeira, sócio e líder da área de indústria da ZRG Brasil, consultoria de recrutamento para a alta liderança, a indústria automotiva está mudando, estimulada por conceitos como a eletrificação de veículos. "As chefias que entram agora no setor devem ter capacidade de adaptação e de inovação", avisa.

A ZRG Brasil registrou um avanço de 25% no número de projetos de contratação no segmento, entre março de 2023 e março de 2024. "Uma posição no C-level deve ser concluída até julho", adianta Teixeira, sem abrir detalhes.

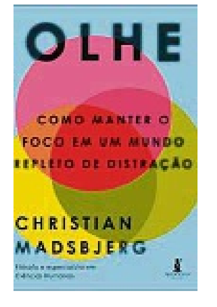
Rodrigo Videira, gerente executivo da consultoria Michael Page, diz que a disputa de currículos entre as empresas ficou mais forte nos últimos anos, com tendência de acirramento. "Com a velocidade da entrada das fabricantes chinesas no Brasil [como BYD e GWM], tem sido um desafio para as organizações manterem as equipes", acrescenta. "Todas querem se organizar para não ficar para trás. A corrida [por talentos] ainda está no começo". Procuradas pela reportagem, BYD e GWM preferiram não falar sobre planos de admissão de gestores. (JS)

Estante



Todo poder aos gerentes — Por que o futuro do trabalho está nas mãos da média liderança
Autores: Bill Schaninger, Bryan Hancock e Emily Field
Editora: Portfolio Penguin
Páginas: 256
Preço: R$ 89,90

Para cortar custos, organizações passaram a ver os gerentes como um nível hierárquico supérfluo e burocrático. Anos depois, as consequências disso são alta rotatividade, baixo engajamento dos times e dificuldade de reagir rápido. O livro mostra como os gerentes são cruciais para o aumento de produtividade.



Olhe — Como manter o foco em um mundo repleto de distração
Autor: Christian Madsbjerg
Editora: Alta Cult
Páginas: 256
Preço: R$ 66,90

Muitas pessoas não sabem mais ouvir e observar com atenção. Nesse cenário, o autor, filósofo e especialista em ciências humanas, define as principais habilidades de observação necessárias para mostrar como é possível recapturar a capacidade de prestar atenção. Para isso, ele se baseia na filosofia, ciência, artes visuais e em sua própria experiência.



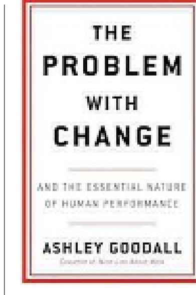
Do invisível ao inesquecível — Como construir uma marca pessoal de sucesso, ser admirado pelo mercado e transformar a sua carreira
Autor: Ricardo Dalbosco
Editora: Gente
Páginas: 160
Preço: R$ 64,90

A proposta do autor neste livro é ajudar o leitor a criar e refinar uma marca pessoal autêntica e rentável. Para isso, Dalbosco mostra como gerenciar a própria imagem de forma estratégica e aprimorar as capacidades de comunicação.



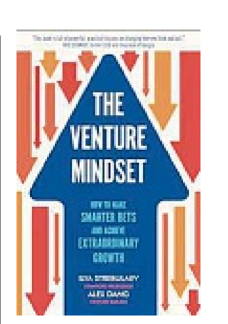
Transformando problemas em oportunidades
Autor: Berthold Gunster
Editora: Sextante
Páginas: 240
Preço: R$ 59,90

O livro apresenta o conceito de "flip thinking", um método de inversão de pensamento que ensina a olhar os problemas como oportunidades de mudança e inovação. Exemplos práticos ajudam a entender que não é possível controlar muitas situações, mas que dá para aprender a enxergar possibilidades onde antes só se viam empecilhos.



The problem with change: And the essential nature of human performance
Autor: Ashley Goodall
Editora: Little, Brown Spark
Páginas: 288
Preço: R$ 138,00

Em seu novo livro, o especialista em liderança Ashley Goodall argumenta que a cultura de "disrupção" e "mudança" como chave para o crescimento empresarial é errada e prejudicial. Para ele, a constante mudança afeta negativamente a motivação, produtividade e desempenho dos funcionários.



The venture mindset: How to make smarter bets and achieve extraordinary growth
Autores: Ilya Strebulaev e Alex Dang
Editora: Portfolio
Páginas: 368
Preço: R$ 131,00

Strebulaev, de Stanford, estudou as abordagens dos investidores de risco, seus sucessos e fracassos. Dang, com passagens por Amazon e McKinsey, viu de perto como o pensamento desses investidores gera negócios bem-sucedidos. No livro, listam princípios para tomar melhores decisões, transformar o negócio e alcançar resultados.



Clima Para acionista da Gerdau, tragédia deve servir para conscientizar sobre problemas climáticos e reconstrução deve levar isso em conta

"É preciso repensar o RS após a catástrofe", diz André Johannpeter



Stella Fontes e Helena Benfica
De São Paulo

O empresário gaúcho André Bier Gerdau Johannpeter está monitorando continuamente as condições climáticas e os esforços para reconstrução do Rio Grande Sul, recém-abatido pela maior enchente de sua história e berço do grupo siderúrgico fundado por seu tataravô. Pela janela do apartamento onde mora, em Porto Alegre, o ex-presidente da Gerdau e hoje vice-presidente do conselho de administração viu que o dia escureceu e voltou a chover pesado. "Ainda estamos na catástrofe", disse, em entrevista ao **Valor** na semana passada.

Apesar de o momento exigir ações emergenciais e pesados investimentos para restabelecer o quanto antes a infraestrutura básica, Johannpeter tem também um olhar para o futuro, após toda essa devastação. Para o empresário, o Estado pode se tornar exemplo de reconstrução sustentável, minimizando impactos climáticos.

"É preciso repensar o Rio Grande do Sul. Talvez o Estado possa ser um 'case' de como recomeçar e, ao mesmo tempo, conscientizar o mundo de que as mudanças climáticas estão aí", disse. Com algo entre 50% e 60% de seu Produto Interno Bruto (PIB) afetado pela calamidade, o Estado ainda carece de ações emergenciais, mas as discussões sobre como será a reconstrução já estão em curso, e será preciso dar tempo para que essa tarefa seja cumprida.

O empresário defende um plano eficiente e sustentável de reconstrução, sobretudo porque eventos climáticos extremos tendem a se tornar cada vez mais frequentes. "Se construirmos tudo nos mesmos lugares, do mesmo jeito, provavelmente, na próxima chuva, podemos ter de novo uma catástrofe".

Inspirações não faltam. Na Holanda, o programa "Room for the River" ("Espaço para o Rio", em tradução livre) foi desenvolvido em resposta às inundações causadas pelos rios Reno e Meuse, em 1995, que levaram à evacuação de mais de 200 mil pessoas. "Ao invés de trancar a água, você cria um projeto de diques, aumento das margens dos rios e canalização para que a água encontre seu espaço", lembrou.

A cidade americana de Nova Orleans é outro exemplo. Após a devastação causada pelo furacão Katrina, em 2005, foram investidos mais de US$ 14 bilhões, cerca de R$ 70 bilhões, entre doações e dinheiro público, no sistema de proteção contra furacões e inundações. As medidas incluíram novos sistemas de diques e bombas de água além da elaboração de um plano de contingência.

Apesar dos esforços e investimentos, a população de Nova Orleans encolheu 20%, depois que 100 mil habitantes abandonaram a cidade por não terem mais onde morar. Um dos temores de Johannpeter é, justamente, que essa situação se repita no Estado gaúcho. "Se não houver um programa que dê esperança para as pessoas ficarem e reconstruírem suas vidas, elas podem ir embora".

Há outras potenciais soluções, como as cidades-esponja implantadas na China, nos Estados Unidos, na Dinamarca e na Alemanha, que consistem na adaptação de espaços urbanos para que existam locais capazes de deter, limpar e infiltrar águas. A tecnologia existe, mas demanda investimentos elevados. "Precisamos pensar em um grande projeto, que seja duradouro, repensar a maneira de reconstruir. É possível fazer um bom trabalho", disse.

Do lado da conscientização sobre as mudanças climáticas, Johannpeter avalia que, embora os países desenvolvidos estejam mais adiantados rumo às metas de descarbonização, é possível adotar medidas eficazes também em outras regiões. Nesse sentido, há duas grandes missões derivadas da destruição de parte relevante do Rio Grande do Sul: transformar o Estado em um 'case' de reconstrução, buscar ajuda e reforçar a mensagem de que é preciso cuidar do planeta, numa tentativa global de mitigar os impactos da crise climática.

Dentro de casa, as propostas e ações se proliferam. Membro da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Johannpeter diz que a campanha de estímulo ao consumo de produtos gaúchos neste momento, uma espécie de "Buy RS" em caráter emergencial, tem potencial de contribuir para o fortalecimento da economia local.

A entidade levou ao governo federal mais de 40 pedidos, de diferentes naturezas, para apoiar a retomada do Estado, que já começaram a trazer resultados efetivos. Segundo informação da Agência Brasil, um mês depois da atuação da força-tarefa do governo federal, R$ 62,5 bilhões haviam sido destinados em caráter emergencial para o Rio Grande do Sul, com vistas a socorrer a população atingida pelas enchentes. O governo também antecipou benefícios e prorrogou o pagamento de tributos.



Acionista da Gerdau, André Johannpeter participa da reconstrução do RS junto com outros empresários locais

Junto com outros empresários e executivos proeminentes do Sul, incluindo Daniel Randon, Bruno Zaffari, José Galló e Gabriela Schawn, Johannpeter tem atuado por meio do Transforma RS para mobilizar empresas locais e de fora do país. A organização já atuava em parceria com o poder público, contribuindo com melhores práticas de gestão. Agora, com a calamidade e o recebimento de recursos vultosos, é preciso saber geri-los e alinhar os esforços vindos de diferentes lados, acrescentou.

"A gente olha muito o que foi feito na pandemia para que as empresas retomassem os trabalhos. Mas há um desafio adicional: a economia precisa começar a rodar para gerar arrecadação. É importante entrar dinheiro novo, capital de giro para as empresas, porque é isso que vai fazer a economia e o Estado rodarem".

Duas grandes unidades da Gerdau sofreram as consequências das enchentes, uma em Charqueadas e outra em Sapucaia. Ambas foram paralisadas, embora os ativos não tenham sido diretamente impactados pelas chuvas, e a retomada das operações já foi iniciada, observando as condições de seus trabalhadores — muitos perderam bens materiais ou têm familiares e amigos afetados pela tragédia.

"Não houve prejuízo patrimonial, mas suspendemos as operações por segurança", disse Paulo Boneff, líder de desenvolvimento organizacional e responsabilidade social da Gerdau e gerente-geral do Instituto Gerdau. A siderúrgica contabiliza 180 famílias de colaboradores que perderam suas casas ou dependem de reforma para voltar a seus lares — a proposta do grupo é viabilizar a solução que for necessária.

Além disso, a companhia monitora pelo menos 350 famílias mais afetadas pela tragédia, de uma forma ou de outra. Outro desafio é a saúde mental dos colaboradores, diz Boneff. Um programa específico da companhia faz contatos diários com esses empregados, e o grupo assegura que nenhum deles será reconvocado ao trabalho se não tiver condições, inclusive psicológicas.

Há outras ações em curso. Junto com a Gerando Falcões, organização sem fins lucrativos (ONG) que atua em impacto social, a Gerdau criou um fundo, aberto a contribuições financeiras de outras empresas e foco em habitação, com aporte inicial de R$ 5 milhões. A proposta é direcionar os recursos captados à construção de moradias provisórias ou permanentes para as famílias que perderam seus bens. Em outra frente, a produtora de aço está trabalhando na reconstrução de pequenas pontes na serra gaúcha, fundamentais à logística naquela região.

A família controladora também se envolveu diretamente nas iniciativas de apoio à reconstrução do Estado. Com a Din4mo Lab, consultoria com foco em negócios de impacto social, por exemplo, idealizou o fundo filantrópico emergencial Regenera RS, que nasce com uma doação inicial de R$ 30 milhões do Instituto Helda Gerdau e da siderúrgica. O fundo, que será gerido pela Din4mo, busca captar um total de R$ 100 milhões para projetos em educação, habitação, soluções urbanas e negócios.

"É um esforço conjunto, público e privado, de dentro e fora do Brasil. Toda ajuda é bem-vinda. A gente se emociona e dói o coração. Não sabemos ainda o tamanho do desafio, mas vai ser enorme", disse Johannpeter.

> "É um esforço conjunto, público e privado, de dentro e fora do Brasil. Toda ajuda é bem-vinda"
> *André Johannpeter*

Consolidação passa por ritos da recuperação da Gol, diz Azul

Aviação

Cristian Favaro
De Dubai

O CEO da Azul, John Rodgerson, disse que a empresa tem avançado em conversas com a holding Abra (controladora da Gol e também da colombiana Avianca) na direção de uma consolidação no mercado brasileiro. As próximas etapas e sucesso de um eventual negócio, entretanto, carecem de um rito ainda a ser tocado pela Gol dentro do seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11).

Em paralelo, o grupo apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sua proposta para compartilhamento de voos (codeshare) com a Gol, que na visão do executivo não deve despertar preocupação no órgão.

"Estamos olhando as oportunidades que existem. Mas a Gol tem um processo que tem de ser obedecido. É um ritmo da lei americana", disse o executivo, em entrevista ao **Valor** durante evento promovido pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), em Dubai.

Questionados pela CVM após publicação de reportagem do **Valor**, Gol e Azul confirmaram ao mercado no dia 28 que seus acionistas iniciaram conversas para um eventual negócio envolvendo as duas empresas — até então, os comunicados das empresas sobre o tema eram mais evasivos.

Qualquer eventual acordo, entretanto, terá de passar por aprovação de credores da Gol e da justiça nos Estados Unidos, que toca a reestruturação da aérea. E é este rito que tem sido acompanhado de perto pela Azul.

O codeshare, segundo Rodgerson, é positivo para as duas aéreas. No lado da Azul, abre espaço para que mais clientes sejam conectados a sua malha regional. Do lado da Gol, abre janela para a empresa manter sua conectividade em meio a um cenário com menos aviões disponíveis. A empresa fechou o primeiro trimestre com queda no volume de passageiros transportados de cerca de 8% na comparação anual.

O executivo destacou que o cenário mais apertado para a aviação, com falta de aeronaves e motores, deve continuar por mais tempo. "Por esta razão, eu acho que o mercado vai ser estável por muito tempo. Ele vai ser forçado a ser estável. Vamos supor que a Gol saia da recuperação judicial e diga que ela quer 100 aeronaves. Ela não vai conseguir. A Latam também tem buscado o mercado atrás de aeronaves. Se eu busco a Airbus agora pedindo aeronaves, eles vão dizer sim, mas para 2030."

O executivo destacou que apesar do desafio na entrega de aviões, a empresa terá de crescer sua oferta. "Para sobreviver, tivemos de captar dívida. A Azul tem de ser uma empresa maior para pagar a dívida que captou. É nosso plano. Crescer mais. E pode ter certeza que temos para onde crescer", disse. A Azul terminou o primeiro trimestre com uma dívida líquida de R$ 20,8 bilhões, alta de 9,9% contra igual período do ano passado.

> **9,9%**
> **foi o crescimento da dívida da Azul ao fim do 1º trimestre**

O setor, acrescentou, tem registrado boa demanda, com indicadores macro de emprego e inflação em posições mais favoráveis. "Mas o que tem preocupado é a situação no Rio Grande do Sul. É um Estado muito importante. Tem muito gaúcho que vai para o Centro-Oeste, Norte, Nordeste. É um PIB muito forte. É um viajante com mais poder econômico. Isso, no médio e longo prazos, vai ser muito forte para a aviação. Temos [setor] cinco voos hoje ao dia em Canoas. Antes, eram 120 voos."

Uma das questões ainda no radar é o Cade e como o órgão vai receber o codeshare entre a Azul e Gol. A rigor, o acordo não precisa de aprovação. Mas a visão de alguns especialistas é de que a representatividade das duas empresas, assim como a sinalização de um negócio mais para frente, pode vir a deixar o órgão mais cauteloso.

"O Cade tem um precedente de que não precisa, mas ele sempre pode mudar de ideia e sempre vamos respeitar isso. Mas é difícil ter problema. O acordo é melhor para o cliente. Nós informamos o Cade e estamos à disposição", disse.

Rodgerson destacou ainda que a empresa mantém interlocução com o governo para que o setor consiga preços de combustíveis mais favoráveis ao desenvolvimento a aviação. Ele participou de evento com o presidente Lula na sede de Embraer em e debateu o tema com o mandatário.

"Eu mostrei que isso não é bom para o país. Precisamos de mais refinarias. O que a nova presidente [da Petrobras] fala é isso, de se investir mais em capex, refinar mais. O governo está vendo como podemos ajudar o Brasil a ser mais forte", disse.

O repórter viajou a convite da Iata

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**31/05/24**	**Há uma semana**	**Fim de abril**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.677,0	2.599,0	2.545,0	2.335,5	2.255,0	3,00	5,19	14,62	18,71	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.712,5	2.650,0	2.576,5	2.382,0	2.221,5	2,36	5,28	13,87	22,10	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.200,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	1.950,0	20,88	20,88	41,94	12,82	1.450,0	2.200,0
Três meses	2.200,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	2.007,0	20,88	20,88	41,94	9,62	1.503,0	2.200,0
Chumbo											
Disponível	2.246,0	2.248,5	2.184,0	2.031,0	2.035,5	-0,11	2,84	10,59	10,34	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.302,0	2.297,0	2.184,0	2.068,0	2.032,0	0,22	5,40	11,32	13,29	1.991,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.985,0	10.256,5	9.973,5	8.476,0	8.017,0	-2,65	0,12	17,80	24,55	7.812,5	10.857,0
Três meses	10.110,0	10.367,0	10.071,0	8.580,0	8.047,5	-2,48	0,39	17,83	25,63	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	33.300,0	33.725,0	32.300,0	25.175,0	25.375,0	-1,26	3,10	32,27	31,23	22.910,0	35.685,0
Três meses	33.525,0	33.850,0	32.150,0	25.500,0	25.210,0	-0,96	4,28	31,47	32,98	23.275,0	35.325,0
Níquel											
Disponível	19.830,0	19.955,0	18.975,0	16.300,0	20.450,0	-0,63	4,51	21,66	-3,03	15.620,0	23.140,0
Três meses	20.125,0	20.250,0	19.165,0	16.570,0	20.540,0	-0,62	5,01	21,45	-2,02	15.880,0	23.275,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.994,5	3.012,5	2.924,5	2.640,5	2.228,0	-0,60	2,39	13,41	34,40	2.261,0	3.093,0
Três meses	3.041,5	3.063,0	2.931,5	2.654,0	2.250,0	-0,70	3,75	14,60	35,18	2.278,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**31/05/24**	**Há uma semana**	**Fim de abril**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	76,73	77,23	81,28	71,84	68,24	-0,65	-5,60	6,81	12,44	67,29	91,30
Brent - mercado futuro	81,11	81,84	86,33	76,91	72,60	-0,89	-6,05	5,46	11,72	71,82	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Educação Volume de calouros e mensalidades interrompem queda; EAD desacelera

Curso superior presencial volta crescer

Beth Koike
De São Paulo

Em desaceleração desde 2015 devido à redução do Fies (financiamento estudantil do governo) e crise econômica, o mercado de cursos de ensino superior presencial voltou a crescer de forma mais consistente neste começo de ano, principal período de matrícula para as escolas. Uma combinação de indicativos mostra essa retomada: o volume de calouros inscritos nessa modalidade de graduação aumentou até 17%; o valor das mensalidades voltou a subir após nove anos consecutivos em queda; e em alguns grupos listados como Kroton, Cruzeiro do Sul e Ser Educacional a base total de matrículas (calouros e veteranos) cresceu, no primeiro trimestre.

Os cursos a distância (EAD), por sua vez, já não crescem no mesmo ritmo dos primeiros anos de pandemia. No processo seletivo deste ano, Ânima, Yduqs e Ser Educacional registraram queda nas matrículas de novos alunos. Levantamento do Semesp, sindicato do setor, com cerca de 70 mantenedoras de faculdades mostrou que a quantidade de calouros subiu em média 17% tanto no presencial quanto no EAD. Nos vestibulares anteriores, a demanda pela graduação on-line era muito maior. Além disso, há ainda uma guerra de preço. O valor médio das mensalidades nos cursos a distância neste ano está em R$ 210, uma redução de 14% sobre 2023, segundo pesquisa da Hoper, consultoria especializada em educação.

Em 2022, o mercado de cursos presenciais ensaiou uma retomada, mas o crescimento não se concretizou. Na época, as faculdades particulares matricularam 965,5 mil calouros, alta de 18,8% sobre 2021. No entanto, o ano de 2022 terminou com queda de 4,3% no volume total de universitários (calouros e veteranos) que ficou em 3,2 milhões na rede privada.

Esse descasamento, com um grande volume de calouros entrando e o ano terminando com menos alunos, ocorre porque muitos deles desistem do curso quando passam a pagar a mensalidade sem desconto. As escolas costumam dar abatimento nos três primeiros meses nos períodos de baixa demanda. Em 2022, por exemplo, o valor médio da mensalidade era 10% inferior ao cobrado um ano antes.

A diferença agora é que a mensalidade média subiu de R$ 784 para R$ 786. "É um aumento ainda pequeno, porém, o mais relevante é que a trajetória de queda que vinha desde 2015 mudou. Esse dado mostra que os alunos não vieram atraídos por desconto e, com isso, a evasão tende a ser menor", disse Paulo Presse, coordenador na Hoper Educação. A consultoria fez um levantamento sobre preço de mensalidades de 18,4 mil cursos presenciais e 9,5 mil graduações EAD, no país.

Levantamento do Semesp com cerca de 70 mantenedoras de faculdades mostra crescimento médio de 17% no volume de calouros em cursos presenciais. Na Kroton, o aumento de novas matrículas foi de 14,1%; na Ser Educacional subiu 10,8% e na Yduqs, 6,1%. Na Cruzeiro do Sul, que já vinha na contramão do setor, o volume de ingressantes subiu menos, 1%, mas a sua base total que inclui calouros e veteranos matriculados em cursos presenciais avançou 6,6%.

"Esse crescimento tem relação com a melhora econômica. Quando o jovem tem dinheiro, a primeira opção é o presencial", disse Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp. O valor médio de uma graduação presencial é R$ 786; já no EAD, é R$ 210.

Segundo o consultor da Hoper, se não houver solavancos na economia, a tendência é que menos alunos desistam e mais ingressantes se matriculem. Com isso, a base total de estudantes na graduação presencial deve voltar a crescer a partir de 2025. No primeiro trimestre, já há grupos percebendo esse movimento. Esse é o caso da Kroton que, pela primeira vez desde a pandemia, viu sua base de alunos no presencial estabilizar. "Percebemos uma maior procura em janeiro e fevereiro, quando houve também uma maior demanda no varejo e economia", disse Roberto Valério, presidente da Kroton.

Nessa onda de 2024, o crescimento no presencial não é generalizado, há uma demanda maior pelas graduações na área da saúde. Segundo a Hoper, os dez cursos com o maior volume de alunos na rede privada, em 2022 (dado mais recente do MEC) são: direito, psicologia, enfermagem, medicina, administração, odontologia, fisioterapia, veterinária, farmácia e engenharia civil.

"Nos últimos processos seletivos, estamos percebendo que os alunos estão trocando a graduação de administração de empresas por TI. Não é uma demanda necessariamente vocacional e, sim, por necessidade de mercado ou expectativa de maior empregabilidade", disse Capelato, do Semesp.

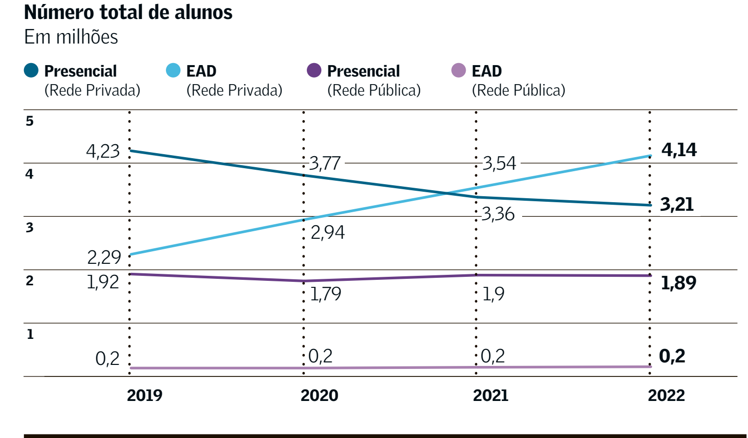
Na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) aprovou mudanças em cursos EAD de pedagogia e formação de professores que poderão ter no máximo 50% do conteúdo ministrado de forma remota. Hoje, é comum que apenas o estágio seja presencial. As faculdades têm até dois anos para se adaptarem às novas regras.

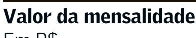
Nos últimos cinco anos, o setor vem passando por grandes mudanças e, com a pandemia, houve um boom no formato online. Entre 2019 e 2022, o número de matriculados nessa modalidade disparou 78% para 4,1 milhões — ultrapassando a graduação presencial, no setor privado. Nos primeiros anos de pandemia, a procura estava concentrada em cursos 100% on-line. Em 2023, houve crescimento no modelo semi-presencial. E agora, há uma procura maior pelos cursos presenciais.

Na ponta do lápis

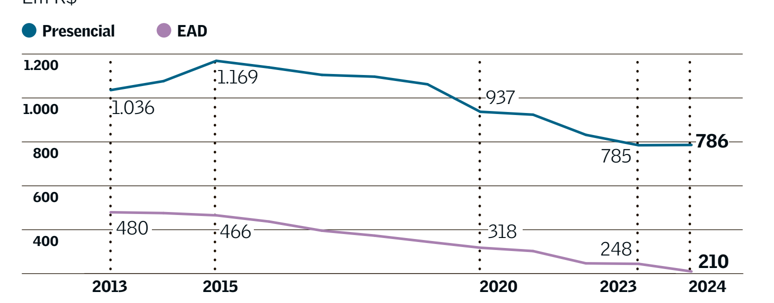
Desempenho do setor de ensino superior

Número total de alunos
Em milhões

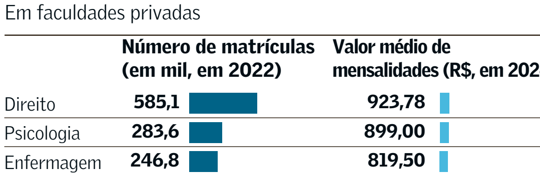
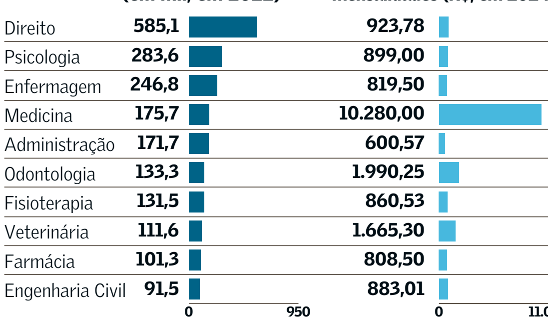




Valor da mensalidade
Em R$



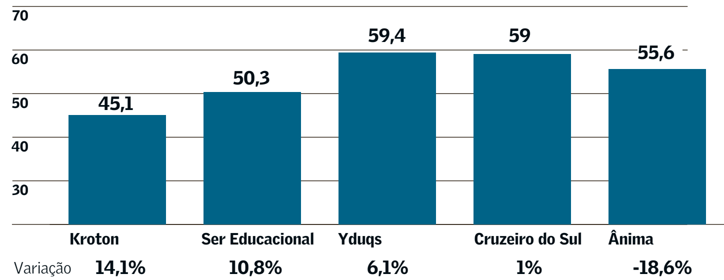
Os 10 cursos presenciais mais procurados
Em faculdades privadas

	Número de matrículas (em mil, em 2022)	Valor médio de mensalidades (R$, em 2024)
Direito	585,1	923,78
Psicologia	283,6	899,00
Enfermagem	246,8	819,50
Medicina	175,7	10.280,00
Administração	171,7	600,57
Odontologia	133,3	1.990,25
Fisioterapia	131,5	860,53
Veterinária	111,6	1.665,30
Farmácia	101,3	808,50
Engenharia Civil	91,5	883,01

17% é o aumento médio do número de calouros em 71 mantenedoras de faculdades*

Calouros em cursos presenciais em empresas listadas no 1º trimestre **
Novas matrículas - em mil



Fonte: Hoper (dados de mensalidades e matrículas) e empresas *Pesquisa do Semesp **Não inclui alunos de medicina

GABRIEL REIS/VALOR



Fernando (esq.) e Antoninho, da Trevisan Escola de Negócios, passaram de 1,5 mil para 7 mil alunos com ensino a distância

Ensino de nicho, Trevisan avança no EAD

De São Paulo

Fundada há 25 anos pelo contador Antoninho Marmo Trevisan, a Trevisan Escola de Negócios migrou todos os seus cursos para a modalidade on-line (ensino a distância - EAD) com a deflagração da pandemia, não retornou, nem tampouco tem planos de voltar para o formato presencial. O resultado dessa mudança de estratégia foi um aumento no volume de alunos que saltou de 1,5 mil para 7 mil e crescimento na linha da rentabilidade. A margem Ebitda da faculdade, conhecida pela sua graduação de ciências contábeis, subiu seis pontos percentuais para 23%, entre 2020 e 2024.

A Trevisan conseguiu melhorar esses indicadores porque está num nicho de mercado. "Mais da metade dos nossos alunos de contábeis está na segunda graduação, são administradores de empresa, advogados, economistas que já trabalham e estudar remotamente ajuda muito. Além disso, com os cursos on-line agora temos mais alunos de fora de São Paulo", disse Fernando Trevisan, diretor geral e filho do fundador da Trevisan Escola de Negócios. Seu pai, com 75 anos, é presidente do conselho.

Quando a pandemia foi deflagrada, a escola investiu R$ 3 milhões em plataformas, adequação do conteúdo dos cursos para o formato digital. Hoje, metade deles tem aulas ministradas ao vivo e a outra parte é gravada.

Na contramão das faculdades que estão em guerra de preço no mercado de EAD, a Trevisan conseguiu reajuste na casa dos 30% e hoje o valor médio da mensalidade de seus cursos é de R$ 450 — mais do que o dobro do praticado no setor que é de cerca de R$ 210.

O principal motivo dessa demanda é o índice de aprovação da escola no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CDC). Para exercer a profissão de contador, os alunos precisam realizar a prova para obter o registro profissional — nos mesmos moldes do Exame da Ordem dos Advogados (OAB) para estudantes de direito. "Em média, apenas 17% dos alunos de contábeis conseguem ser aprovados no exame. Na Trevisan, a aprovação é três vezes superior", disse o diretor.

O exame para atestar o conhecimento dos alunos de contabilidade começou a ser aplicado em 2018 e, desde então, o índice de aprovação é baixo, nunca ultrapassou os 40%. Ou seja, mais de 60% dos recém-formados em ciências contábeis são reprovados na avaliação.

O carro-chefe da Trevisan é o curso de ciência contábeis, com 2 mil alunos. Há ainda outros 5 mil estudantes de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento como ESG e gestão de marketing esportivo. A escola deve encerrar o ano com receita de R$ 20 milhões, alta de 10% sobre o registrado em 2023.

A faculdade é fruto da auditoria Trevisan que foi uma das principais empresas de contabilidade por mais de 25 anos, entre 1983 e 2009, quando se associou à BDO e, posteriormente, foi vendida à KPMG. O empresário criou sua própria auditoria após trabalhar em outras casas como PwC. Desde então, é um defensor da proximidade das empresas com as faculdades — até há pouco tempo, essa aproximação entre indústria e academia era recriminada pelas universidades. "Somos a primeira escola do Brasil que nasceu de uma consultoria e auditoria. Fomos pioneiros em trazer o conhecimento e a experiência de quem atua no mercado para dentro da sala de aula", disse o fundador da Trevisan Escola de Negócios. *(BK)*

366%
foi o crescimento no número de alunos

INÊS 249

ESG Empresas do setor precisam avançar no diálogo com comunidades, governos e sociedade em geral

Mineração deve definir propósito, mostra estudo

Rafael Rosas
Do Rio

As mineradoras vão “navegar” nos próximos 18 meses em meio a um cenário de incerteza global dentro de um processo de busca por iniciativas de descarbonização das diferentes cadeias produtivas. Esse é um dos principais pontos indicados pelo relatório anual “Tracking the Trends 2024”, elaborado pela Deloitte, que mostra as tendências e pontos mais relevantes para o setor. O documento aponta ainda que repensar a regulamentação passa a ser fundamental em meio ao desenvolvimento de tecnologias — inclusive com uso de inteligência artificial — que vão mudar a forma de treinamento e uso da mão de obra, dentro de uma estratégia na qual o “propósito” da mineração deverá estar no centro das decisões.

Patricia Muricy, sócia-líder da industria de mineração da Deloitte, explica que o setor demorou a “entender” a importância do propósito para a imagem do negócio. Com o avanço das pautas ligadas a meio ambiente, segurança e governança (ESG, na sigla em inglês) nos diferentes segmentos econômicos, as mineradoras começaram, segundo ela, a se dar conta de que precisavam avançar em um diálogo com comunidades, governos e a sociedade em geral. Mas o caminho para fazer isso em escala global em todos os níveis da mineração ainda é um caminho longo a ser percorrido, ela frisa.

“Conseguir que essa narrativa de propósito permeie todos os ‘sites’ [de uma empresa] é algo muito complicado”, resume a executiva, para quem o impacto nas comunidades que tangenciam as operações e os efeitos da exploração de recursos devem servir de base para a criação de políticas internas que minimizem esses efeitos.

No relatório, a Deloitte traz o foco de tenologia para uma visão “sem sonhos”, com “coisas muito mais palpáveis e realistas, no primeiro momento”, que permitam eficiência em termos de custos.

Nesse sentido, alerta para a necessidade de um planejamento amplo e diz que as tecnologias implementadas “têm que andar juntas”. Ela cita como exemplo caminhões autônomos cujo sistema, em diversos casos, não conversa com o sistema de manutenção. “Falta visão de como as tecnologias vão caminhar juntas.”

Dois outros pontos nevrálgicos do relatório estão na mão de obra e na transição energética. Sobre o primeiro, Muricy diz que a disrupção tecnológica traz um desafio para a formação dos trabalhadores. “A mineração sempre teve dificuldade em atrair talentos. Com a automatização, acessa um escopo de talentos que jamais havia pensado em trabalhar em mineração.”

Ela ressalta que o mundo saiu da época em que havia postos de trabalho tradicionais para uma era de reavaliação que versa sobre habilidades novas e uso de ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, diz, todo um treinamento inovador passa a ser necessário.

Sobre transição energética, Muricy é taxativa: “Não existe descarbonização da sociedade sem a mineração”, ressalta, lembrando a produção de insumos como baterias, pás de geração eólica e painéis fotovoltaicos.

Nesse ponto, em termos de Brasil, lembra a necessidade de políticas públicas que permitam investimentos e financiamento em projetos que garantam o fornecimento de metais críticos. “A gente precisa consertar a mineração porque o futuro de baixo carbono depende dela.”

“A gente precisa consertar a mineração porque o futuro de baixo carbono depende dela”
Patricia Muricy



Jornais e revistas dos EUA alertam para riscos dos sistemas de busca com IA

Mídia
De São Paulo

Em maio, o Google anunciou que resumos gerados por IA generativa, que compila conteúdo retirado de sites de notícias e de blogs no topo da busca por um tema, seriam apresentados na ferramenta para todos os usuários nos EUA. A iniciativa preocupa executivos do setor de mídia, que consideram a ferramenta que reduz o volume de tráfego originado no Google em seus sites um grande risco para seu modelo de negócios.

Em entrevistas ao “The New York Times”, esses executivos afirmam que o Google os deixou em posição incômoda. Eles querem que seus sites estejam listados nos resultados de buscas do gigante de tecnologia, o que, para alguns deles, pode originar metade de seu tráfego total. Fazer isso, no entanto, significa que o Google pode usar o conteúdo produzido por esses veículos nos resumos feitos com inteligência artificial.

“Isso sufoca os criadores originais de conteúdo”, disse, ao “The New York Times”, Frank Pine, editor executivo do Media News Group and Tribune Publishing, que tem 68 jornais nos EUA. Segundo ele, a ferramenta, AI Overviews (que pode ser traduzido como “resumos de IA”), é mais um passo em direção a uma IA generativa que substituirá “as publicações canibalizadas”.

Segundo Pine, uma alternativa seria recusar-se a ser indexado pelo Google, não aparecendo em seu mecanismo de busca, o que, diz ele, “poderia ser fatal para os negócios”. “Não podemos fazer isso. Ao menos não agora”, diz Renn Turiano, chefe de produto da Gannett, maior editora de jornais dos EUA.

Nicholas Thompson, CEO da revista The Atlantic, destaca que sua publicação tem investido em áreas que oferecem uma relação direta com seus leitores, como newsletters enviadas por e-mail.

Jornais como The Washington Post e The Texas Tribune recorreram a uma startup de marketing, a Subtext, que ajuda a se conectarem com assinantes e outros públicos por meio de mensagens de texto.

Segundo o “The New York Times”, Liz Reid, vice-presidente de buscas do Google, disse em uma entrevista antes da implementação do AI Overviews, que havia sinais positivos para os editores durante os testes. “Continuamos a ver que as pessoas frequentemente clicam nos links nos resumos e os exploram”, destacou.

Os resumos feitos com IA generativa têm provocado uma série de tensões entre as big techs e editores. O uso de artigos e reportagens de sites de notícias também deu início a uma disputa legal sobre as companhias como a OpenAI, dona do ChatGPT, e o Google violaram a lei de direitos autorais ao utilizarem, sem permissão, conteúdo da mídia para construir suas ferramentas de IA.

O jornal The New York Times abriu processo contra a OpenAI e a Microsoft, em dezembro, alegando violação de direitos autorais relacionados ao treinamento e à manutenção de sistemas de IA.

Sete jornais do Media News Group and Tribune Publishing, incluindo o Chicago Tribune, abriram ação similar contra essas mesmas companhias de tecnologia. OpenAI e Microsoft negam qualquer irregularidade.

Movimento Falimentar

Nota da redação: Não há registros a serem publicados nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Saneamento Leilão marcado para agosto inclui todo o Estado, exceto capital e outras duas cidades

Concessão no Piauí prevê aporte de R$ 8,6 bi

Taís Hirata
De São Paulo

O governo do Piauí planeja para o dia 14 de agosto o leilão de concessão dos serviços de saneamento em todo o Estado. O projeto prevê R$ 8,6 bilhões de investimentos e tem como objetivo a universalização dos serviços de água e de esgoto.

Hoje, no Estado, o abastecimento de água chega a 75% da população, enquanto a coleta de esgoto atende apenas 18% dos moradores. O novo contrato busca universalizar os serviços em um prazo de oito anos, para água, e 15 anos, para esgoto.

Dos R$ 8,6 bilhões de investimentos, R$ 2,7 bilhões deverão ser destinados à ampliação da rede hídrica e R$ 4,3 bilhões, para a rede de esgoto. Outro R$ 1,5 bilhão deverá ser alocado em reinvestimentos, ou seja, custos necessários para garantir a operação do sistema nos níveis adequados de qualidade.

A concessão, que terá prazo de 35 anos, será firmada pela microrregião que abarca todos os 224 municípios do Estado. Porém, três cidades que já têm concessões em curso ficarão de fora: a capital Teresina e os municípios de Landri Sales e Antonio Almeida. No caso de Teresina, a área urbana da capital é operada atualmente pela Aegea, por meio de uma concessão que se encerra em 2053.

Segundo o que prevê o leilão, uma vez que os contratos vigentes cheguem ao fim, as cidades deverão ser incorporadas à concessão regional, mediante reequilíbrio econômico-financeiro.

Além dos investimentos, a concessão prevê o pagamento de outorga mínima de R$ 1 bilhão, que será dividida entre o Estado e os municípios. Pela regra do edital, a concorrência se dará por um critério híbrido, que combina menor tarifa e maior outorga — portanto, o montante pago aos governos ainda poderá aumentar, a depender da disputa.

A princípio, o contrato prevê o aumento real da tarifa de 16,2%, nos cinco primeiros anos da operação. Porém, no leilão, os interessados poderão oferecer desconto sobre esse incremento, que terá um limite. Caso mais de um proponente atinja esse limite, passa a valer o critério da maior outorga.

O projeto foi estruturado pelo próprio Estado com apoio de consultores e, portanto, não faz parte da carteira de iniciativas em estudo pelo BNDES. Após o cancelamento do leilão de três PPPs (Parcerias Público-Privadas) da Sanepar, em maio, devido a uma liminar concedida pelo STF (Supremo Tribunal Federal), o projeto de Piauí é a única grande licitação de água e esgoto de 2024 até o momento.

Da carteira do BNDES, grupos privados ainda preveem que a concessão de Sergipe possa ser publicada neste ano.

Aegea e NX disputam participação de 49% na Águas de Sinop

Beatriz Olivon
De Brasília

A NX Saneamento e a Aegea estão travado uma batalha sobre participação de 49% na operadora de água e esgoto Águas de Sinop S/A, que atua na cidade de mesmo nome em Mato Grosso. As empresas firmaram acordo para essa operação em 2014 e desde então há um desentendimento entre elas. A NX obteve decisão judicial que determina seu ingresso na Águas de Sinop com 49% de participação, conforme previsto em contrato. Mas a Aegea fez emissão de novas ações e, segundo a Justiça paulista, isso esvazia a determinação judicial obtida pela NX.

A NX e a Aegea são parceiras em concessionárias de água e esgoto em 19 municípios do Estado, mas começaram a se desentender sobre a participação societária em Sinop. O contrato entre a concessionária e a prefeitura pode chegar a R$ 2 bilhões em 30 anos.

A decisão judicial obtida pela NX determina que a Aegea transfira em dez dias úteis as ações ordinárias da Água de Sinop, na proporção de 49%, contados da data em que a NX Saneamento realizar o depósito relativo ao pagamento do preço de compra acordado entre as partes. O descumprimento da obrigação fica sujeito a multa diária de R$ 200 mil.

O contrato previa a aquisição, pela NX Saneamento, de 3.612.770 de ações ordinárias da Aegea e Engepav, mediante pagamento de R$ 3,63 milhões dentro de 30 dias. Esse foi o pedido da empresa em liminar. A liminar se tornou sentença e a Aegea chegou a pedir a suspensão dos efeitos, mas o pedido foi negado.

A transferência não foi realizada e um novo elemento surgiu: A Aegea emitiu novas ações, o que diluiria a participação da NX Saneamento se transferido o número original de ações.

A decisão mais recente na Justiça paulista considera que o grupo Aegea não nega ter emitido novas ações depois de ter sido intimado ao cumprimento da determinação judicial de permitir a participação da NX. A emissão de ações, segundo a decisão, acabou por esvaziar a decisão anterior, que tinha como objetivo garantir que a NX Engenharia exercesse seus direitos e obrigações na proporção de sua participação no consórcio.

A Aegea alegou, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que haveria conflito entre a decisão e processo que tramitava em arbitragem com o mesmo pedido. Inicialmente, o ministro Marco Buzzi lhe deu razão, mas mudou a decisão, o que suspenderia a decisão da justiça paulista. Em decisão em abril, Buzzi manteve a validade daquela manifestação. "A própria Câmara de Arbitragem destacou o propósito específico do procedimento de arbitragem em curso, de modo que, reitere-se, o objeto e a causa de pedir são distintos e, portanto, não há se falar, nesse contexto, em confronto de decisões", afirmou, em decisão do dia 8 de abril.

A decisão determina que a Aegea comprove, no processo, a transferência das ações à NX Saneamento na proporção de 49%, no prazo de 10 dias úteis a partir da data do depósito relativo ao pagamento do preço de compra acordado entre as partes, corrigido e acrescido dos encargos moratórios pactuados, o que também deve ser feito em dez dias úteis. A decisão foi publicada no Diário de Justiça de São Paulo em 24 de maio. O descumprimento da obrigação de transferência das ações no prazo determinado está sujeito à multa diária de R$ 200 mil, devida a partir do 11º dia.

Procurado, o advogado Carlos Eduardo Truite Mendes, do CH Law, que representa a NX Saneamento no caso, afirmou que além de ingressar na sociedade com a participação de 49% do capital social, cujo direito já foi reconhecido por sentença judicial, a NX ainda busca, em duas arbitragens, o recebimento de valores não pagos pela Aegea em decorrência de ligações adicionais de água e esgoto que decorreram do início da prestação de serviços em Sinop e a anulação de atos e deliberações praticados em desconformidade com o acordo de acionistas, o que também poderá ensejar uma indenização bilionária em favor da NX, esvaziando a expectativa de lucro dos investidores.

O advogado estima que a expectativa de retorno que as ingressantes no negócio possuíam em relação ao investimento realizado na Aegea deverá ser afetada em razão da decisão que reconhece o direito da NX a receber a participação de 49%.

Procurada, a Aegea informou que o processo ainda está em trâmite e corre em segredo de justiça.

As duas companhias são parceiras em concessionárias de água e esgoto em 19 municípios do Mato Grosso

INÊS 249

Tecnologia O avanço é de 33% em 10 meses; o temor com riscos também cresceu, diz estudo da McKinsey

IA já é usada em 72% das empresas no mundo

Ivone Santana
De São Paulo

Em 2023, a inteligência artificial generativa (IA Gen) chamou a atenção de todo o mundo a partir da popularização do robô de conversação ChatGPT, da OpenAI. Na sequência, vieram chatbots concorrentes, como o Gemini, do Google; o Cortana, da Microsoft; e Claude, da Anthropic, entre outros. O mercado de IA Gen pode movimentar de US$ 2,6 trilhões a US$ 4,4 trilhões por ano na economia mundial, com base em 63 casos analisados pela consultoria McKinsey no ano passado.

Agora, 2024 será o ano em que as organizações começarão a usar de fato a nova tecnologia e a obter valor com isso. Essas observações, que vêm sendo feitas por cientistas, pesquisadores e executivos de empresas, aparecem de forma estruturada na pesquisa global da McKinsey sobre IA, lançada nesta quinta-feira (30).

De acordo com a pesquisa "The state of AI in early 2024: Gen AI adoption spikes and starts to generate value", 65% dos entrevistados disseram que suas organizações utilizam IA regularmente. Isso equivale a quase o dobro da porcentagem verificada no levantamento anterior da McKinsey, há dez meses. Além disso, as pessoas admitem que passaram a usar a IA Gen em suas vidas pessoais, e não só no trabalho.

Esse crescimento do uso da IA generativa representou um salto de 33% globalmente entre 2023 e 2024. Já a adoção de IA em geral passou de 55% a 72% no período analisado. Além disso, metade dos entrevistados disse que suas organizações adotaram IA em duas ou mais atividades de negócios comparado a menos de um terço em 2023.

A pesquisa foi realizada por meio on-line entre fevereiro e março de 2024. Entre 1.363 participantes responderam às perguntas, representando diferentes regiões do mundo, indústrias, tamanhos de empresas, especialidades funcionais e cargos.

Desses entrevistados, 981 disseram que suas organizações adotaram IA em ao menos um tipo de negócio, e 878 disseram que suas organizações usavam regularmente a geração de IA em ao menos uma tarefa.

As expectativas dos entrevistados sobre o impacto da IA continuam elevadas. Três quartos deles disseram acreditar que a IA levará a mudanças significativas ou disruptivas em suas empresas nos próximos anos. Ganhos como redução de custos e alta de receita são citados como decorrentes da implantação da nova tecnologia.

Como já vem sendo observado no mercado, a implantação da IA Gen ocorre em áreas que podem criar mais valor. A maior parte das empresas que usa inteligência artificial em mais de uma função, o faz mais frequentemente nos setores de marketing e vendas (dobrou a adoção), no desenvolvimento de produtos e serviços, e em tecnologia da informação.

Em relação aos investimentos, as respostas sugerem que as organizações podem destinar mais de 5% de seus orçamentos voltados para temas digitais em IA generativa, não generativa e sistemas analíticos. No entanto, a IA analítica vem conquistando mais de 20% dos gastos na comparação com a IA genérica. Do total de entrevistados, 67% esperam que suas organizações elevem os investimentos em IA nos próximos três anos.

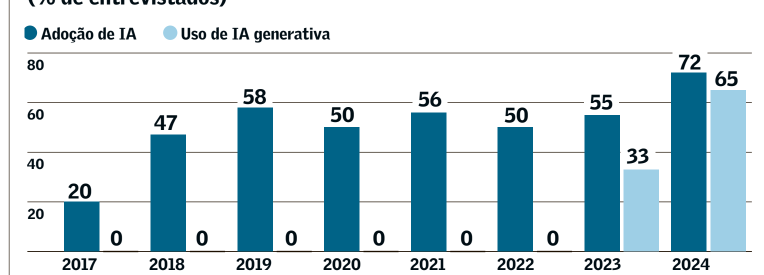
A área em que a maior parte dos os entrevistados relatam reduções de custos é a de recursos humanos.

A imprecisão e a violação da propriedade intelectual, são consideradas cada vez mais como riscos relevantes para o uso generativo de IA pelas organizações. A questão de imprecisão foi citada por 63% dos entrevistados frente a 56% em 2023; violação da propriedade intelectual foi mencionada por 54% (ante 46%); enquanto segurança cibernética é relevante para 53% dos respondentes comparado a 51% no estudo anterior.

Segundo a McKinsey, "O estado da IA no início de 2024: a adoção da geração AI aumenta e começa a gerar valor" (em tradução livre) é um trabalho colaborativo entre Alex Singla, Alexander Sukharevsky, Lareina Yee e Michael Chui, com Bryce Hall, representando visões de QuantumBlack, AI da McKinsey e McKinsey Digital, baseados na Europa, Ásia e EUA.

54%
se preocupam com a violação da propriedade intelectual

Automação global
Introdução da inteligência artificial no mercado



Implantação da tecnologia em ao menos uma tarefa das organizações (% de entrevistados)

Ano	Adoção de IA	Uso de IA generativa
2017	20	0
2018	47	0
2019	58	0
2020	50	0
2021	56	0
2022	50	0
2023	55	33
2024	72	65

Fatia do orçamento digital das empresas gasto em IA generativa (% de entrevistados)

Setor	Acima de 20%	16-20%	11-15%	6-10%	Menos de 5%	Não sabe
Tecnologia	11	10	16	16	40	7
Energia e materiais	17	7	9	8	46	13
Serviços financeiros		11	4	26	47	12
Mídia e telecom	7	4	6	7	60	16
Produtos de consumo e varejo	1	5	6	12	64	12
Indústrias avançadas	1	5	1	18	70	6
Serv. profissionais, legais e negócios	5	4	3	7	63	19
Saúde, prod. médicos e farmacêuticos	3	8	2	5	61	21
Geral	6	7	7	13	55	12

US$ 2,6 tri a US$ 4,4 tri
É o valor que a IA generativa poderá movimentar por ano no mundo

US$ 1,3 tri
Receita estimada com IA generativa até 2032 comparado a US$ 40 bilhões em 2023

US$ 1 bi
É a previsão mínima de gastos com IA no Brasil em 2024

69 milhões
de vagas podem ser criadas e 83 milhões cortadas até 2027

Fontes: relatório da McKinsey "The state of AI in early 2024: Gen AI adoption spikes and starts to generate value", Fórum Econômico Mundial e IDC

Curta

Nvidia e a família Rubin

O presidente-executivo da Nvidia, Jensen Huang, disse neste domingo (2) que a plataforma de chips de inteligência artificial (IA) de próxima geração da empresa se chama Rubin e será lançada em 2026. A família de chips Rubin incluirá novos gráficos (GPU) e processadores centrais (CPU), bem como chips de rede, disse Huang na Universidade Nacional de Taiwan, em Taipé, como parte da feira Computex, informou a agência Reuters. Huang, porém, deu poucos detalhes. A nova CPU se chamará Versa e os novos chips gráficos usados para alimentar aplicativos de IA incluirão memória de alta largura de banda da próxima geração, fabricada por empresas como SK Hynix, Miron e Samsung. Huang disse que a empresa agora planeja lançar uma nova família de chips de IA todos os anos, acelerando seu cronograma de lançamento anterior de aproximadamente a cada dois anos.

Marketing Uma das dificuldades para jurados da “Social & Influencer” é provar que uma campanha nasceu para as plataformas de relacionamento

O desafio de Cannes para definir a categoria de ‘rede social’

Daniela Braun
De São Paulo

Comprovar que uma campanha publicitária nasceu para as redes sociais é um dos desafios dos jurados da “Social & Influencer”, no festival de criatividade Cannes Lions 2024, considerado o “Oscar” da publicidade global. Outro é encontrar candidatos a um “leão” que saiam da mesmice com ações de marca que envolvam plataformas e influenciadores digitais.

“Na conversa com os jurados entendemos que tudo acaba se refletindo em social [media]”, observa o brasileiro Lui Lima, diretor criativo da agência Talent, que atua há 20 anos no mercado, e um dos jurados de “Social & Influencer Lions” este ano. “Uma coisa que ajuda bem a definir [a categoria] é se a ideia depende, ou não, do pensamento social. Porque há ideias que não precisam existir nas redes sociais, que são postadas nas redes e tudo bem. Mas será que, sem o social, essa ideia seria a mesma?”.

No festival de 2023, a Samsung Austrália levou o Grand Prix, prêmio máximo por categoria, em Social & Influencer com a campanha “Flipvertising”, voltada a consumidores jovens, da geração Z. A campanha propôs uma caça ao tesouro, incentivando o público a acompanhar anúncios, ações de influenciadores e a fazer buscas on-line para concorrer a um aparelho com tela dobrável. “Colocar a marca na conversa e trazer algo divertido em torno disso é algo muito poderoso”, avalia Lima. “O pensamento foi criativo e diferente”.

Como um dos dez jurados este ano, Lima avaliou 371 trabalhos na lista mais ampla de candidatos a um prêmio no Cannes Lions. “O desafio é não cair na mesmice”, ele afirma. Marcas que consigam utilizar as ferramentas digitais e os criadores de conteúdo com uma ideia criativa e gerando bom resultado têm mais chances entre os jurados.

O Brasil também costuma se destacar na categoria. No ano passado, campanhas brasileiras ganharam sete leões em “Social & Influencer”, entre 21 finalistas. O leão de ouro foi para a Flash Benefícios em uma campanha desenvolvida pela agência FCB Brasil em torno da Copa do Mundo do Catar, em novembro de 2022. “O Brasil sempre tem bons casos, é esperado mais ainda porque o brasileiro já nasceu especialista em redes sociais”, diz Lima, que estará pela primeira vez no festival, em Cannes, na França.

371
trabalhos foram avaliados ao prêmio

GABRIEL REIS/ VALOR

Lui Lima, diretor da Talent e jurado: “O Brasil sempre tem bons casos, o brasileiro já nasceu especialista em redes sociais”

O diretor de criação já conquistou um leão em Cannes pela campanha “Ads For equality”, em 2022, quando atuava na Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp. A campanha, que levou o bronze na categoria “Creative B2B”, demonstrou que campanhas mais diversas geram um engajamento maior da audiência nas redes.

A estratégia foi produzir duas campanhas idênticas para marcas de veículos, bebidas e cosméticos, com uma das peças trazendo diversidade de personagens, e outra não. “Conseguimos comprovar que a diversidade é importante para as marcas, já que trouxe mais resultados, porque as pessoas se viam representadas na propaganda”, detalha Lima.

O diretor de criação alerta que o mercado publicitário exerce um papel fundamental em trazer mais representatividade ao consumidor. “Muitas questões sobre a representatividade foram geradas pela própria [indústria da] propaganda, então a comunicação tem uma responsabilidade de sobre como a sociedade lida com isso”, afirma Lima.

JOÃO ALMEIDA/DIVULGAÇÃO

Fernando Bento e Lelê Saddi: faturamento pode alcançar R$ 25 milhões este ano

País tem influenciadores premiados

Luana Dandara
De São Paulo

O Brasil recebeu dois troféus no World Influencers and Bloggers Awards (Wiba), única premiação global do mercado de influência digital, realizada desde 2019, em Cannes, de forma paralela ao festival de cinema. A agência HighFy foi premiada como Melhor Agência de Agenciamento e Marketing de Influência do mundo. Já a influenciadora curitibana Franciny Ehlke, que soma mais de 37 milhões de seguidores nas redes sociais, ganhou como Melhor Influenciadora da América Latina.

Na premiação, realizada em 24 de maio, foi a primeira vez que uma agência brasileira foi contemplada nessa categoria.

A HighFy movimentou R$ 45 milhões em 2023. Com foco em luxo, a agência pertence ao Grupo Pop Comm, fundado em 2015 pelo jornalista Fernando Bento e pela influenciadora Lelê Saddi, formada em administração com ênfase em marketing.

O faturamento do grupo foi de R$ 20,3 milhões em 2023 e a expectativa é que alcance R$ 25 milhões este ano. No primeiro trimestre de 2024, a Pop Comm faturou R$ 5,1 milhões. O grupo tem em seu portfólio fixo 90 marcas, como Calvin Klein, Guerlain, Tommy Hilfiger, Dior Beauty e Hotel Rosewood São Paulo. Além disso, tem 23 criadores de conteúdo digital, entre eles, Lala Rudge, Patricia Bonaldi e Maya Massafera.

Com 20 anos de experiência no mercado digital, Saddi afirma que o Brasil é referência global no mercado de influenciadores digitais quando se trata de monetização e profissionalização.

“Acredito que a facilidade do brasileiro em se comunicar ajuda muito. O europeu não liga a câmera e grava ‘stories’ para o Instagram com tanta facilidade, por exemplo. A população brasileira também é muito conectada às redes e gosta de acompanhar o dia a dia das pessoas — vide o sucesso do Big Brother por aqui”, diz.

Segundo a fundadora da Pop Comm, nas semanas de moda internacionais, por exemplo, o grupo movimenta cerca de R$ 7 milhões.

Fernando Bento, sócio de Lelê, afirma que a pandemia foi um momento-chave para a expansão do mercado de influência. “As empresas que não trabalhavam com o digital não tiveram escolha. Os influencers também se profissionalizaram e o faturamento no setor só aumentou”, diz ele. Na agência, o número de colaboradores cresceu quase seis vezes desde 2020, para os atuais 110 funcionários, e o número de clientes triplicou.

O crescimento do mercado foi constatado também pela influenciadora Franciny Ehlke, vencedora do prêmio da Wiba. Seu faturamento triplicou após o período, mas ela não revela os números.

Em 2021, a modelo Amanda Cordoni, Miss Universo de Uberlândia de 2024, ganhou a categoria Melhor Influenciadora da América Latina no Wiba. Em 2023, a ex-BBB Domitila Barros venceu como Melhor Influenciadora de Sustentabilidade.

Para Yduqs, dados são estratégicos no ensino para monitorar os rivais

Educação

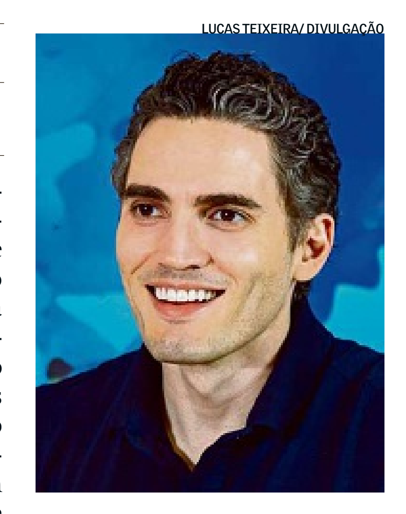
Cláudia Penteado
Do Rio, para o Valor

A diversificação da oferta, viabilizada principalmente pela tecnologia, tem ajudado a turbinar e transformar o negócio do ensino superior privado no Brasil, embora sua penetração ainda seja de menos de 35%. No caso do grupo Yduqs, que compreende marcas como Estácio, Ibmec e Idomed, o investimento em marketing e vendas no ano passado foi da ordem de R$ 336 milhões, e este ano deve aumentar até 10%, segundo revela o seu vice-presidente de marketing e vendas, Marcel Desco.

Este é um mercado fortemente movido por estratégias de marketing de performance, em que os dados são estratégicos para monitorar a concorrência e o comportamento de alunos e do público-alvo, para definir estratégias que mudam ao sabor de sua coleta e análise, com o uso cada vez maior da inteligência artificial (IA).

Desco explica que, além de campanhas publicitárias, o marketing abarca posicionamento estratégico de preço, agilidade de reação e teste e estratégia de ‘e-commerce’.

“No EAD [ensino a distância], por exemplo, o aluno é muito suscetível a variações de preço. Então, montamos um modelo de precificação bastante robusto, em que captamos 1 milhão de preços por semana. Fazemos 200 testes por semana, tanto criativos quanto de precificação”, conta o executivo. Isso significa que a empresa usa tecnologia para monitorar os preços da concorrência, coletando milhões de dados para montar suas próprias tabelas, o que seria impossível em pouco tempo sem o uso da IA.

LUCAS TEIXEIRA/DIVULGAÇÃO


“No EAD, captamos [no mercado] 1 milhão de preços por semana”
Marcel Desco

Conforme o **Valor** informou na quarta-feira (30), o valor das mensalidades caiu nas duas modalidades de curso no mercado em geral. No presencial, a queda é de 36% e no on-line, chega a 475%.

Desco explica que como o negócio da empresa é multimarca, foi preciso desenvolver um negócio personalizável, porque para cada marca há perfis de alunos diferentes. “A tecnologia nos permite agilidade e personalização, que é fator-chave.”

A área dedicada à permanência de aluno e experiência de cliente (CX, na sigla em inglês) fica sob a gestão de Desco. Segundo ele, é uma inovação no setor, à medida em que há uma busca para trabalhar os níveis de atração e permanência de alunos juntos, retroalimentando a cadeia.

“Conhecemos bem os perfis que têm maior valor para a empresa e também as alavancas que elevam esses número. Com isso, montamos estratégias de comunicação de ‘topo de funil’, mais direcionadas, e implantamos ações de permanência para públicos que já sabemos que são mais frágeis”, diz o executivo.

Na área de tecnologia, o grupo tem 18 ferramentas criadas internamente e outras impulsionadas por IA para personalização de peças criativas e automação de contatos com alunos existentes e potenciais. Com a automação por IA, as taxas de sucesso no contato subiram mais de 19% em 2023 permitiram o desenvolvimento de 20 mil peças criativas por semana, com taxas de conversão mais altas do que de peças mais tradicionais.

“Hoje, já temos uma precisão na propensão a evasão de mais 85% e criamos campanhas específicas para cada um dos perfis, Isso reduziu em mais de 10% o numero de alunos que precisaram de desconto para renovar, por exemplo, e tem apoiado nosso crescimento de tíquete médio”, explica.

Há um investimento maior no lançamento e aprimoramento de programas e cursos para as áreas de tecnologia e saúde. “São áreas de conhecimento que serão puxadas pelo aumento de demanda do mercado de trabalho por profissionais dessas áreas”, diz.

Segundo ele, muito mais que áreas de ensino específicas ou temas de aprendizado por competências, habilidades específicas também devem crescer para atender demandas urgentes do mercado de trabalho. “Isso vai exigir muito das empresas de educação no que diz respeito a entender tendências e adaptar seus portfólios e currículos de forma ágil”, observa Desco.

O maior desafio de marketing neste mercado está, segundo o executivo, na atração de mais pessoas para o sistema. “É um negócio que tem um benefício claro, há oferta, mas esbarra em alguns entraves financeiros e técnicos.”

‘Reality show’ surge em 1973 e alcança sucesso duradouro



História

Natália Flach
De São Paulo

Dada a popularidade do“ “Big Brother”, talvez você suponha que os holandeses do conglomerado de mídia Endemol sejam os responsáveis pela criação dos “reality shows”. Talvez também ache que eles surgiram no início da década de 2000. Na verdade, o formato foi inventado 30 anos antes pela rede de televisão americana PBS. O programa “An American Family” estreou em 11 de janeiro de 1973 e acompanhou a rotina de um casal e seus cinco filhos.

Na época, era comum se referir à produção não como um “reality show”, mas como uma série documental. Isso mudou quando a revista “TV Guide” usou o termo em alusão ao programa de sucesso. Segundo dados da própria PBS, cerca de 10 milhões de telespectadores acompanharam o dia a dia da família de classe média ao longo de 12 episódios.

O programa foi inovador não apenas no formato, mas também no conteúdo, ao mostrar pela primeira vez uma pessoa assumidamente gay na TV. Também transmitiu as inúmeras brigas do casal, que acabou se divorciando. O “An American Family” foi, portanto, um divisor de águas, ao trazer um enredo que se distanciava do script de outras atrações televisivas.

Mas foi somente nos anos 2000 que os “reality shows” estouraram mundo afora. “Com o passar dos anos, foi ficando mais claro para o telespectador que não se tratava de um show de realidade, mas de um jogo que preconiza a autenticidade”, afirma Bruno Souza Leal, professor de comunicação social da Universidade Federal de Minas Gerais.

Ainda assim, a popularidade não diminuiu. Para se ter ideia, no Brasil, 90% das pessoas sabem o que é “reality show” e 89% dizem já ter assistido a pelo menos um programa desse tipo — sendo que 25% afirmam acompanhar frequentemente ou muito frequentemente, de acordo com levantamento de 2022 da consultoria Mindminers.

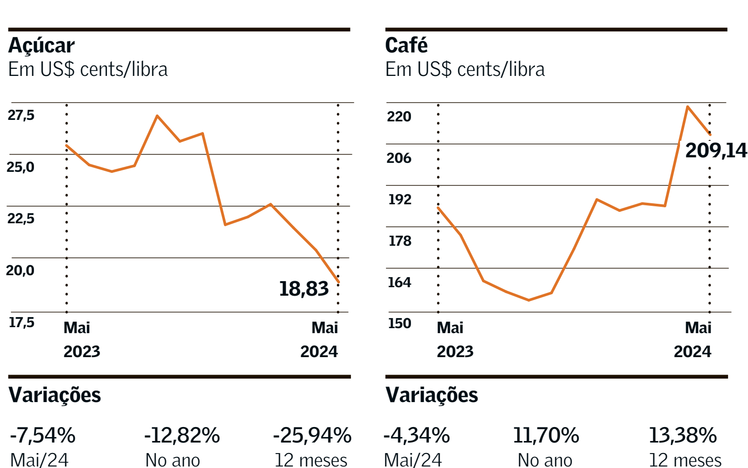
Todo esse sucesso é sinônimo de receita para a TV, que passou a comercializar não só formatos “fechados”, como novelas e filmes, mas também conjuntos de regras que podem ser replicados em outros países. “O reality show se caracteriza por ser adaptável e versátil”, explica.

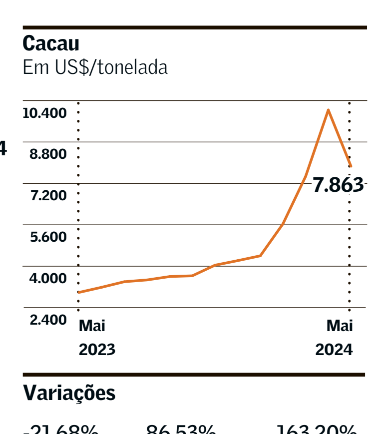
Agronegócios

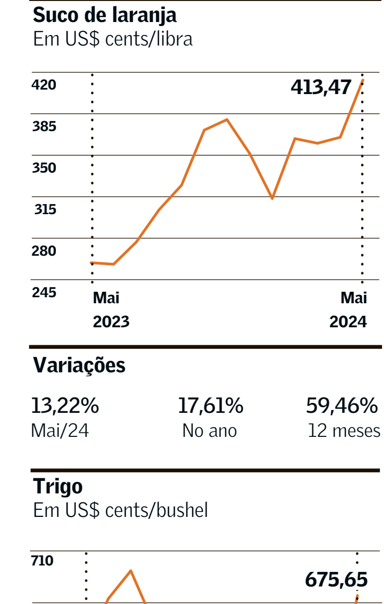
Por GLOBORURAL

Commodities agrícolas

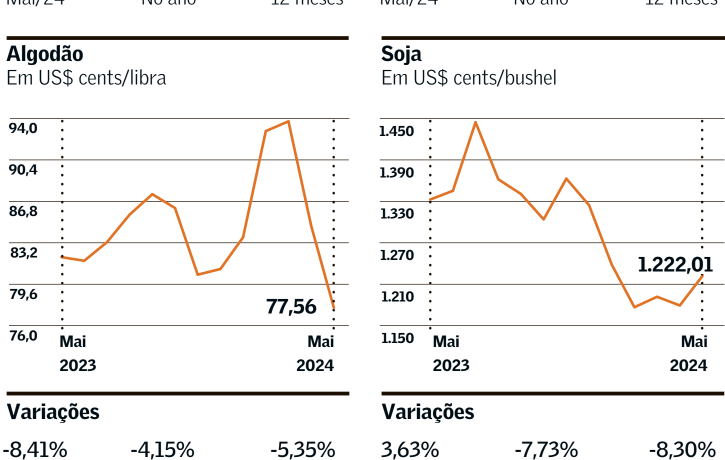
Cotações médias* nas bolsas de Nova York e Chicago

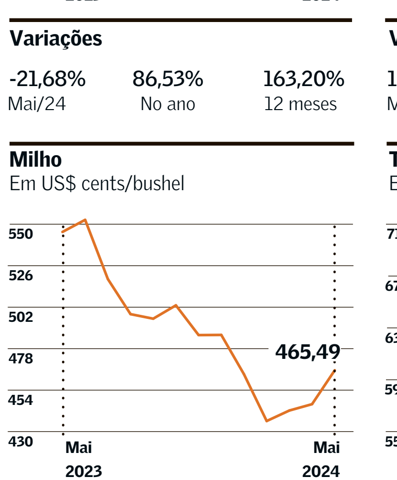


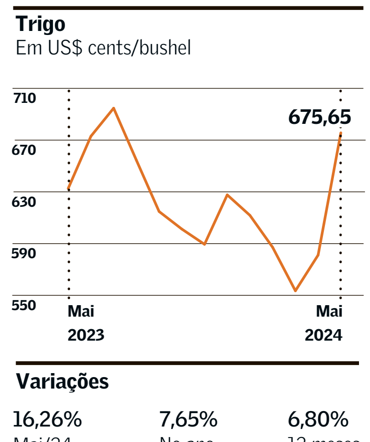




Variações	Mai/24	No ano	12 meses
Açúcar	-7,54%	-12,82%	-25,94%
Café	-4,34%	11,70%	13,38%
Cacau	-21,68%	86,53%	163,20%
Suco de laranja	13,22%	17,61%	59,46%







Variações	Mai/24	No ano	12 meses
Algodão	-8,41%	-4,15%	-5,35%
Soja	3,63%	-7,73%	-8,30%
Milho	4,40%	-4,21%	-14,67%
Trigo	16,26%	7,65%	6,80%

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Commodities Cotação média do cereal acumulou alta de mais de 16% em maio e liderou valorização dos grãos na bolsa de Chicago

Clima ruim faz preço do trigo disparar no mercado externo

Paulo Santos
De São Paulo

Problemas climáticos em importantes países produtores geraram dúvidas sobre a oferta global de trigo, o que fez com que os preços do cereal encerrassem maio com alta expressiva no mercado internacional. Na bolsa de Chicago, o valor médio dos contratos de segunda posição de entrega subiu 16,2%, para US$ 6,7565 o bushel, segundo cálculos do **Valor Data**.

Ao longo do último mês, houve uma série de cortes nas estimativas de produção de Rússia, Ucrânia, França e Austrália. Juntos, esses três países representam cerca de 20% da produção global, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Analistas e consultorias reduziram suas projeções especialmente para a oferta da Rússia, país que lidera as exportações do cereal no mundo. Os cálculos iniciais indicavam que a colheita russa chegaria a 90 milhões de toneladas, mas, no fim de maio, a consultoria Ikar estimou produção de 81 milhões.

"Houve uma quebra na tendência de baixa para os preços do trigo a partir da segunda quinzena de abril. O pessimismo com a safra da Rússia provocou um reposicionamento dos fundos, que aumentaram suas posições compradas na bolsa", afirma Élcio Bento, analista da Safras & Mercado. Segundo ele, a possível quebra na safra russa afetará as exportações. No momento, a previsão para os embarques é de 52 milhões de toneladas.

A deterioração das estimativas de produção em outros países também teve reflexos sobre as cotações em maio. Na França, os produtores temem a ocorrência de uma estiagem em 2023/24 similar à dos ciclos 2020/21 e 2022/23.

"É difícil dizer se o trigo continuará valorizado. Em junho, teremos a entrada da safra do Hemisfério Norte, o que pode levar a uma acomodação [dos preços]. Por outro lado, com a incerteza climática, o mercado ainda tem fatores de alta para 'queimar'", observa Bento.

> "O pessimismo com a safra de trigo da Rússia fez com que os fundos se reposicionassem em Chicago"
> *Élcio Bento*

Soja e milho também subiram na bolsa de Chicago no mês passado. Segundo o **Valor Data**, os contratos de segunda posição da soja acumularam alta de 3,6% em maio, a US$ 12,2201 o bushel, em média, e o milho valorizou-se 4,4%, a US$ 4,6549 o bushel.

No caso da soja, a elevação deveu-se, em parte, à perspectiva de quebra de safra no Rio Grande do Sul após as enchentes no Estado, diz Daniele Siqueira, analista da AgRural. A valorização do farelo no mercado global também ofereceu sustentação às cotações.

Na bolsa de Nova York, chegou ao fim a longa escalada dos preços do cacau. Depois de fechar em alta por 19 meses consecutivos e de seus preços baterem recordes sucessivos no início deste ano, a amêndoa perdeu fôlego em maio, quando seus contratos de segunda posição de entrega caíram 21,7%, para um valor médio de US$ 7.863 a tonelada.

Para o analista independente Adilson Reis, o mercado do cacau deu indícios de que a valorização chegou ao limite — após a cotação ultrapassar a marca de US$ 11 mil a tonelada, os fundos especulativos começaram a reduzir suas posições compradas (que indicam aposta na alta). "O mercado consegue suportar até um certo nível de preço. Quando a matéria-prima fica muito cara cria-se um desequilíbrio na cadeia, e sem harmonia não há mercado que sobreviva", diz.

Rafael Borges Machado, analista de inteligência de mercado da StoneX, afirma ainda não ser possível decretar o fim dos preços recordes do cacau. Segundo ele, há déficit na oferta, e a demanda segue firme. "Os dados de moagem do primeiro trimestre indicaram que as indústrias podem ter antecipado suas compras por receio de não encontrarem produto, já que a oferta pode se recuperar só a partir de outubro", avalia.

Café, açúcar e algodão também recuaram em Nova York em maio. Os contratos do café arábica encerraram o mês em baixa de 4,3%, a US$ 2,0914 a libra-peso. O açúcar demerara recuou 7,5%, a 18,83 centavos de dólar por libra-peso, e a pluma caiu 8,4%, para 77,56 centavos de dólar por libra-peso. O suco de laranja, por outro lado, subiu 13,2% no mês passado, a US$ 4,1347 por libra-peso.

Líder em mel, Baldoni entra no mercado de geleias

Alimentos

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A Baldoni, a maior produtora de mel do país, vai intensificar a estratégia de diversificação de seus negócios. Depois de lançar, em setembro do ano passado, uma marca própria de geleias adoçadas com mel, produzidas com empresas parceiras, a empresa decidiu investir em uma fábrica própria de geleias. O investimento na unidade será de R$ 5 milhões.

Localizada em Itatiba (SP), a planta deverá entrar em operação entre agosto e setembro deste ano. Ela terá capacidade de fabricar 500 mil potes do produto por mês, mas, com investimentos simples, como a compra de novas máquinas e ampliação de turnos, a capacidade pode chegar a 2 milhões de potes ao mês.

O novo segmento é recente nos negócios da Baldoni, mas ele já responde por 10% de seu faturamento — a companhia não informou sua receita. Hoje, a produção de geleias da marca da empresa com fabricantes parceiros soma 60 mil potes por mês.

"O mercado de geleia é três vezes maior do que o de mel. Acredito que, em dois anos, a Baldoni vai deixar de ser uma empresa de mel e para ser uma de geleias", disse o presidente da companhia, Daniel Cavalcanti. Segundo ele, nos últimos meses, a empresa teve que suspender suas ações de divulgação da marca para administrar a demanda.

Para ganhar espaço nesse novo segmento, a Baldoni pretende repetir o trabalho que ela fez no mercado de mel em 2019. "Naquela época, as pessoas compravam mel, e não uma marca do produto", diz Cavalcanti. "A nossa ideia foi construir uma marca, um trabalho que se baseou no gerenciamento da categoria. A gente deu visibilidade para o mel".

Cinco anos após os primeiros investimentos no mercado de mel, o crescimento começou a estabilizar, diz o executivo. "Começamos a analisar qual produto da mesma categoria poderíamos trazer para o portfólio. Percebemos que não havia geleia adoçada com mel e que, assim como o mel, a geleia não tem um gerenciamento de categoria", afirma ele.

A Baldoni vai centrar o foco nas classes B e C e no público mais jovem e, em dois anos, quer figurar entre as três maiores do mercado de geleias. A companhia usará apenas capital próprio para erguer a nova fábrica e prevê recuperar o investimento em até três anos.

Santa Clara usará debêntures para expansão

Insumos

Eliane Silva
Para o Valor, de Ribeirão Preto (SP)

DIVULGAÇÃO



Planta de fertilizantes especiais da Santa Clara no município de Jaboticabal (SP): plano de investimentos da companhia prevê desembolsos de R$ 500 milhões

A Santa Clara Agrociência, companhia de fertilizantes especiais do Grupo Santa Clara, de Ribeirão Preto (SP), decidiu usar parte do dinheiro que obteve em sua primeira emissão de debêntures para financiar os produtores que compram seus produtos. Na operação, que concluiu recentemente, a empresa levantou R$ 30 milhões, como noticiou o **Valor**.

Os recursos também vão aumentar a liquidez da empresa, em um momento em que a holding prepara-se para erguer uma fábrica de defensivos biológicos e para ampliar sua estrutura atual. Inicialmente, a Santa Clara previa um pacote de investimentos de R$ 165 milhões até 2030, mas, agora, o orçamento deve chegar a R$ 500 milhões. Como já informou o **Valor**, o grupo espera faturar R$ 1 bilhão em 2030. Em 2024/25, a receita será de R$ 200 milhões.

Nas últimas cinco safras, o grupo cresceu 33% ao ano, em média, e seu mercado, 23%. A receita que a companhia prevê para a safra atual representará um crescimento na faixa entre 17% e 20%.

"Nosso planejamento estratégico já previa uma queda [de ritmo] neste e nos dois próximos anos devido ao ciclo de ajustes do agronegócio brasileiro. Mas, enquanto muitas empresas do setor estão ficando menores, a gente continua crescendo", disse Vinicius Mazza, diretor financeiro e administrativo da empresa.

> **R$ 30**
> **milhões foi quanto a empresa levantou com a emissão**

De acordo com o executivo, atualmente, a empresa investe 8% de seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento de produtos, mas ela pretende aumentar a fatia para 20% nos próximos três anos. "Já temos mais de 80 produtos, mas vamos reforçar nosso portfólio com bionematicidas, biofungicidas e bioinseticidas desenvolvidos em parcerias com a Embrapa e outros centros de pesquisa", disse Mazza.

O executivo conta que o acesso ao mercado de capitais também serviu para testar o projeto de governança da empresa familiar, que iniciou o processo de profissionalização em 2008. "Emitir debêntures só é possível após a consolidação da governança. É como se fosse uma certificação desse processo", ressalta ele.

Mazza, que está na empresa há seis anos e meio, afirma que os executivos do grupo têm autonomia no processo de decisão. João Pedro Cury, de 37 anos, filho do fundador, José Amaro Cury, ocupa a presidência da companhia. Ele e sua irmã, Thalita Cury, representam a família no conselho, que tem ainda dois membros independentes.

Cenários
'É preciso repensar o RS depois da catástrofe', diz André Gerdau Johannpeter
B4

INÊS 249

Investimentos Famílias adotam abordagem customizada na tributação offshore, diz Freitas, do UBS C8



Mercados Incertezas sobre o Brasil afetaram desempenho de ativos financeiros em maio C2

Pagamentos Expansão do Pix aumenta gastos do BC para atualizar capacidade C3

Negócios Bancos dos EUA injetam dinheiro no mercado de crédito privado C2

Finanças

Apostas Temor de lavagem de dinheiro afastava bancos do segmento; com regulamentação, área se torna atrativa para entidades reguladas pelo BC

Setor financeiro se movimenta para atender ‘bets’

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

O processo de regulamentação das apostas esportivas no Brasil tem movimentado também o sistema financeiro e de pagamentos. Segundo apurou o **Valor**, com a definição de que as transações financeiras precisarão passar por instituições reguladas pelo Banco Central (BC), há bancos se organizando para oferecer serviços para as empresas de apostas e instituições não reguladas entrando com pedidos de autorização no BC.

Estimativas do site especializado BNLData indicam que esse mercado movimente mais de R$ 150 bilhões por ano no país. O fluxo impulsionou muitas instituições de pagamento e de câmbio. Entretanto, como apostas são consideradas um segmento de alto risco para lavagem de dinheiro e ainda não havia regulamentação específica no Brasil, muitos bancos tinham receio de atuar com as operadoras. Com as novas regras, esse cenário tende a mudar.

O setor de apostas passa por uma mudança de paradigma no país, afirma André Santa Ritta, advogado do Pinheiro Neto. Enquanto, até agora, as movimentações seguiam uma lógica essencialmente transfronteiriça, com a definição de que os operadores dos jogos precisam ter sede no Brasil, há também uma nacionalização das movimentações financeiras.

“Essa indústria já existe há alguns anos aqui, mas até agora o dinheiro era, no geral, coletado no Brasil através de facilitadores de pagamento e enviado para o exterior. Essas empresas, na maioria dos casos, não eram reguladas pelo BC”, diz. Devido a diversas preocupações, como rastreabilidade dos recursos e identificação de quem está participando das apostas, as novas regras para o setor, que estão sendo instituídas via lei e portarias, passaram a exigir que essa indústria se torne doméstica.

E, nesse contexto, o Ministério da Fazenda decidiu também instituir que apenas instituições reguladas poderão prestar serviços financeiros para o segmento. Aportes e retiradas de recursos financeiros pelos apostadores, bem como o pagamento de prêmios pelos agentes operadores das “bets”, deverão ser realizados exclusivamente por meio de contas, de ambos os lados, cadastradas em instituições financeiras ou de pagamento autorizadas pelo BC. Ou seja, só toca no dinheiro quem for regulado. Ficou proibido pagamento com cartão de crédito, dinheiro vivo, boleto ou cripto, mas foram mantidos os cartões de débito e pré-pagos, TEDs e Pix, que responde por boa parte das movimentações, segundo participantes da indústria.

Esse cenário abre grandes oportunidades para bancos e instituições de pagamento atuarem em um mercado antes pouco explorado. Isso vale tanto para instituições tradicionais quanto para as digitais. “Essas instituições estão entrando pesado nesse mercado”, diz Santa Ritta. “Como é um mercado que ainda está sendo regulamentado, temos visto uma movimentação de bancos menos conservadores, que tendem a arriscar mais, de entrar em operações como essa. Mas para os grandes incumbentes tradicionais, acho que é um cenário ainda a ser explorado, descoberto”, comenta outro advogado.

Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou apenas, por meio de nota, que o mercado de apostas esportivas on-line terá do setor bancário o mesmo tratamento das atividades normais, “ou seja, todas as práticas usuais e necessárias para prevenção e repressão a ilícitos financeiros serão tomadas, não ensejando providências adicionais para atendimento a esse setor”.

> “No âmbito da prevenção à fraude, à lavagem de dinheiro, a regulação é a mesma para todos”
> *Fernando Borges*

Para Fernando Borges, da diretoria da Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), as regulamentações são positivas e vão contribuir com a higidez do sistema financeiro. “Pode até ser que haja um impacto negativo em volume transacional, mas será positivo para a consolidação do mercado. Desde 2018 havia uma insegurança jurídica muito grande.” Segundo ele, se há algumas regras mais suaves para instituições de pagamento em termos de capital, para as normas de segurança essa diferenciação não existe. “No âmbito da prevenção à fraude, à lavagem de dinheiro, não há competição. A regulação é a mesma para todos.”

Diego Perez, presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), assegura que as IPs cumprem as normas de segurança e estão preparadas para a regulamentação. Ele diz que esse mercado de “bets” floresceu no Brasil por características do mercado local, como pagamentos instantâneos, elevada digitalização e bancarização e mesmo novidades mais recentes, como o open banking e o marco cambial. “O open banking, por exemplo, trouxe a figura do iniciador de transações de pagamento (ITP), isso aumenta a velocidade na colocação de apostas.”

O advogado do Pinheiro Neto relata que já há empresas não reguladas entrando com pedidos de autorização no BC para atuar nesse universo. Outro movimento observado é de instituições não autorizadas buscando parcerias com reguladas, em um modelo de “banking as a service” (BaaS).

Uma dessas empresas é a Nuvei, plataforma global de pagamentos on-line, que entrou com pedido de autorização no BC para atuar como instituição de pagamento na modalidade credenciador e emissor de moeda eletrônica no país. Focada em pagamentos transfronteiriços para diversos setores, a companhia já atua com operadores de apostas esportivas em outros países, onde esse mercado é regulamentado. Agora, a empresa vê essa como uma das principais avenidas de crescimento no Brasil.

DIVULGAÇÃO



Santa Ritta, do Pinheiro Neto: regulamentação das ‘bets’ induz nacionalização das movimentações financeiras

“O importante para a gente é garantir que vamos estar prontos para os nossos clientes operarem no Brasil assim que esse mercado estiver regulado”, diz Rafael Lopes, diretor de expansão global para América Latina da Nuvei. “Podemos fazer isso por outros caminhos, como via parcerias, mas a prioridade é a licença própria.” Hoje, a empresa opera no país como subcredenciadora.

Quem já atua com as “bets” é a WePayments. A CEO da fintech, Fernanda Zago, afirma que sempre se preocupou em realizar o processamento de forma correta, de forma a não infringir nenhuma regra local. “Com a regulação, só IPs autorizadas, como nós, vão pode processar esses pagamentos, e acho que estamos muito bem posicionados para isso. Vamos perder uma parte da receita com conversão de moedas? Sim. Mas as margens nesse segmento já vinham se achatando. E essas empresas vão continuar tendo de fazer remessas para suas matrizes.”

Ela diz que, com a regulamentação, novos “players” podem tentar entrar nesse nicho, mas, em um segundo momento, as “bets” tenderiam a voltar para quem é especializado nesse tipo de operação. “Tem gente que pode oferecer um preço mais barato por Pix, mas será que eles vão garantir a conversibilidade que as ‘bets’ precisam?.”

Para Santa Ritta, do Pinheiro Neto, as empresas não reguladas que já atuam no mercado até têm vantagem competitiva em um primeiro momento por já terem contato com os operadores de apostas, mas isso deve se perder em pouco tempo, já que bancos e instituições de pagamentos maiores têm condições de oferecer propostas atrativas, com custos menores.

Claudia Bortoletto, presidente da Ebury no Brasil — que herdou as operações com bets ao comprar o banco Bexs — diz que tem conversado com os clientes para saber como estão se adaptando. “Ainda que sejam obrigados a ter uma operação aqui, algum tipo de câmbio vai continuar acontecendo. É uma vertical bastante relevante para a gente e acho que o segmento agora vai ser uma combinação de câmbio com soluções de pagamentos locais.”

> “Essas instituições [bancos e instituições de pagamento] estão entrando pesado nesse mercado”
> *André Santa Ritta*

Especialistas veem oportunidade também para empresas não autorizadas atuarem prestando serviços para os operadores. Na parte ligada a pagamentos, a regulamentação fala na figura da “conta virtual”, por exemplo, disponibilizada no sistema de apostas apenas para que o usuário gerencie suas apostas e recursos financeiros internamente. Para essa modalidade, não há exigência de ligação com instituição regulada pelo BC.

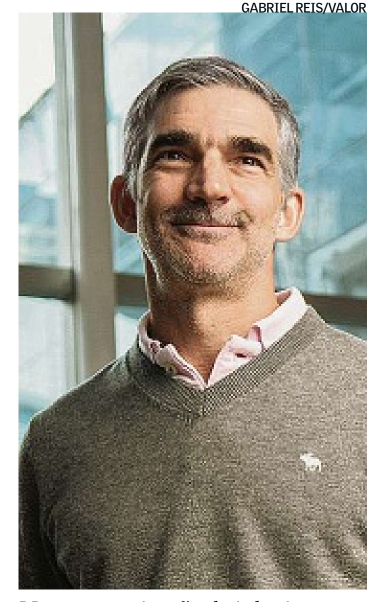
Há ainda outros serviços de tecnologia a ser prestados para as empresas de apostas, como os ligados a requisitos de verificação de identidade e reconhecimento facial. “Os mesmos serviços que já oferecemos para os bancos podem ser oferecidos para os operadores de aposta”, diz Danilo Barsotti, diretor de tecnologia da Idwall.

A Caixa também pode se beneficiar do mercado de apostas ao se tornar ela própria uma “bet”. Com experiência em loterias, no fim do ano passado, o banco foi uma das 134 empresas que manifestaram ao Ministério da Fazenda interesse em obter uma licença de operador. O presidente do banco, Carlos Vieira, chegou a dizer que espera arrecadar R$ 18 bilhões em dois anos com essa operação.

A Fazenda deu prazo até o fim de 2024 para as empresas de apostas eletrônicas já em atividade se regularizarem. Ainda há novas portarias a ser publicadas, inclusive com a exigência da oferta de materiais de educação financeira aos clientes, para evitar o vício em apostas e o superendividamento.

Bancos discutem como avançar na inclusão de LGBT+

GABRIEL REIS/VALOR



Marangon: atração de talentos

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Na manhã de ontem, na Avenida Paulista, enquanto os primeiros participantes da 28ª Parada LGBT+ começavam a chegar e enquanto os trios elétricos se preparavam para um dia de festa, o presidente do Citibank no Brasil, Marcelo Marangon, recebia na sede do banco — na mesma avenida — um grupo de representantes de empresas do setor financeiro e de outros setores envolvidos com a pauta da equidade e do combate ao preconceito.

O encontro foi organizado pelo OUTstand, que reúne profissionais do mercado financeiro nessa discussão. O Citi foi o anfitrião.

“O tema no mercado financeiro já está maduro, mas ao mesmo tempo ainda requer que a gente continue exercitando, debatendo. Até porque temos clientes, fornecedores, prestadores de serviço e cada empresa tem o seu nível de maturidade. Continuar falando do assunto, reforçando, ampliando produz um progresso constante”, disse Marangon ao **Valor**.

Ao falar de ações para criar um ambiente saudável de trabalho para funcionários LGBT+ e de outros grupos — como mulheres e negros —, o executivo disse: “Tem um valor enorme para o banco. É muito importante, por exemplo, na atração de talentos para os jovens que fazem parte do grupo de afinidade e um excelente fator de retenção de talento”.

Entre as empresas que participaram do “brunch”, em um saguão do prédio do Citi, estavam B3, BV, BNY Mellon, Cielo, HSBC, Itaú, J.P. Morgan, UBS, além dos escritórios de advocacia Machado Meyer, Mattos Filho e Meyer Brown.

Presidente da P&G Brasil, André Felicíssimo, lembrou que na empresa o debate sobre ações em favor de profissionais LGBT+ começou há mais de 15 anos. Mas disse que sempre há algo a avançar e melhorar.

“Na última reunião do Fórum LGBTI+ aprendi algo que não estava na minha agenda, que é a preocupação com familiares de quem é LGBTI+. Às vezes a gente tem dentro da empresa um pai e uma mãe que são héteros e têm um filho gay ou trans. As empresas podem criar um ambiente acolhedor para que essa pessoa se revele como pai ou mãe de um gay ou de uma trans”, afirmou.

No Brasil, espaços que tentam virar a página do preconceito são ainda bolhas numa sociedade onde homens, brancos e heterossexuais seguem sendo, em boa medida, padrão de normalidade.

“É óbvio que a gente teve muito avanço” disse Reinaldo Bulgarelli, secretário-executivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. “Tem muito mais empresas e pessoas do sistema financeiro e no ambiente empresarial engajadas nesse tema.”

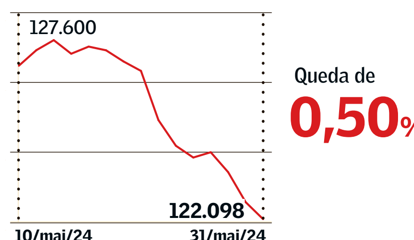
No entanto, os desafios prosseguem. Em alguns casos são as microagressões. Palavras, ironias. Às vezes, perdas de oportunidades de contratação ou ascensão. E às vezes, ainda a violência. “O Brasil, pelo 14º ano, com aquilo que a gente consegue apurar, ainda é o país número um de morte de pessoas trans. A cada 34 horas morre uma pessoa por conta da sua orientação sexual”, disse Bulgarelli, um veterano na luta contra o preconceito.

A reunião dos bancos — assim como a parada que começava a tomar forma na Paulista — teve como tom o orgulho e a defesa de direitos.

Para Gabriel Canfield, da área de compliance do Citi e um dos organizadores do evento, sua ideia de futuro é um ambiente empresarial em que pessoas LGBT+ e outros alvos de preconceito estejam em cargos de liderança. “É um futuro em que possamos descontruir esse cenário que ainda é o atual e que possamos ter maior representatividade.”

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



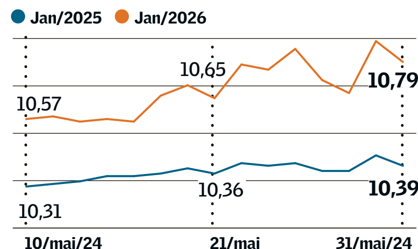
Queda de **0,50%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

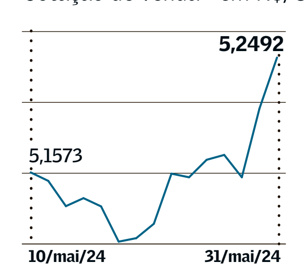
Bolsas internacionais
Variações no dia 31/mai/24 - em %

Dow Jones	1,51
S&P 500	0,80
Euronext 100	0,02
DAX	0,01
CAC-40	0,18
Nikkei-225	1,14
SSE Composite	-0,16

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

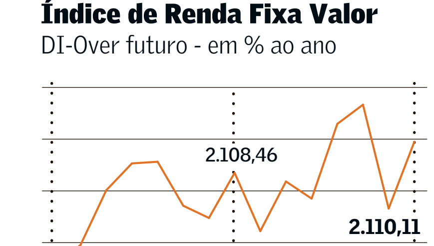


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



alta de **0,79%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Ativos Erosão da credibilidade fiscal se intensificou em maio no Brasil e pesou sobre bolsa, câmbio e juros, em mês marcado pela incerteza sobre a âncora monetária

Desconfiança aumenta e pune mercados

Victor Rezende e Matheus Prado
De São Paulo

O aumento da desconfiança dos participantes do mercado em relação ao Brasil afetou em cheio o desempenho dos ativos financeiros domésticos em maio, especialmente se comparado ao de outros mercados emergentes. O processo de erosão da credibilidade fiscal e monetária se intensificou ao longo do mês e nem mesmo as tentativas de dissipar os temores por parte do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e de dirigentes do Banco Central foram suficientes para driblar o pessimismo. Dúvidas sobre a condução futura da política econômica contaminaram o humor.

A piora na percepção de risco ocorreu em todos os mercados. No câmbio, o dólar subiu 1,09% contra o real em maio, mas caiu contra todas as outras moedas da América Latina; no segmento de juros, a taxa de dez anos do Brasil voltou a se aproximar de 12% e supera com os juros nominais em outros emergentes, com exceção da África do Sul; e a bolsa brasileira em dólar (EWZ) caiu 4,12% contra uma alta de 2,20% do fundo de índice de ações emergentes (EEM) no mês.

"O que a gente tem visto é uma perda de credibilidade do Brasil tanto do ponto de vista fiscal quanto do monetário, mais recentemente", diz Marco Antonio Freire, sócio e gestor de fundos líquidos da Kinea Investimentos. Em vídeo mensal da gestora, Freire lembra que, em abril, a mudança nas metas de resultado primário a partir de 2025 azedou o humor. "O governo está dizendo para a gente, basicamente, que está difícil aumentar imposto no Brasil, há resistência no Congresso e a agenda de subir imposto está acabando."

"Se não posso subir impostos, teria que cortar gastos, mas, para um governo do PT, é uma tarefa difícil cortar gastos. Vamos ter um problema nos próximos anos: as despesas permanentes do governo, como saúde, educação e Previdência, crescem acima do limite de gastos. Se isso acontece, os gastos discricionários têm que crescer abaixo. O governo vai ter que ir cortando esses gastos discricionários e isso é cortar investimento, cortar emenda parlamentar, entre outras coisas… É muito difícil de ser feito no Brasil de hoje, não está alinhado aos interesses políticos e vemos a credibilidade fiscal do Brasil piorando ainda mais à frente", afirma.



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Freire, da Kinea: "Vemos a credibilidade fiscal do Brasil piorando ainda mais"

6,18%
é o nível do juro real de 10 anos do Brasil, o maior entre os pares

Na sexta-feira, em entrevista ao **Valor**, o ministro Haddad abordou alguns tópicos que foram vistos com bons olhos por participantes do mercado, como a manutenção da meta de inflação em 3% e o debate sobre as desvinculações de benefícios previdenciários do salário mínimo. Os ativos domésticos, inclusive, deram início ao pregão de sexta-feira com alguma valorização, mas perderam fôlego ao longo do dia e, assim, deram prosseguimento ao estresse recente.

"O ministro foi muito bem ao apontar a questão da desvinculação do salário mínimo e na divisão de sua resposta, ao apontar que há três facetas na discussão: a econômica; a jurídica; e a política", diz o economista-chefe do PicPay, Marco Antonio Caruso, que enfatiza pontos já citados por Freire, como o fato de uma boa parte das despesas no Orçamento federal crescer acima da regra de gastos do arcabouço fiscal nos próximos anos.

"Em poucos anos, vamos voltar à discussão que já existia na época do teto de gastos. Inevitavelmente, vamos chegar a um ponto em que não teremos para onde correr, porque o espaço de despesa discricionária para cortar vai diminuir muito. As regras de hoje serão inviáveis. Ou a regra fiscal será afrouxada de novo, o que vai ferir ainda mais a nossa credibilidade fiscal, ou teremos que mudar as regras de despesas, como por exemplo essa desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, o que, economicamente, faz todo sentido", afirma Caruso.

O fato de essas discussões terem aflorado ao longo do mês de maio cristalizou os juros reais de longo prazo, que são considerados uma das melhores métricas de risco de um país, em níveis muito altos no Brasil. A NTN-B para maio de 2035 encerrou maio pagando um juro real de 6,18%. Para efeito comparativo, o juro real de dez anos da Colômbia está em 5,61%; o do México, em 5,36%; o da África do Sul, em 5,24%; e o do Chile, em 2,21%, de acordo com dados do J.P. Morgan.

A piora na percepção de risco se manifestou, ainda, na curva de juros nominal. Na quarta-feira, a taxa do DI para janeiro de 2029 chegou a 11,765%, maior nível do ano, o que ajuda a reforçar a percepção de um mercado de juros bastante estressado. "Acho que o próximo gatilho para o Brasil vai ser o decreto da meta de inflação contínua. A Fazenda está trabalhando nisso e vai ser importante para tentar acalmar o mercado de juros, que fez máxima no ano", afirma Luiz Eduardo Portella, sócio e gestor da Novus Capital.

Em podcast da gestora, ele afirma que o decreto da meta contínua será importante na avaliação dos próximos passos da política econômica. "A credibilidade ficou arranhada no BC", diz Portella, ao notar a alta das expectativas de inflação no Boletim Focus, o que, na visão do profissional, obrigará a autoridade monetária a caminhar para uma decisão unânime de manter o juro básico em 10,5% na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

A manutenção da meta de inflação em 3% foi um dos pontos abordados por Haddad na entrevista ao **Valor**, após os ruídos gerados no mercado na semana retrasada.

"O ministro buscou reiterar suas opiniões com justificativas que fogem de critérios técnicos e o tema da meta foi emblemático. Reiterou que é uma meta exigente em relação ao histórico da inflação brasileira, mas não citou que a meta perseguida nunca foi 3% antes", diz o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Afora isso, a deterioração do quadro fiscal tem ajudado a guiar os processos inflacionário e de piora nas expectativas de inflação, o que faz com que a defesa de Haddad não suavize tanto a percepção negativa dos agentes, na visão de Sanchez. "Dizer que alterar a meta no curtíssimo prazo, mas não acaba com temores de que essa discussão pode voltar mais à frente."

BC recebeu setor produtivo oito vezes desde abril

Gabriela Pereira
De Brasília

Alvos de críticas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, integrantes da cúpula do Banco Central (BC) se reuniram com representantes do setor produtivo oito vezes nos últimos dois meses, segundo levantamento feito pela reportagem com base nas agendas oficiais divulgadas pelo órgão.

Haddad, em entrevista ao **Valor** publicada na sexta-feira, defendeu que os integrantes do Comitê de Política Monetária (Copom) também conversassem com o governo e com o setor produtivo, e não apenas com agentes do mercado financeiro.

Conforme o levantamento, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, participou de ao menos dois compromissos no período analisado. No dia 23 de abril, se reuniu com representantes de Randoncorp, Marcopolo, Câmara da Indústria e Comércio de Caxias do Sul (CIC) e Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Caxias do Sul e Região (Simecs). O diretor de fiscalização, Ailton de Aquino Santos, também participou da agenda.

No dia 29 de abril, todos os membros da cúpula da autarquia, exceto o diretor de administração, Rodrigo Teixeira, participaram de uma reunião com a Associação Brasileira de Internet (Abranet) e com o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS).

Ainda em abril, no dia 3, o diretor de regulação, Otavio Damaso, se reuniu com representantes da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). Em maio, Damaso teve outros dois encontros com empresários. No dia 2, com a Amazon Web Services (AWS), e, no dia 6, com representantes da TQI - Tecnologia, Qualidade e Inovação. No dia 16, ele recebeu representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Já o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, teve um encontro com representantes da mineradora BHP Billiton também no começo de abril, dia 8. Por fim, em 9 de maio, Ailton Aquino dos Santos, se reuniu com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) — nesse caso, quando se trata de cooperativas de crédito, elas estão sob o escopo de atuação do BC.

Desde 16 de maio, não houve reuniões da diretoria do BC com representantes do meio empresarial. Outros compromissos externos incluem encontros com representantes de entidades ligadas ao setor financeiro, como gestoras, bancos, seguradoras e fintechs.

Os encontros entre autoridades do BC e o mercado são usados para debater, por exemplo, as percepções a respeito de nível de atividade, inflação, conjuntura econômica e expectativas.

Por outro lado, o Banco Central já informou que está se preparando para realizar a pesquisa Firmus, com empresas do setor não financeiro. De acordo com a autoridade monetária, a expectativa é que os primeiros dados da Firmus sejam divulgados em agosto de 2024. "O Banco Central consultou cerca de cem empresas, a fim de testar o questionário e possibilitar a validação das respostas. Essa amostra inicial foi elaborada tendo como ponto de partida uma seleção das maiores empresas de cada setor de atividade, excluindo-se os setores público e financeiro, acrescida de empresas com as quais o BC já vem realizando reuniões periódicas", afirmou em comunicado recente.

Procurado, o BC não comentou o assunto.

Bancos dos EUA injetam bilhões para disputar espaço no crédito privado

Carmen Arroyo, Hannah Levitt e Laura Noonan
Bloomberg

Gigantes do setor bancário que antes eram os que tinham mais terreno a perder para o mundo em expansão do crédito privado continuam a encontrar mais maneiras — e muito mais dinheiro — para injetar na área.

Durante anos, a ameaça era que grupos que oferecem crédito diretamente a empresas desbancassem os incumbentes ao atrair seus clientes e tirar deles negócios com empréstimos corporativos. Hoje, parece que os maiores bancos dos Estados Unidos decidiram que, se não conseguem evitar essa concorrência, vão entrar nela com tudo.

Nos últimos meses, bancos como Goldman Sachs, Citigroup e Wells Fargo anunciaram planos de reunir mais de US$ 50 bilhões para investir em crédito privado, de acordo com uma análise da Bloomberg. Alguns oferecem aos clientes investidores mais maneiras de se juntar a essa iniciativa, e a asset do J.P. Morgan Chase pretende adquirir uma empresa de crédito privado.

"Não podemos ignorar isso", disse Daniel Pinto, presidente e diretor de operações do J.P. Morgan, a investidores em maio. "Precisamos realmente adotar isso e garantir que estejamos posicionados de maneira adequada para participar desse mercado."

Embora muitos bancos tenham apontado para esforços multibilionários, uma série de abordagens tem aparecido para ajustar esse interesse. Algumas instituições se basearam em franquias de dívida privada há muito estabelecidas em suas assets. Algumas reservaram fundos de seus balanços. E algumas fizeram parcerias e vão fornecer acesso a tomadores de empréstimos, ou a dinheiro, ou a ambos.

As incursões cada vez mais profundas no crédito privado têm o potencial de levar os bancos a concorrerem com suas próprias áreas de empréstimo tradicionais. Mas, em alguns casos, os bancos podem concluir que é mais lucrativo ganhar comissões ao tirar dinheiro de investidores como fundos de pensão e seguradoras para financiar empréstimos, em vez de aceitar colocar dinheiro próprio e correr o risco de não conseguir distribuir a dívida no mercado.

A estratégia também lhes permite oferecer aos tomadores de crédito uma segunda opção, em vez de correr o risco de perderem esses clientes para outro banco.

Certamente, as somas são uma gota d'água no oceano em comparação com o setor de US$ 1,7 trilhão em que o crédito privado se transformou nos últimos anos, à medida que gestoras de ativos como Blackstone e Apollo migraram em massa para essa classe de ativos em expansão.

Mesmo enquanto os bancos clamam para investir dinheiro no crédito privado, um grupo de chefes dessas instituições começou a soar alertas sobre perigos subjacentes em potencial.

Em um evento em abril, a executiva-chefe do Citi, Jane Fraser, advertiu que existe um risco para o número cada vez maior de seguradoras acumulando recursos em oportunidades de crédito direto.

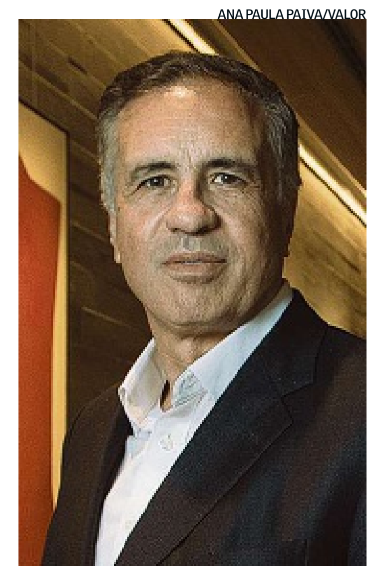
"Estamos todos cientes dos riscos", disse Bill Winters, CEO do Standard Chartered, em uma sala cheia de reguladores no mesmo evento. "Como sempre, as coisas boas vão longe demais e depois se corrigem. E o nosso papel como bancos, e o de vocês como supervisores, é garantir que não sejamos levados embora quando a maré baixar."

Jamie Dimon, do J.P. Morgan, disse que sua expectativa é que surjam problemas no crédito privado e avisou que "pode haver consequências graves", principalmente à medida que os clientes de varejo ganhem acesso à classe de ativos em expansão.

"Você quer dar acesso a clientes de varejo em alguns desses produtos menos líquidos? Bem, a resposta é: provavelmente, mas não aja como se não houvesse nenhum risco nisso", afirmou Dimon na semana passada. "Os clientes de varejo tendem a dar a volta no quarteirão e ligar para seus senadores e deputados."

Há indicações cada vez maiores de que os bancos estão em busca de reconquistar parte dos negócios que podem ter perdido para grupos de concessão de crédito direto. Alguns bancos de investimento, como o Goldman Sachs, estão oferecendo refinanciamentos amplamente sindicalizados de alguns dos tipos mais arriscados de crédito privado.

Os recursos que os gigantes de Wall Street têm levantado podem se defrontar com uma falta de lugares para serem aplicados. As taxas de juros elevadas minaram a demanda por empréstimos nos Estados Unidos. Os saldos de empréstimos nos seis maiores bancos do país devem aumentar em menos de 1% no segundo trimestre, de acordo com estimativas de analistas compiladas pela Bloomberg.



ANA PAULA PAIVA/VALOR

"Precisamos garantir que estejamos posicionados de maneira adequada para participar desse mercado"
Daniel Pinto

O volume de dinheiro destinado a fundos de crédito privado do que está disponível mas ainda não foi aplicado chegou a um recorde. Investidores já estão preocupados com a possibilidade de que isso leve alguns gestores de fundos a oferecer preços mais baixos ou a ajustar os acordos de empréstimo para sejam mais favoráveis aos tomadores.

"A demanda por transações é muito forte", disse David Mechlin, gerente de carteira do UBS Asset Management em maio. "Mas a necessidade de crédito não está lá."

Pagamentos Alta reflete ampliação da capacidade de processamento e armazenamento, diz autarquia

Pix bancariza, mas impõe gasto crescente ao BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

Com a expansão da base de usuários e as novas funcionalidades incorporadas ao longo dos últimos anos, o Pix representa valores de custeio e investimento crescentes para o Banco Central (BC) — enquanto o meio de pagamentos instantâneos trouxe, de outro lado, um salto na bancarização e na eficiência nas transações.

Os custos de implementação do Pix até 2021 foram de R$ 13,6 milhões. Já em 2024, a previsão é de R$ 25,3 milhões para custeio e R$ 43,1 milhões para investimento. Os números são aproximados porque o custeio e o investimento são feitos de forma geral em todo o parque computacional do BC. Os dados foram obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI).

Segundo a autoridade monetária brasileira, o aumento das cifras é decorrente da necessidade de constante ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do sistema. Há ainda o impacto de novas funcionalidades e das melhorias na segurança da ferramenta.

Mesmo em alta, os valores representam um percentual pequeno em relação ao orçamento liquidado do BC, que em 2023 foi de R$ 3,9 bilhões. Desse total, 92,7% foram para pessoal, encargos sociais e benefícios; outros 5,6%, ou R$ 222,6 milhões, foram para custeio e 1,7%, ou R$ 69,9 milhões, para investimento.

O BC afirma que tem privilegiado o orçamento de tecnologia, "em especial o necessário ao Pix", em detrimento de outros projetos. Mesmo assim, classifica o cenário para 2023 como "bastante desafiador" e informa que o valor de investimento para este ano depende de uma recomposição orçamentária que está sendo negociada com o governo.

Procurada, a Secretaria de Orçamento Federal disse que só se manifesta "acerca de créditos orçamentários cuja proposta já esteja formalizada e seus efeitos tornados públicos".

Com os investimentos até agora, o Pix chegou a 149,1 milhões de pessoas físicas e a 14,2 milhões de pessoas jurídicas cadastradas desde o lançamento, em novembro de 2020. O BC calcula que o meio foi responsável por incluir 71,5 milhões de usuários no sistema financeiro até dezembro de 2022, dado mais recente.

Leandro Vilain, sócio da Oliver Wyman na área de serviços financeiros, afirma que o Pix "canibalizou" as transações em espécie, e isso, na visão dele, "é extremamente favorável para a população de baixa renda". Como exemplo, cita casos de prestadores de serviço que recebiam em espécie e agora aceitam Pix — o que não só aumenta a clientela potencial como também abre novas possibilidades.

"Você tem uma parcela da população que são autônomos, motoristas de táxi que recebiam muita transação em dinheiro, pequenos agentes autônomos ou diaristas. Essas pessoas passaram a receber dinheiro na conta corrente e o banco passou a ter informação necessária para prover crédito, caso seja necessário", diz.

> Com investimentos até agora, o Pix chegou a 149,1 milhões de pessoas físicas e a 14,2 milhões de pessoas jurídicas

O Pix não tem tarifas para pessoas físicas e contribuiu para aumentar a quantidade de transações no sistema financeiro. Para se ter uma ideia, no terceiro trimestre de 2020, 10,8 bilhões de transações foram realizadas. No quarto trimestre do ano passado, esse número chegou a 30,8 bilhões.

Antes do Pix, as opções mais fáceis para transferências eram TED e o DOC, que tinham tarifas. A TED perdeu força no dia a dia e hoje responde por 1% da quantidade de transações, enquanto o Pix tem 43%. Já o DOC deixou de ser oferecido pelos bancos neste ano.

O Banco Central tem adicionado recursos ao Pix desde o lançamento. Já estão em operação o Pix Saque e o Pix Troco, que permitem retiradas de dinheiro em espécie em lojas e lotéricas. Para melhorar a segurança das operações, foram implantados o bloqueio cautelar, em caso de suspeita de fraude, e o "Mecanismo Especial de Devolução", que facilita o ressarcimento de um Pix em caso de fraude.

Em meio a essa agenda evolutiva, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, já falou publicamente sobre as dificuldades orçamentárias do órgão, inclusive com a diminuição dos recursos para parte de projetos.

Em evento no fim de abril, Campos Neto foi questionado sobre se há algum risco ao funcionamento do Pix. A resposta foi que hoje não há perigo de haver um problema grande. No entanto, ele pontuou que alocou muitos funcionários para a parte de segurança do sistema, o que prejudicou o desenvolvimento de novas funcionalidades.

O Pix Automático chegou a ter seu lançamento adiado de abril para outubro deste ano. Na época do anúncio, em meio à operação-padrão dos servidores do BC, a instituição atribuiu o adiamento a fatores como tempo necessário para o modelo e questões organizacionais. O serviço deve operar de maneira parecida com o débito automático, com facilitação de pagamento de contas recorrentes, como água e internet.

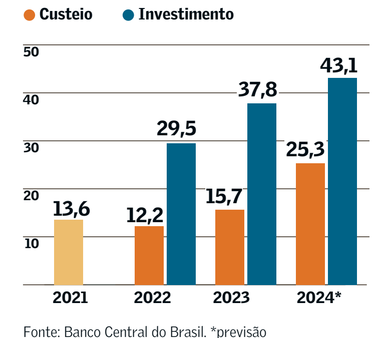
O modelo escolhido pelo BC, de centralizar o sistema do Pix, já foi alvo de críticas do setor privado. Bancos e instituições de pagamento reconhecem o sucesso do Pix, mas veem limitações na operação feita por um ente público e de orçamento restrito.

No relatório integrado do ano passado, documento em que o BC apresenta um raio-x da sua atuação, a autoridade monetária destacou que o maior desafio "foi manter o nível de resultados observados nos exercícios passados, em especial a incorporação de inovações tecnológicas nas áreas de negócio do BC para sustentar o sistema financeiro do futuro, tais como Pix, Drex [real digital] e open finance".

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Vilain: Autônomos passaram a receber dinheiro na conta e banco passou a ter informação para oferecer crédito

Custos do Pix
Valores sobem ano após ano, em R$ mi



Fonte: Banco Central do Brasil. *previsão

INÊS 249



13 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA

• UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**

• GRANDES VINHOS DO DOURO
COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**

• **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**



14 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

• ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**

• O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**

• VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**

• **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**

• ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**



15 JUNHO
SALÃO DE DEGUSTAÇÃO
12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

• LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**

• **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA

• SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**

• BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**

• PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**

• HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

cidade anfitriã

CIDADE DE SÃO PAULO

realização





Valor ECONÔMICO

participação



apoio





















apoio institucional



hotel oficial



Loja oficial



água oficial



rádio oficial



curadoria



BEBA COM MODERAÇÃO

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 31/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.791,1119140	0,06	0,78	3,85
IRF-M	1+**	20.128,8721050	0,26	0,60	0,94
IRF-M	Total	18.267,6452260	0,20	0,66	1,81
IMA-B	5***	9.238,6429320	0,11	1,05	2,92
IMA-B	5+****	11.273,7771510	0,36	1,59	-2,85
IMA-B	Total	9.894,0525810	0,24	1,33	-0,13
IMA-S	Total	6.676,7476710	0,04	0,83	4,48
IMA-Geral	Total	8.138,2970940	0,13	0,95	2,37

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	16/05	15/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	38,87	35,28	31,65	32,64	30,40	34,82
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,88	26,27	24,52	24,32	25,13	29,17
Conta garantida pré - a.a.	42,35	42,09	44,69	40,86	44,69	54,11
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,99	23,19	22,15	24,12	22,17	29,09
Vendor pré - a.a.	15,15	15,34	15,87	15,47	15,49	17,85
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,00	17,13	17,21	18,21	16,98	19,04
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,17	16,85	16,67	17,70	16,15	18,17
Conta garantida pós - a.a.	24,89	24,68	25,70	26,56	25,26	27,73
ACC pós - a.a.	8,90	8,78	8,26	7,89	7,97	8,46
Factoring - a.m.	3,31	3,33	3,29	3,35	3,35	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	31/05/24	30/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3200	5,3400	5,3400	5,0800
1 mês	-	5,3247	5,3237	5,3274	5,3274	5,0405
3 meses	-	5,3493	5,3487	5,3479	5,3479	4,8530
6 meses	-	5,3889	5,3893	5,3902	5,3902	4,6183
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9100	3,9100	3,9060	3,9060	3,1440
1 mês	-	3,9119	3,9118	3,9137	3,9137	3,0611
3 meses	-	3,9254	3,9252	3,9260	3,9260	2,8461
6 meses	-	3,9434	3,9432	3,9429	3,9429	2,3850
1 ano	-	3,8398	3,8268	3,7632	3,7632	1,2839
Euribor ***						
1 mês	-	3,750	3,792	3,873	3,873	3,211
3 meses	-	3,788	3,808	3,825	3,825	3,463
6 meses	-	3,759	3,780	3,795	3,795	3,746
1 ano	-	3,729	3,729	3,696	3,696	3,939
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,40	5,40	5,39	5,36	5,36	5,16
T-Bill (3 meses)	5,40	5,40	5,39	5,40	5,40	5,41
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,39	5,39	5,39	5,45
T-Note (2 anos)	4,88	4,93	4,94	5,04	5,04	4,41
T-Note (5 anos)	4,51	4,57	4,53	4,72	4,72	3,76
T-Note (10 anos)	4,50	4,55	4,48	4,68	4,68	3,65
T-Bond (30 anos)	4,65	4,68	4,58	4,79	4,79	3,86

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,39	11,99
CDI	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,39	11,99
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,37
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,49
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,49
IRF-M	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,81	10,51
IMA-B	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,13	6,56
IMA-S	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,48	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-9,01	12,70
Índice Small Cap	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-14,52	-4,39
IBrX 50	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-7,63	14,94
ISE	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-11,12	1,45
IMOB	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-17,71	-0,55
IDIV	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-5,29	19,55
IFIX	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	2,14	12,24
Dólar Ptax (BC)	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	8,27	2,86
Dólar Comercial (mercado)	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	8,18	3,47
Euro (BC) (4)	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	6,24	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	6,08	5,03
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA (5)	0,39	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	2,20	3,85
IGP-M	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 31/mai/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,39% para o mês de maio

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 27/05/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.457.759,25					-11.236,86	30.935,20	185.504,18	171.975,87
RF Indexados (2)	149.060,95	0,07	0,91	2,10	8,84	-100,23	-1.907,99	-4.861,05	-12.954,62
RF Duração Baixa Soberano (2)	673.076,35	0,04	0,66	3,94	11,16	-8.784,37	-3.566,93	40.070,12	36.410,03
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	819.832,44	0,04	0,73	4,47	12,69	1.179,37	12.327,80	31.806,75	33.446,55
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	155.232,18	0,04	0,05	4,50	12,73	154,90	6.122,62	50.759,23	57.229,99
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.687,81	0,03	0,81	3,48	8,81	-90,00	-846,54	-4.189,26	-6.070,81
RF Duração Livre Soberano (2)	227.239,71	0,04	0,72	3,50	10,44	-1.004,34	2.731,60	1.897,34	-8.481,04
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	672.008,90	0,03	0,74	3,90	11,26	-1.889,27	6.371,40	3.567,41	-20.665,85
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	336.323,26	0,03	0,84	3,86	12,48	953,00	8.907,34	54.645,02	110.925,56
Ações	605.772,71					-98,28	-4.149,40	-3.696,56	31.128,86
Ações Indexados (2)	10.528,10	0,15	-1,20	-7,25	11,84	1,24	-323,68	787,35	-934,18
Ações Índice Ativo (2)	32.153,76	0,17	-1,17	-7,48	10,10	0,42	-1.772,58	-3.181,72	-4.562,26
Ações Livre	216.383,00	0,13	0,01	-5,04	12,26	-205,15	-2.537,53	-2.942,58	-10.850,53
Fechados de Ações	126.518,39	0,20	0,23	-3,18	-0,08	36,11	214,38	-504,40	29.872,94
Multimercados	1.650.319,69					-149,25	-10.410,34	-49.243,86	-181.857,68
Multimercados Macro	155.430,99	0,08	0,75	0,33	6,88	-400,59	-5.076,55	-20.158,48	-47.121,13
Multimercados Livre	624.430,62	0,06	0,67	2,70	9,79	-480,63	859,86	7.844,10	-42.622,49
Multimercados Juros e Moedas	53.156,81	0,03	0,65	3,64	11,45	-6,21	-290,20	-3.996,36	-14.876,93
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.195,08	-0,01	0,29	2,59	10,12	752,39	-6.238,57	-34.458,02	-72.761,47
Cambial	6.053,08	0,09	0,16	9,10	10,18	-2,34	-63,09	-396,53	-1.418,99
Previdência	1.419.663,25					69,27	478,54	15.339,44	40.745,58
ETF	44.096,52					72,57	1.264,71	-1.729,72	-2.071,53
Demais Tipos	1.979.256,56					-1.531,74	1.879,59	30.817,74	36.008,88
Total Fundos de Investimentos	**7.183.664,51**					**-11.344,88**	**18.055,62**	**145.776,96**	**58.502,12**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.600.616,65**					**-3.369,76**	**-4.918,73**	**27.073,21**	**104.034,40**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.831.811,62**					**-14.714,65**	**13.136,89**	**172.850,17**	**162.536,52**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	31/05/24	29/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,95
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9450
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,89
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9408
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,38	10,38	10,37	10,34	10,34	13,59
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,43	10,42	10,39	10,31	10,31	13,34
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,39	10,39	10,46	10,46	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,39	10,38	10,40	10,40	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,38	10,37	10,35	10,35	13,60
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,39	10,37	10,32	10,32	13,54
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,42	10,39	10,31	10,31	13,36
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,56	10,60	10,57	10,39	10,39	12,45

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 31/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.960,75	10,399	275.090	10,396	10,436	10,404
Vencimento em jul/24	99.179,64	10,390	260.722	10,384	10,392	10,386
Vencimento em ago/24	98.291,98	10,370	20.050	10,354	10,376	10,374
Vencimento em set/24	97.451,25	10,360	5.729	10,355	10,385	10,355
Vencimento em out/24	96.653,99	10,360	208.031	10,355	10,380	10,355
Vencimento em nov/24	95.784,49	10,370	1.233	10,370	10,395	10,370
Vencimento em dez/24	95.065,75	10,390	3.623	10,390	10,405	10,405
Vencimento em jan/25	94.284,85	10,392	520.528	10,385	10,420	10,385
Vencimento em fev/25	93.447,97	10,438	3.022	10,435	10,435	10,435
Vencimento em mar/25	92.690,23	10,476	63	10,480	10,490	10,480
Vencimento em abr/25	91.987,52	10,489	81.006	10,480	10,525	10,480

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	5.241,60	0,67	15.880	5.194,50	5.247,00	5.241,50
Vencimento em jul/24	5.260,95	0,77	414.645	5.208,50	5.271,50	5.261,00
Vencimento em ago/24	5.278,06	0,76	2.965	5.263,00	5.287,00	5.287,00
Vencimento em set/24	5.294,04	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.308,49	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	5.690,28	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.711,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.739,18	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	122.627	-0,37	85.605	122.215	123.470	122.725
Vencimento em ago/24	124.594	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	126.500	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 31/05/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2410	5,2416	0,85	1,35	8,27	2,86
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2486	5,2492	0,79	1,09	8,18	3,47
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2736	5,4536	0,76	0,99	8,05	3,59
Euro (BC) - (R$/€)	5,6844	5,6856	1,19	2,89	6,24	4,73
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,6953	5,6959	1,25	2,79	6,08	5,03
Euro Turismo (R$/€)	5,7530	5,9330	1,25	2,57	5,81	5,21
Euro (BC) - (US$/€)	1,0846	1,0847	0,33	1,52	-1,87	1,82
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.325,74	-0,77	1,51	12,62	18,28
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.342,90	0,23	1,21	13,60	19,60

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	31/05/24	29/05/24	No fim de abr/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	152.338,81	153.581,80	158.178,40	173.997,89	-0,81	-3,69	-12,45
Valor-Coppead Mínima Variância	93.649,60	94.195,16	93.569,68	93.533,91	-0,58	0,09	0,12

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 31/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 31/05/24

Índice	31/05/24	30/05/24	Em 30/04/24	29/12/23	31/05/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,18	181,91	175,61	165,54	146,98	0,70	4,31	10,66	24,63
S&P BNY Emergentes	341,77	345,17	327,57	312,75	278,34	-0,98	4,33	9,28	22,79
S&P BNY América Latina	204,45	206,00	210,73	225,28	183,62	-0,75	-2,98	-9,25	11,34
S&P BNY Brasil	197,69	199,09	208,55	232,95	181,59	-0,70	-5,21	-15,14	8,86
S&P BNY México	329,09	331,88	334,82	331,67	307,55	-0,84	-1,71	-0,78	7,00
S&P BNY Argentina	262,91	269,07	239,79	178,27	120,75	-2,29	9,64	47,48	117,73
S&P BNY Chile	148,41	148,07	141,51	162,12	159,03	0,23	4,88	-8,45	-6,67
S&P BNY Índia	2.747,17	2.732,39	2.767,67	2.923,01	2.729,39	0,54	-0,74	-6,02	0,65
S&P BNY Ásia	212,76	212,77	203,01	189,60	166,70	-0,01	4,80	12,21	27,63
S&P BNY China	329,83	335,70	313,42	336,11	294,93	-1,75	5,24	-1,87	11,83
S&P BNY África do Sul	206,33	209,05	205,44	199,87	226,63	-1,30	0,44	3,23	-8,96
S&P BNY Turquia	34,31	32,32	27,03	22,45	18,49	6,15	26,94	52,79	85,52

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	-	-	0,7998

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 31/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	122.098	-0,50	-3,04	-9,01	12,70
IBrX	51.611	-0,41	-3,18	-8,57	13,24
IBrX 50	20.523	-0,32	-3,11	-7,63	14,94
IEE	87.311	-0,92	2,36	-8,05	5,04
SMLL	2.011	-0,73	-3,38	-14,52	-4,39
ISE	3.345	-1,25	-3,61	-11,12	1,45
IMOB	832	-1,09	-0,73	-17,71	-0,55
IDIV	8.593	-0,91	-0,99	-5,29	19,55
IFIX	3.382	0,33	0,02	2,14	12,24
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.294	-1,34	-4,33	-15,96	9,57
IBrX	9.846	-1,26	-4,47	-15,55	10,10
IBrX 50	3.915	-1,16	-4,40	-14,68	11,75
IEE	16.657	-1,76	1,00	-15,07	2,12
SMLL	384	-1,57	-4,67	-21,05	-7,05
ISE	638	-2,08	-4,89	-17,91	-1,37
IMOB	159	-1,93	-2,05	-24,00	-3,31
IDIV	1.639	-1,75	-2,31	-12,53	16,23
IFIX	645	-0,52	-1,32	-5,66	9,12

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 31/05/24	30/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	370	330	40,0	41,0	25,0
África do Sul	358	345	13,0	5,0	32,0
Argentina	1.341	1.303	38,0	126,0	-566,0
Brasil	213	210	3,0	3,0	18,0
Colômbia	303	304	-1,0	-1,0	38,0
Filipinas	78	78	0,0	-2,0	20,0
México	166	165	1,0	-4,0	-1,0
Peru	105	104	1,0	-6,0	3,0
Turquia	243	239	4,0	7,0	-33,0
Venezuela	16.464	17.710	-1.246,0	1.437,0	-7.628,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	16/05/24	356.448
out/23	340.247	17/05/24	356.191
nov/23	348.406	20/05/24	356.017
dez/23	355.034	21/05/24	356.330
jan/24	353.563	22/05/24	355.992
fev/24	352.705	23/05/24	355.060
mar/24	355.008	24/05/24	355.339
abr/24	351.599	27/05/24	355.573

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos. Obs: último dado disponível pelo BC em 27/05/24

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	31/05/24	29/05/24	28/05/24	27/05/24	24/05/24	23/05/24
Índice	2.110,11	2.106,56	2.112,08	2.111,06	2.107,09	2.108,00
Var. no dia	0,17%	-0,26%	0,05%	0,19%	-0,04%	0,13%
Var. no mês	0,64%	0,47%	0,73%	0,68%	0,49%	0,54%
Var. no ano	2,17%	2,00%	2,27%	2,22%	2,03%	2,07%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 31/05/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,8200	36,8500	0,14220	0,14240
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2410	5,2416
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4459	36,5372	0,1434000	0,1438000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7498	0,7641
Colon (Costa Rica)	520,0200	522,0000	0,010040	0,010080
Coroa (Dinamarca)	6,8771	6,8775	0,7621	0,7622
Coroa (Islândia)	137,3900	137,5700	0,03810	0,03815
Coroa (Noruega)	10,5164	10,5212	0,4981	0,4984
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7620	22,7720	0,2302	0,2303
Coroa (Suécia)	10,5405	10,5437	0,4971	0,4973
Dinar (Argélia)	134,1159	135,0951	0,03879	0,03908
Dinar (Kuwait)	0,3068	0,3069	17,0772	17,0847
Dinar (Líbia)	4,8406	4,8629	1,0778	1,0828
Direitos Especiais de Saque ***	1,3235	1,3235	6,9365	6,9373
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6732	1,4268	1,4271
Dirham (Marrocos)	9,9524	9,9574	0,5263	0,5267
Dólar (Austrália)***	0,6638	0,6640	3,4790	3,4804
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2410	5,2416
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5777	2,6232
Dólar (Canadá)	1,3647	1,3651	3,8393	3,8408
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2766	6,3535
Dólar (Cingapura)	1,3516	1,3524	3,8753	3,8781
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2410	5,2416
Dólar (Hong Kong)	7,8198	7,8201	0,6702	0,6703
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6132	0,6136	3,2138	3,2162
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7473	6,8260	0,7678	0,7768
Euro (Comunidade Européia)***	1,0846	1,0847	5,6844	5,6856
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8797	2,9373
Franco (Suíça)	0,9034	0,9035	5,8008	5,8021
Guarani (Paraguai)	7529,3900	7530,5900	0,0006960	0,0006962
Hryvnia (Ucrânia)	40,5000	40,8000	0,1285	0,1294
Iene (Japão)	157,1900	157,2000	0,03334	0,03335
Lev (Bulgária)	1,8028	1,8037	2,9057	2,9075
Libra (Egito)	47,2200	47,3200	0,1108	0,1110
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000059	0,000059
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2732	1,2736	6,6728	6,6757
Naira (Nigéria)	1196,0000	1206,0000	0,00435	0,00438
Lira (Turquia)	32,2153	32,2253	0,1626	0,1627
Novo Dólar (Taiwan)	32,4800	32,5100	0,16120	0,16140
Novo Sol (Peru)	3,7351	3,7372	1,4024	1,4033
Peso (Argentina)	895,0000	895,5000	0,00585	0,00586
Peso (Chile)	916,1000	917,0000	0,005715	0,005722
Peso (Colômbia)	3864,5200	3867,7500	0,001355	0,001356
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2184	0,2184
Peso (Filipinas)	58,5750	58,5950	0,08944	0,08949
Peso (México)	16,9945	17,0050	0,3082	0,3084
Peso (Rep. Dominicana)	59,0000	59,7000	0,08779	0,08884
Peso (Uruguai)	38,6000	38,7500	0,13530	0,13580
Rande (África do Sul)	18,8403	18,8487	0,2781	0,2782
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,3973	1,3975
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001245	0,0001247
Ringgit (Malásia)	4,7040	4,7100	1,1127	1,1143
Rublo (Rússia)	90,4205	90,4295	0,05796	0,05797
Rúpia (Índia)	83,4320	83,4870	0,06278	0,06282
Rúpia (Indonésia)	16245,0000	16255,0000	0,0003224	0,0003227
Rúpia (Paquistão)	278,1000	278,8000	0,01880	0,01885
Shekel (Israel)	3,7109	3,7139	1,4112	1,4125
Won (Coréia do Sul)	1383,3900	1384,1700	0,003786	0,003789
Yuan Renminbi (China)	7,2410	7,2425	0,7236	0,7239
Zloty (Polônia)	3,9397	3,9412	1,3298	1,3305

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2330,37	0,01335	392,5843	392,6292

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	31/05/24	30/05/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.686,32	38.111,48	1,51	2,30	2,64	17,56	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.536,65	18.538,66	-0,01	6,28	10,17	30,04	14.109,57	18.869,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.735,02	16.737,08	-0,01	6,88	11,48	29,37	12.595,61	17.019,88
EUA	Nova York	S&P 500	5.277,51	5.235,48	0,80	4,80	10,64	26,26	4.117,37	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.269,12	22.071,71	0,89	2,49	6,25	13,78	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	55.179,24	55.352,56	-0,31	-2,73	-3,85	4,63	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.399,94	1.403,79	-0,27	3,14	17,13	27,38	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	69.210,19	68.680,49	0,77	10,36	19,67	107,45	32.850,05	69.210,19
Chile	Santiago	IPSA	6.632,80	6.639,13	-0,10	1,86	7,02	21,22	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.220,40	30.405,87	-0,61	3,55	16,41	42,69	21.178,83	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.651.417,34	1.643.010,69	0,51	24,77	77,63	382,76	342.078,48	1.651.417,34
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.530,66	1.530,32	0,02	1,80	9,68	16,11	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.497,94	18.496,79	0,01	3,16	10,42	18,09	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.992,87	7.978,51	0,18	0,10	5,96	12,60	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.492,41	34.447,57	0,13	2,21	13,64	32,40	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.918,09	3.908,71	0,24	0,90	5,67	10,78	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.769,27	2.744,16	0,92	3,26	21,27	35,36	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.322,00	11.338,20	-0,14	4,31	12,08	25,10	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.431,84	1.439,91	-0,56	-1,15	10,73	17,49	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	903,61	905,58	-0,22	2,82	14,84	20,66	714,05	916,04
Hungria	Budapeste	BUX	67.906,51	68.095,19	-0,28	-0,35	12,02	43,68	46.850,16	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	86.315,26	Feriado	0,72	2,06	10,01	38,58	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.870,81	6.839,50	0,46	3,86	7,42	19,92	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.125,68	1.150,88	-2,19	-4,17	3,89	6,66	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.604,10	2.593,07	0,43	1,87	8,59	16,52	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.000,86	11.869,90	1,10	6,57	7,75	6,98	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.400,48	10.481,30	-0,77	3,53	39,23	112,82	4.886,91	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.993,43	-	1,15	6,27	14,10	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.704,26	77.161,69	-0,59	0,83	-0,25	2,18	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.487,90	38.054,13	1,14	0,21	15,01	24,61	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.970,80	7.895,90	0,95	0,49	1,80	9,59	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.729,65	1.726,12	0,20	-1,50	-5,89	-13,65	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.086,81	3.091,68	-0,16	-0,58	3,76	-3,67	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.636,52	2.635,44	0,04	-2,06	-0,71	2,30	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.079,61	18.230,19	-0,83	1,78	6,06	-0,85	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.961,31	73.885,60	0,10	-0,70	2,38	18,11	62.428,54	75.418,04
Indonésia	Jacarta	JCI	6.970,74	7.034,14	-0,90	-3,64	-4,15	5,09	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.345,66	1.351,52	-0,43	-1,63	-4,96	-12,25	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.174,22	21.364,48	-0,89	3,81	18,09	27,72	16.001,27	21.858,41

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Agrogalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios - CNPJ nº 52.286.115/0001-98 - **Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas** - Rio de Janeiro, 01 de junho de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **Agrogalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios,** inscrito no CNPJ sob o nº 52.286.115/0001-98 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se por meio de consulta formal, conforme facultado em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em consonância com a excepcionalidade prevista no item 21.3.5 do Regulamento, em primeira convocação, em **11 de junho de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **18 de junho de 2024, às 17:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** A reforma do "*Regulamento do Agrogalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios*" ("Regulamento"), nos seguintes principais aspectos: **(a)** a criação **(a.1)** das Cotas Subordinadas Mezanino F, que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino A para efeito de pagamentos de Remuneração, Amortização e Resgate, porém têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas Mezanino B, às Cotas Subordinadas Mezanino Z e às Cotas Subordinadas Júnior; e **(a.2)** das Cotas Subordinadas Mezanino Z, que se subordinam às Cotas Seniores, às Cotas Subordinadas Mezanino A e às Cotas Subordinadas Mezanino F para efeito de pagamentos de Remuneração, Amortização e Resgate, porém têm prioridade em relação às Cotas Subordinadas Mezanino B e às Cotas Subordinadas Júnior, sendo certo que as Cotas Subordinadas Mezanino Z terão a mesma remuneração (*benchmark*) aplicável às Cotas Subordinadas Mezanino F e só serão objeto de emissão em decorrência de eventual conversão de Cotas Subordinadas Mezanino F, nos termos do Regulamento; **(b)** o aditamento **(b.1)** das condições de amortização e resgate das Cotas Subordinadas Mezanino B, de forma que a data de resgate passe a ser igual ou posterior a Data de Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino F; **(b.2)** do Suplemento das Cotas Subordinadas Mezanino B; **(c)** a alteração das Condições de Aquisição, de modo a incluir os seguintes limites de concentração dos Direitos Creditórios em relação ao Patrimônio Líquido: **(c.1)** até 50% (cinquenta por cento) por Cedente; e **(c.2)** até 70% (setenta por cento) para os 2 (dois) maiores Cedentes; **(d)** esclarecimento sobre a ordem de resgate das Cotas, nos termos da nova Cláusula 13.9.4; **(e)** alteração das hipóteses de Amortização Extraordinária das Cotas Subordinadas Júnior, nos termos da nova Cláusula 13.9.5; **(f)** a retificação e ratificação do cálculo do Prêmio de Pré-Pagamento, nos termos da nova Cláusula 13.9.6; **(g)** alteração das hipóteses de Amortização Extraordinária das Cotas da Alavancagem, nos termos da nova Cláusula 13.9.7; **(h)** inclusão de ordem de alocação de recursos para a amortização de Cotas de Cotistas Dissidentes, nos termos da nova Cláusula 14.1.3 do Regulamento; **(i)** ajustes às hipóteses que configuram Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação; **(j)** a inclusão de matérias de competência da Assembleia Geral sujeitas a voto afirmativo da maioria dos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino F e das Cotas Subordinadas Mezanino B; e **(k)** a retificação e ratificação do quórum de instalação das Assembleias Gerais, quando instalada em segunda convocação. **(ii)** A aprovação da emissão de cotas do Fundo, composta exclusivamente por Cotas Subordinadas Mezanino F da 1ª Emissão ("1ª Emissão") e Cotas Subordinadas Mezanino F da 2ª Emissão ("2ª Emissão"), observados os termos e condições estabelecidos no Regulamento, bem como os seguintes termos e condições conforme estabelecidos nos Suplementos das Cotas Subordinadas Mezanino F: **(1) Cotas Subordinadas Mezanino F da 1ª Emissão: (a)** Espécie de distribuição e regime de colocação: a distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino F no âmbito da 1ª Emissão será realizada pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido) por meio de oferta pública sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, sob o regime de melhores esforços de colocação ("Resolução CVM 160" e "Oferta da 1ª Emissão", respectivamente); **(b)** Montante da Oferta da 1ª Emissão: a Oferta da 1ª Emissão será composta por 200.000 (duzentas mil) Cotas Subordinadas Mezanino F, representativas de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Montante Total da Oferta da 1ª Emissão"), observado que não será admitida distribuição parcial no âmbito da oferta; **(c)** Preço de emissão das Cotas: o preço unitário de emissão e subscrição das Cotas Mezanino F será de R$ 1.000,00 (mil reais) por cota ("Preço da 1ª Emissão"); **(d)** Preço de Integralização: o preço de integralização corresponderá ao valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao Preço da 1ª Emissão ("Preço de Integralização da 1ª Emissão"); **(e)** Lote Adicional: não haverá a possibilidade de lote adicional na Oferta da 1ª Emissão; **(f)** Público-alvo: a Oferta da 1ª Emissão será destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos na Resolução da CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; **(g)** Condições de subscrição e integralização: as Cotas Subordinadas Mezanino F deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da Oferta da 1ª Emissão. As Cotas Subordinadas Mezanino F serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data de subscrição, observados os procedimentos descritos no Regulamento e o disposto nos compromissos de investimento e/ou boletins de subscrição, conforme aplicável; **(h)** Negociação das Cotas: observadas as restrições à negociação, nos termos do Artigo 8º da Resolução CVM 160, as Cotas Subordinadas Mezanino F serão registradas pelo Administrador e mantidas em contas de depósito individuais separadas em nome dos Cotistas, observado que as Cotas poderão ser depositadas para **(a)** distribuição pública no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 e **(b)** negociação no mercado secundário através do Fundos21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizadas pela B3. **(i)** Custos: os custos relacionados à 1ª Emissão e à Oferta da 1ª Emissão serão arcados diretamente pelo Fundo. **(j)** Coordenador Líder: o BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, bairro Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03 ("Coordenador Líder"). **(2) Cotas Subordinadas Mezanino F da 2ª Emissão: (a)** Espécie de distribuição e regime de colocação: a distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino F no âmbito da 2ª Emissão será realizada pelo Coordenador Líder por meio de oferta pública sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de melhores esforços de colocação ("Oferta da 2ª Emissão"); **(b)** Montante da Oferta da 2ª Emissão: a Oferta da 2ª Emissão será composta por 200.000 (duzentas mil) Cotas Subordinadas Mezanino F, representativas de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Montante Total da Oferta da 2ª Emissão"), observado que não será admitida distribuição parcial no âmbito da oferta; **(c)** Preço de emissão das Cotas: o preço unitário de emissão e subscrição das Cotas Mezanino F será de R$ 1.000,00 (mil reais) por cota ("Preço da 2ª Emissão"); **(d)** Preço de Integralização: o preço de integralização corresponderá ao valor, em moeda corrente nacional, equivalente ao Preço da 2ª Emissão ("Preço de Integralização"); **(e)** Lote Adicional: não haverá a possibilidade de lote adicional na Oferta da 2ª Emissão; **(f)** Público-alvo: a Oferta da 2ª Emissão será destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos na Resolução da CVM n° 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; **(g)** Condições de subscrição e integralização: as Cotas Subordinadas Mezanino F deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da Oferta da 2ª Emissão. As Cotas Subordinadas Mezanino F serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data em que o Administrador realizar a respectiva chamada de capital, observados os procedimentos descritos no Regulamento e o disposto nos compromissos de investimento e/ou boletins de subscrição, conforme aplicável; **(h)** Negociação das Cotas: observadas as restrições à negociação, nos termos do Artigo 8º da Resolução CVM 160, as Cotas Subordinadas Mezanino F serão registradas pelo Administrador e mantidas em contas de depósito individuais separadas em nome dos Cotistas, observado que as Cotas poderão ser depositadas para **(a)** distribuição pública no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 e **(b)** negociação no mercado secundário através do Fundos21, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a liquidação financeira dos eventos e a custódia realizadas pela B3. **(i)** Custos: os custos relacionados à 2ª Emissão e à Oferta da 2ª Emissão serão arcados diretamente pelo Fundo. **(j)** Coordenador Líder: o mesmo Coordenador Líder da 1ª Emissão. **(iii)** autorizar a Administradora para que efetive todos e quaisquer procedimentos necessários para implementação do quanto deliberado nesta Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando, à contratação do Coordenador Líder e dos demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta. A avaliação das matérias da ordem do dia deve ocorrer de forma integral, não sendo possível aprovação parcial das matérias. Sendo certa a facultatividade da participação via videoconferência, considerando a manifestação de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **Agrogalaxy Fiagro DC - Assembleia Geral de Cotistas 1ª Convocação (11 de Junho de 2024) ou 2ª Convocação (18 de Junho de 2024).** Terça-feira, 11 de junho • 5:00 até 6:00pm; Fuso horário: America/Sao_Paulo. Como participar do Google Meet Link da videochamada: https://meet.google.com/wov-xgpa-yqt Ou disque: (BR) +55 41 4560-9925 - PIN: 433 306 886#. **Outros números de telefone: https://tel.meet/wov-xgpa-yqt?pin=6168271324081.** Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas. Conforme o exposto acima, os Cotistas poderão expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** Administradora.



INÊS 249

Investimentos Termina prazo para avaliar antecipação de IR sobre patrimônio no exterior

Adequação de fortuna offshore é caso a caso

Adriana Cotias
De São Paulo

Terminou na sexta-feira a corrida de contribuintes brasileiros com recursos financeiros, bens e rendas no exterior para escolher que tratamento tributário dar para o patrimônio familiar sob o novo marco previsto na Lei 14.754. Aprovado no fim do ano passado, o mesmo texto que impôs o imposto semestral (o chamado "come-cotas") a alguns tipos de fundos fechados exclusivos e restritos locais trouxe regras que afetam de forma significativa ativos e estruturas de gestão de riqueza mantidas fora do Brasil ("offshore"), só que em prazos diferentes.

Com cifras altas no exterior, às vezes acumuladas por décadas, foi no caso a caso que os grupos familiares lidaram com o novo arsenal tributário com seus assessores jurídicos e financeiros. As soluções levaram em conta o momento de vida, as necessidades de liquidez e o tempo planejado para a transferência da riqueza para herdeiros.

Os donos de fortunas tiveram que pesar entre janeiro e maio se valia atualizar a preço de mercado o patrimônio que detêm no exterior pela data de 31 de dezembro de 2023. Quem seguisse esse caminho anteciparia o pagamento de imposto pela alíquota de 8% sobre os rendimentos acumulados em relação ao custo de aquisição, um desconto sobre os 15% que passarão a valer neste ano — para a declaração de 2025.

Seria uma forma também de travar a variação cambial, que deixará de ser isenta, passando a compor a base de cálculo para ganhos de capital decorrentes da venda de bens e direitos e aplicações financeiras realizadas com rendimentos auferidos originariamente em moeda estrangeira acima de US$ 5 mil. O volume que pagasse o pedágio na frente não teria esse ônus. O dólar para essa alternativa foi fixado em R$ 4,8413, o câmbio do encerramento de 2023.

O prazo foi apertado para fazer algumas escolhas, já que a instrução normativa (IN) da Receita Federal saiu só em março, com esclarecimentos adicionais sendo feitos em versões de "perguntas e respostas" que foram atualizadas ao longo do processo no site do órgão da Fazenda.

Dentro do UBS, foi baixa a adesão ao Abex, o sistema de apuração do IRPF que permitiu a atualização de bens e direitos no exterior, com o respectivo pagamento de imposto sobre ganhos acumulados pela alíquota diferenciada de 8%.

Segundo Yuri Freitas, chefe da área de planejamento de riqueza do grupo suíço no país, como o cliente brasileiro costuma ter um viés para aplicações locais por dispor de um CDI "gordo", ele deixa uma fatia pequena no exterior, de cerca de 20% da carteira. E é um dinheiro para proteção, não é aquele que vai acessar se precisar de liquidez. "Se vai deixar para a próxima geração, não tem por que antecipar", diz. "O cliente foi para o conhecido, a estrutura opaca e sem antecipação." O sócio de uma gestora de fortunas afirma que 95% dos clientes da base optaram pelo regime opaco e não aderiram à alíquota menor, de 8%.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Se vai deixar para a próxima geração, não tem por que antecipar. O cliente foi para o conhecido, a estrutura opaca"
> *Yuri Freitas*

A legislação trouxe como alternativa adotar o regime opaco, com a tributação anual de 15%. Esse modelo é considerado o mais adequado para carteiras com grande fluxo de transações, com rendas de juros, dividendos, ativos pulverizados, com dívida e que investem em países que não têm acordo de bitributação com o Brasil.

Já as estruturas transparentes, com abertura de dados em balanços periódicos, se encaixam melhor a carteiras de baixa liquidez, com o imposto cobrado só na hora do desinvestimento. A pessoa física pode explicitar os bens e direitos da entidade controlada no exterior como se fossem seus na declaração anual de 2024/2025. As perdas podem ser compensadas com ganhos de operações da mesma natureza, no mesmo período de apuração.

Essa foi uma solução também para gestoras brasileiras que compram participação em empresas ("private equity" ou "venture capital"), e têm seus veículos no exterior. Uma pendência resolvida foi a possibilidade de os administradores apurarem o resultado líquido ("net income value").

"A legislação permitiu ao contribuinte a segregação de entidades e ativos, com uma opaca e outra transparente para acomodar diferentes situações", diz Alessandro Fonseca, sócio da prática de gestão patrimonial do escritório Mattos Filho.

Um ponto que chamou atenção do advogado foi um comentário da Receita de que gastos e despesas de pessoas em entidades offshore não são dedutíveis do lucro tributável e estão sujeitos à regra geral. Em termos práticos, isso sugere que, além da contabilidade do balanço patrimonial, o mecanismo de apuração de resultados pode ser alvo de monitoramento.

"Sinaliza uma tendência de fiscalização, no sentido de que a apropriação contábil dessas entidades pode ser avaliada conforme a regra brasileira, com auditoria fiscal sobre entidades no exterior, como se fosse um regulado tributário no país."

O Fisco indicou ainda que vai olhar para "outros resultados abrangentes", a conta auxiliar no balanço, em que a variação patrimonial do investimento não transita pelo resultado do exercício. Essa conta precisa ser usada como exceção e não se aplica, por exemplo, para quem faz compra e venda de ações. "É um sinal de alerta para os contribuintes no sentido de observar a adequação da técnica contábil", afirma Fonseca.

Essa era uma forma de diferimento, diz Lucas Babo, associado sênior da área tributária do Cescon Barrieu. Quando realiza [o lucro], estorna e joga contra o resultado de uma vez só. "Para o ativo financeiro, a Receita espera que seja o valor justo contra o resultado."

Nos casos assessorados pelo Mattos Filho, a maioria dos contribuintes optou pela estrutura opaca, colocando a tributação anual de 15% na conta. Neste caso, o primeiro pagamento de IR será na declaração anual de 2025, em relação a resultados apurados de janeiro a dezembro de 2024.

Alguns clientes com saldo antigo, passível de distribuição, já "acruado" até o fim de 2023, aproveitaram o IR de 8%. "Para quem tem estoque antigo e tinha disponibilidade fazia sentido, porque é uma redução significativa a valor presente em relação aos 15%."

Muitos investidores mandam recursos para o exterior para proteger parcela do patrimônio em dólar e colocar o câmbio na balança pode ser vantajoso, diz Babo, do Cescon Barrieu.

"Quem fez isso em 2014, por exemplo [quando a moeda estava a R$ 2,40], pode ter tido ganho maior com a variação cambial do que com a rentabilidade dos ativos" dentro da offshore, diz. O problema é que não dá para fazer adesão parcial, "é tudo ou nada", diz.

No escritório, foi recorrente a escolha do regime opaco. Mas para quem tinha um imóvel que pretende vender neste ano, a recomendação foi fazer a atualização, pagar os 8% e adotar a estrutura transparente.

Freitas, do UBS, diz que o modelo de transparência, em tese, poderia acomodar títulos de dívida ("bonds") no exterior, se a intenção for carregá-los até o vencimento. Mas a Receita dá a entender que é excepcional, "é quase uma ameaça fiscal velada", afirma. No aconselhamento, a postura do banco foi conservadora, explicando a norma e colocando prós e contras. A seu ver, a Receita Federal diz não abrir mão da tributação pelo valor de mercado, mas trouxe como solução a transparência para quem não quisesse pagar IR periódico.

Para o dinheiro novo, os grupos familiares têm direcionado para duas entidades distintas, encaminhando o recurso ilíquido para a transparente. "O nome do jogo é customização", afirma Freitas.

Legislação deixa margem para diferimento tributário

De São Paulo

Apesar de o combo tributário sobre fundos fechados exclusivos e restritos no Brasil e de veículos de investimentos no exterior ("offshore") trazer mais complexidade à gestão patrimonial de famílias ultrarricas, a nova legislação deixou margem para estruturas de diferimento, que adiam o pagamento de imposto.

No mercado local, uma das soluções utilizadas ganhou o apelido de "fundo 95". Foi adotada com base na regra que prevê que veículos que investissem 95% do patrimônio em fundos de participações em empresas (FIP), de recebíveis (FIDC), ETF (fundo de índice negociado em bolsa) de renda variável não seriam taxados com o "come-cotas", desde que os recursos estivessem alocados em carteiras classificadas como entidades de investimentos.

O imposto semestral — 15% para fundos de longo prazo e 20% para os de curto prazo — passou a valer neste ano para os fundos de condomínio fechado, equiparando-se à cobrança que já existia nos abertos de renda fixa, multimercados e cambiais. Sem a mordida periódica do Leão, os ganhos são potencializados no tempo. Um multimercado que invista 95% dos recursos nas alternativas livres do come-cotas não pagaria, assim, o pedágio tributário antes da venda das cotas ou liquidação.

Fundos de ações já tinham alíquota de 15% sobre ganhos só no resgate, enquanto os imobiliários e os dedicados a cadeias do agronegócio (Fiagro) contavam com a isenção na distribuição dos dividendos. Estes dois últimos passaram a ter regras de dispersão para contar com o benefício fiscal: precisam ter pelo menos cem cotistas, ser negociados em bolsa ou balcão, sem que o investidor beneficiado seja dono de mais de 10% das cotas.

Com forte viés para alternativos, o UBS se valeu do formato do fundo 95 para uma melhor eficiência fiscal para os clientes, segundo Yuri Freitas, chefe da área de planejamento de riqueza do banco no Brasil. "A dificuldade é gerenciar só os 5% de liquidez. Se vence um private equity, já desenquadra", diz.

Mas um fundo que tenha embaixo um exclusivo de ações tem mais espaço para gestão do caixa, já que a regulação prevê alocação de 67% em ações para a carteira se encaixar nessa classificação tributária.

R$ 80 mi
é nova 'régua' de referência para exclusivo fechado

As estruturas de gestão patrimonial vão servir a grandes patrimônios. Se antes fazia sentido ter um exclusivo ou restrito fechado a partir de R$ 20 milhões, hoje essa régua subiu para R$ 80 milhões.

"O fundo fechado era uma receita de bolo, servia para praticamente tudo", diz Freitas. As conversas sobre alocação e planejamento financeiro, o olhar sobre a carteira como um todo, passaram a andar juntas.

O executivo vislumbra alguma diminuição no estoque de fundos usados para gestão de riquezas familiares. Parte dos recursos tem migrado para carteiras com títulos isentos ou para fundos com debêntures de infraestrutura, enquanto ações vêm sendo acomodadas em veículos dedicados.

Mesmo com o governo fechando a brecha para a constituição de novos fundos exclusivos e restritos de previdência, há quem venha investindo nas carteiras de prateleira. A diferença é que nelas não há margem para ingerência do investidor, a gestão é discricionária.

Muitos fundos fechados foram transformados em abertos, diz o sócio de uma gestora de fortunas. Dessa forma, não há mais travas para o dinheiro transitar dos portfólios locais para as offshore. *(AC)*

Dívida de um cônjuge pode recair sobre o outro?

Consultório financeiro

Se meu cônjuge tem muitas dívidas, até que ponto sou responsável legalmente por isso?

Igor Menezes, CFP, responde:

O planejamento sucessório é uma das seis áreas do planejamento financeiro. Nela, buscamos entender como seria a sucessão do legado patrimonial de uma pessoa em diferentes cenários, como um falecimento ou mesmo um divórcio. Este artigo busca proporcionar uma visão sobre até que ponto um cônjuge é legalmente responsável pelas dívidas do outro e oferecer orientações práticas para casais que enfrentam esse desafio.

Os regimes de casamento são partes cruciais dessa temática. No Brasil, desde 1977, o regime legal é a comunhão parcial de bens. Nesse caso, os bens adquiridos antes do matrimônio são particulares a cada um dos cônjuges. Após a união, os bens onerosos adquiridos, rendimentos e dívidas são comuns e de responsabilidade legal dos dois.

Caso haja um pacto antenupcial, o regime de casamento pode ser diferente. Pode ser o regime de comunhão universal de bens, separação total de bens, participação final nos aquestos ou união estável.

A união estável e a participação final nos aquestos funcionam de forma semelhante à comunhão parcial de bens. No entanto, as dívidas durante o casamento só serão de responsabilidade legal dos dois se contraídas em favor de ambos.

O regime de comunhão universal de bens deixou de ser o regime legal desde 1977. Para casamentos anteriores à mudança, não havendo pacto antenupcial, esse é o regime considerado. Nele, todos os bens são comuns aos cônjuges, assim como suas responsabilidades, mesmo que por uma dívida contraída por apenas um deles.

Apenas no regime de separação total de bens a responsabilidade por uma dívida contraída por apenas um dos cônjuges permanece exclusiva e individual a ele. Nesse regime, os bens são particulares a cada um e não se comunicam em caso de divórcio. Ressaltando que, caso haja um falecimento, os bens deixados por herança são usados para abater parcialmente ou totalmente a dívida, e só há partilha daquilo que restou da herança. Caso haja apenas dívidas, não serão de responsabilidade dos herdeiros.

A mudança do regime de casamento pode ser realizada apenas com autorização judicial. Deve haver um motivo e ser assinado por ambos, além da inexistência de dívidas de qualquer natureza.

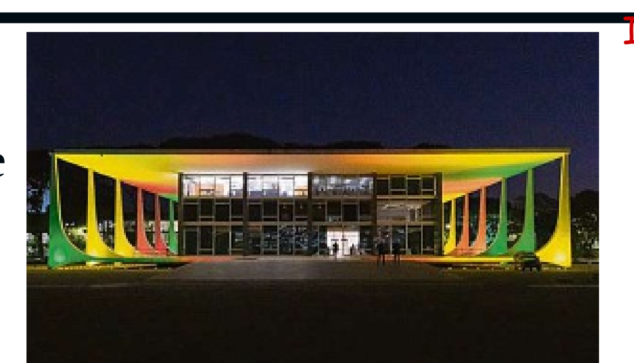
Vale ressaltar que no seguro de vida ou de acidentes pessoais para o caso de morte, o capital estipulado não está sujeito às dívidas do segurado, nem se considera herança para todos os efeitos de direito, de acordo com o artigo 794 do Código Civil. Isso significa, na prática, que caso exista um seguro desses, os beneficiários irão receber o capital de indenização independentemente de haver dívidas a serem pagas.

O endividamento é causa de dor de cabeça para muitos brasileiros, infelizmente. Um planejador financeiro certificado pode ajudar com o planejamento sucessório individualizado dos seus clientes buscando evitar situações como essa, além de recuperar em vida, ou durante o casamento, as finanças com linhas de crédito que possam fazer mais sentido para a situação familiar em questão.

Conte com a ajuda de um profissional CFP para cuidar das finanças da sua família e se planejar de forma inteligente. Gerenciar as finanças pessoais com expertise fará com que seu futuro seja ainda melhor.

Igor Menezes é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: igormenezesms@gmail.com

Tributário
STF analisa repercussão geral de aumento de alíquota de ICMS
valor.globo.com/legislacao



INÊS 249

Opinião Jurídica
Debêntures de infraestrutura e outorga: possível solução
E2

TJSP
Justiça manda retirar barco de estacionamento
valor.globo.com/legislacao





Empresarial Projeto permite a anulação de cláusula que viole a função social do contrato

Reforma no Código Civil pode impactar contratos

Adriana Aguiar
De São Paulo

O projeto que pretende alterar o atual Código Civil traz novidades que impactam os contratos empresariais. Uma regulamentação mais clara sobre a divisão de ativos na saída de sócios de sociedades limitadas é destacada por especialistas entre os pontos positivos — eliminando a judicialização. Outras mudanças propostas, porém, como a anulação de cláusula que contrarie a função social do contrato, preocupam advogados de empresas por permitirem uma maior interferência do Judiciário nos negócios.

Apresentado ao Plenário do Senado no dia 17 de abril, o anteprojeto foi elaborado por uma comissão com 38 de juristas, criada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e liderada pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em oito meses, foram analisados mais de 2 mil artigos sobre família, sucessão, direito digital e contratos. Agora, pontos podem ser incluídos, alterados ou excluídos pelos parlamentares.

A previsão de anulação da cláusula contratual que violar a chamada "função social do contrato" é o ponto mais crítico do anteprojeto de lei, segundo especialistas. Tais dispositivos buscam proteger a dignidade da pessoa humana e priorizar o interesse público sobre o privado.

A função social do contrato já havia sido introduzida no Código Civil de 2002. Contudo, seu alcance foi limitado pela Lei da Liberdade Econômica (nº 13.874, de 2019), criada com o objetivo principal de reduzir a burocracia nas atividades econômicas.

No anteprojeto, a possibilidade de anulação desse tipo de cláusula está no parágrafo 2º artigo do artigo 421 do relatório final do anteprojeto. Mas todo o artigo 421, do A ao F, fala da função social do contrato.

De acordo com o professor de Direito Privado da Escola de Direito da FGV, em São Paulo, Paulo Doron, esse conceito de função social do contrato é muito vago e não existe em nenhum outro país, "o que traz insegurança". Para ele, os contratos têm que ser cumpridos da forma como foi estabelecido e essa argumentação dá margem para que sejam anulados no Judiciário. "O discurso é por um código mais humano, mas humano é cumprir a palavra dada", diz.

O anteprojeto, na opinião de Doron, sofreu influência de pensamentos consumeristas na sua elaboração, o que não faz sentido em contratos entre empresas, onde não existem hipossuficientes como o consumidor em relação a companhias.

Fábio Floriano Melo Martins, presidente do Instituto de Direito Privado (IDiP) e professor na FGV Law, afirma também estar preocupado com a ênfase dada à função social do contrato. "Em um contrato há um equilíbrio de forças. Cláusulas mais favoráveis a um lado, outras a outro. Se você anula uma cláusula pode desbalancear o contrato inteiro", diz.

Outro ponto que merece atenção, dizem, é a criação de um contrato próprio para a prestação de serviços por meio de plataformas digitais, como Uber e Ifood. A previsão está no artigo 609, do A ao G.

> "O discurso é por um código mais humano, mas humano é cumprir a palavra dada"
> *Paulo Doron*

Doron aponta que, em geral, modelos de contrato só são estabelecidos em lei após serem frequentemente usados pela sociedade. "Aqui não. Quiseram fazer um novo tipo de contrato de um assunto relativamente novo, porque esses aplicativos começaram a aparecer somente em 2012, sem que exista um amadurecimento do assunto e sem que tivesse tido um amplo diálogo com os envolvidos", afirma.

Na opinião de Martins, a proposta de revisão de 1170 artigos do Código Civil, o que representa mais da metade do atual texto, "gera uma insegurança jurídica muito grande e é péssimo para as empresas", diz, acrescentando que o investimento das companhias está atrelado a um cenário de leis e essas alterações podem atrapalhar.

Nesse sentido, uma mudança que pode prejudicar a vinda de investimentos do exterior, é a condição, prevista no inciso II, do artigo 1137, de que as empresas que quiserem exercer suas atividades no Brasil tenham sede física e representante com poderes amplos no país. " Isso é o mesmo que vedar que empresas estrangeiras atuem aqui", diz Martins.

Outro ponto que pode prejudicar os negócios, se o anteprojeto for aprovado como está, é a permissão para se quadriplicar o valor de indenização por danos morais cobrada de empresas, em caso de reincidência em casos graves. A previsão está no parágrafo 4º, do artigo 944 A.

"Isso é uma coisa que não conseguimos explicar para os clientes estrangeiros porque, além de indenizar por danos extrapatrimoniais, no Brasil ainda existe o dano moral, cujo valor é estipulado pelo juiz. E, se esse anteprojeto passar como está, esses valores poderão passar a ser muito maiores", diz.

Mas também há os artigos do anteprojeto, referentes a contratos empresariais, bem avaliados por especialistas. Segundo a relatora da subcomissão de direito de empresa do anteprojeto, a advogada Paula Forgioni, professora titular e chefe do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP, nem todas as propostas analisadas foram acolhidas. "Mas temos evoluções, principalmente para as sociedades limitadas", diz.

O destaque positivo são regras mais claras para a apuração de haveres no caso de dissolução parcial da sociedade limitada, com a retirada de um sócio do quadro societário — seja por exclusão, morte ou exercício do direito de retirada. Elas estão previstas nos artigos 599 a 609.

"Hoje existe muita divergência jurisprudencial sobre o tema, o que tem gerado insegurança e imprevisibilidade", diz Paula.

A inclusão no código de um novo tipo de contrato, de distribuição empresarial, que trata da revenda de produtos, também é apontada como medida favorável ao ambiente de negócios (artigo 721-A). "Nesse caso, já é uma prática disseminada, mas é importante estar no código", diz Doron.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Advogada Paula Forgioni: regras mais claras para a apuração de haveres no caso de dissolução parcial da sociedade limitada vai gerar segurança jurídica

Destaque

ICMS-ST no PIS/Cofins

Uma empresa de comércio de combustíveis de Foz do Iguaçu (PR) ganhou na justiça o direito de excluir o ICMS-ST da base de cálculo de suas contribuições para o PIS/Cofins no regime de substituição tributária progressiva. A decisão é da Justiça Federal de Foz do Iguaçu. A empresa alegou que em razão de suas atividades tem pago diversos tributos federais, dentre eles, as contribuições PIS e Cofins. O autor da ação apontou ainda que a incidência do ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da Cofins afronta ao princípio da não cumulatividade, posto que o valor relativo ao imposto em questão representa um custo quando da aquisição das mercadorias submetidas a tal regime. Para tanto, entrou na justiça a fim de verificar a inconstitucionalidade do ato da Receita Federal ao incluir o ICMS-ST na base de cálculo. Em sua decisão, o juiz de Foz Iguaçu ressaltou que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins e que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) modulou os efeitos da tese firmada. "Nesse contexto, deve ser reconhecido o direito líquido e certo da impetrante a excluir o ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da Cofins", determinou (número do processo não divulgado pelo TRF-4).

Receita Federal cobrará IR na troca de imóveis

Beatriz Olivon
De Brasília

A Receita Federal entende que a operação de troca de imóvel residencial por unidades comerciais futuras de incorporadora deve ser tributada. O contribuinte queria enquadrar a operação como permuta, o que afastaria a incidência de Imposto de Renda (IR).

Por meio da Solução de Consulta nº 128 da Receita, publicada no começo do mês de maio, um contribuinte questionou ao Fisco se poderia equiparar a troca de unidade residencial com a de terreno para a construção de empreendimento imobiliário, afastando a tributação. Mas a resposta foi negativa.

Sobre o ganho de capital incide IR, que varia entre 15% até 22,5%, sobre o preço estabelecido na operação, que é o valor constante em escritura pública.

O Fisco esclareceu que, para a exclusão dos valores na determinação do ganho de capital de pessoas físicas, não se equipara a permuta à troca realizada por meio de operação quitada de compra e venda, acompanhada de confissão de dívida e de escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir.

Ainda segundo a Receita, o IR incidente sobre o ganho de capital das pessoas físicas auferido na alienação de imóvel, na hipótese de o preço da venda ser pago em unidades imobiliárias a construir (dação em pagamento), deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao do recebimento de cada unidade.

A solução de consulta foi proposta por um proprietário de imóvel residencial. No ano de 2021, ele pactuou a troca do imóvel com unidades autônomas, de natureza comercial, com 150 metros quadrados de área útil, em imóvel comercial a ser construído por uma incorporadora imobiliária. A troca também levou ao pagamento de parte do valor (torna) em uma parcela única naquele mesmo ano.

O valor do pagamento não foi disponibilizado na solução de consulta. Mas foram feitas duas escrituras públicas para a efetivação da permuta com torna.

O proprietário alegou à Receita que não seria possível qualificar a transação como compra e venda com recebimento de imóvel em dação em pagamento, em virtude da ausência de preço. Além disso, argumentou que, embora ele tenha entregue, mediante troca, um terreno com imóvel construído, o interesse da incorporadora imobiliária é o terreno, que será usado para a construção do empreendimento onde serão edificadas as unidades autônomas comerciais.

DIVULGAÇÃO



> "O interesse da incorporadora é no terreno"
> *Rodrigo S. Holanda*

Na Instrução Normativa nº 107, de 1988, a Receita explica que a permuta é qualquer operação de troca de unidades imobiliárias, mesmo que ocorra o pagamento de uma parcela complementar em dinheiro. O Regulamento do Imposto de Renda determina a apuração de ganho de capital, para fins de cobrança de IRPF, apenas em relação ao valor da torna. Equipara à permuta as operações quitadas de compra e venda de terreno, acompanhadas de confissão de dívida e de escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir.

De acordo com a Receita, o objetivo da norma foi restringir o benefício da equiparação à compra e venda de terreno, sem estendê-lo à compra e venda de qualquer espécie de imóvel — o que abarcaria o imóvel em questão na solução de consulta.

A Receita afirma que, mesmo que se trate de operação quitada de compra e venda, acompanhada de confissão de dívida e escritura pública de dação em pagamento de unidades imobiliárias construídas ou a construir, o objeto da compra e venda em discussão não é um terreno, mas um imóvel residencial e, assim, não é possível fazer a equiparação.

A Receita diz ainda admitir a exclusão de tributação do ganho de capital na hipótese de operações de permuta realizadas por contrato particular, desde que a escritura pública correspondente, quando lavrada, seja de permuta. No caso concreto, a operação foi formalizada por meio de escritura pública de compra e venda, celebrada em conjunto com escritura pública de novação, confissão de dívida e promessa de dação em pagamento de unidades autônomas. Haveria permuta, diz o Fisco, somente se o registro de compra e venda fosse de terreno.

De acordo com Rodrigo Schwartz Holanda, sócio do escritório Menezes Niebuhr sociedade de Advogados, a expectativa do contribuinte, no caso, era que o imóvel residencial recebesse o mesmo tratamento do terreno, o que afastaria a tributação. O advogado destaca que o interesse da incorporadora era justamente no terreno, e não no imóvel em si, hipótese em que a tributação seria afastada.

Debêntures de infraestrutura e outorga: uma possível solução

Opinião Jurídica

Rafael Maffini e Isadora Formenton Vargas

A estratégia federal de desenvolvimento para o Brasil entre 2020 e 2031, que está no anexo do Decreto nº 10.531/2020, prevê o desafio de ampliar investimentos em infraestrutura, ocasião em que também dispõe sobre a necessidade de "dar maior segurança jurídica para a participação do investimento privado, nacional e estrangeiro".

Dessa forma, a ampliação de investimentos em infraestrutura exige um ambiente de segurança jurídica, considerando que os projetos, nas mais distintas áreas, costumam se estender por muitos anos, como é o caso das concessões: contratos incompletos, de elevado custo e de longa duração.

Por isso, as alterações legislativas devem ser adequadamente ponderadas, uma vez que se corre o risco de prejudicar a sustentabilidade negocial de investimentos em curso ou, no mínimo, afastar perspectivas de investimento futuro para o setor, na direção contrária dos esforços que se quer envidar para o desenvolvimento nacional.

O que nos traz ao Decreto nº 11.964/24, destinado a normatizar os critérios e as condições para enquadramento dos investimentos para fins de emissão de debêntures incentivadas ou de infraestrutura, regulamentando as leis nº 12.431/11 e nº 14.801/24. Em suas poucas horas de vida, no entanto, passou a se questionar quanto à exclusão ou não da despesa de outorga nos projetos de investimento para fins de emissão dos valores mobiliários com benefícios fiscais.

A dúvida decorre, de um lado, da revogação do Decreto nº 8.874/16, cujo artigo 2º, parágrafo 3º, que dispunha que as despesas de outorga dos empreendimentos de infraestrutura fazem parte do projeto de investimento. De outro, o artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto nº 11.964/24 prevê que a emissão dos valores mobiliários com benefícios fiscais fica limitada ao montante equivalente às despesas de capital de tais projetos.

Como, então, solucionar esse impasse? É preciso, inicialmente, importar conceitos da contabilidade, sendo indispensável o exame da Orientação nº 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que traz como questão relevante o fato de que a contabilização de contratos de concessões está relacionada ao reconhecimento contábil do direito de outorga no início ou ao longo do prazo de concessão — uma vez que o concessionário terá o direito de prover o serviço público titularizado pelo poder concedente, nos termos contratuais. Assim, se e quando reconhecido, esse direito se caracteriza como um ativo intangível e/ou financeiro.

Ainda na referida orientação, seu item 17 considera um ativo intangível como o valor despendido pelo concessionário para ter o direito de prestar o serviço público remunerado pelos usuários. Já o item 18 diz ser necessário reconhecê-lo como ativo financeiro nas hipóteses em que o responsável por remunerar os investimentos do concessionário for o poder concedente — e o contrato estabelecer que há direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo da concessão.

Ou seja: não é possível definir de forma abstrata e genérica a natureza da despesa de outorga, eis que inexiste um único modelo contábil aplicável à concessão. Justamente por isso, a OCPC 5 destaca que devem ser considerados todos os aspectos e circunstâncias inerentes ao contrato de concessão para que se possa definir a "essência econômica da transação que se pretende representar".

Destaca-se que o artigo 22 do Decreto nº 11.964/24 coloca que incumbirá a ato do Ministério da Fazenda a possibilidade de disposição das despesas dos projetos de investimentos financiáveis por meio de debêntures incentivadas ou de infraestrutura.

No entanto, com base nos conceitos e orientações contábeis apresentados, entendemos que o decreto em tela não representa, per se, uma exclusão da despesa de outorga do montante a ser considerado para a emissão dos valores mobiliários fiscais — sobretudo porque não compete a tal decreto definir a natureza da despesa no contexto dos projetos de investimentos.

Além disso, a indicação de limitação às despesas de capital de tais projetos, por si só, não permite que se conclua pela exclusão da despesa de outorga, considerando as variadas modalidades do processo e suas definições, inclusive as relacionadas às despesas de capital.

Por isso, a partir da análise das particularidades de cada concessão, é preciso verificar e a despesa se enquadra como Opex ou Capex, uma vez que a outorga consiste em despesa para aquisição do direito de exploração, muito distinta de um dispêndio meramente operacional.

Nesse sentido, também podemos examinar a outorga como transferência de capital vinculada contratualmente a alguma finalidade específica de investimento pelo poder concedente e destinatário de tais valores. E, quanto à outorga como bônus, é possível identificar diferentes perspectivas econômico-financeiras a depender do agente. Conforme análise técnica que compõe o Acórdão 1598/17 do Plenário do Tribunal de Contas da União, o bônus de outorga, "para o empreendedor vencedor no leilão, assemelha-se a uma aplicação em renda fixa, pois terá investido um valor inicial (o bônus pela outorga) em troca de uma rentabilidade expressa pelo custo de capital do negócio".

O exposto nos leva ao entendimento de que o decreto em análise não excluiu a outorga do montante a ser considerado para emissão de debêntures de infraestrutura. Impõe-se, desta forma, a análise dos modelos contábeis das concessões, que deve ser feita de forma individual, para alcançarmos a segurança jurídica a cada caso.

Rafael Maffini e Isadora Formenton Vargas são, respectivamente, doutor em Direito pela UFRGS e sócio do escritório Rossi, Maffini, Milman & Grando Advogados (RMMG Advogados); e mestra em Direito pela UFRGS e em Argumentação Jurídica pela Università degli Studi di Palermo e advogada do RMMG Advogados

LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 15 horas, de forma digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom, considerada realizada na sede social da empresa, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. **Convocação:** Edital publicado no jornal Valor Econômico (Edição Nacional) nos dias 28, 29, 30 e 31/03 e 01 e 02.04.2024 (páginas E4, E19 e E5, respectivamente, e no site www.valor.globo.com/valor-ri/). **Presença:** Em 1ª convocação, acionistas representando 70,39% do capital social votante e total da Companhia na AGO e 70,39% do capital social votante e total da Companhia na AGE. Os Sr(a)s. Gilberto Mautner (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Fernando Biancardi Cirne (Diretor Presidente), Rafael Chamas Alves (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores) e Aline Goldzstejn (Diretoria Jurídica Corporativa), representantes da administração da Companhia; e João Paulo Amorim Pacheco Neves, representante da KPMG Auditores Independentes, auditor independente da Companhia; e para os fins do item 3.1.4.3.b do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Locaweb, Carlos Maciel Elder de Aquino, coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia. **Mesa:** Presidente: Gilberto Mautner, Secretário: Carlos Motta. **Deliberações aprovadas:** Em sede de AGO: **(i)** O relatório da administração, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, as quais foram previamente disponibilizadas aos acionistas, publicados no jornal Valor Econômico (Edição Nacional) no dia 21.03.2024 (páginas E17 a E21 e no site www.valor.globo.com/valor-ri/). Fica consignado que os administradores presentes nesta Assembleia abstiveram-se de votar, na condição de acionistas, na deliberação ora proposta, nos termos dos artigos 115, §1º e 134, §1º da Lei das S/A. **(ii)** A consignação do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$73.735.135,19, com relação ao qual foi aprovada a seguinte destinação: **(ii.1)** o saldo total da Reserva Legal da Companhia, no valor de R$3.892.200,98, será utilizado para absorção de parte do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31.12.2023, nos termos do artigo 189, § único, da Lei das S/A; e **(ii.2)** o saldo remanescente de prejuízos do exercício social encerrado em 31.12.2023, adicionado aos prejuízos acumulados no valor de R$2.007.616,68, no valor total de R$71.850.550,89, será objeto de redução de capital, nos termos do artigo 173 da Lei das S/A, sem o cancelamento de ações. Em sede de AGE: **(i)** O valor das verbas globais e anuais de remuneração dos membros da administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31.12.2024, no valor total de até R$25.379.664,44, conforme Proposta da Administração. Tal valor: **(A)** inclui: **(i)** remuneração fixa; **(ii)** remuneração variável; **(iii)** benefícios; e, ainda, **(iv)** remuneração baseada ou referenciada em ações de emissão da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual de cada administrador, conforme regras e limitações dispostas na Lei das S/A e na política de remuneração dos administradores constante do item 8 do Formulário de Referência da Companhia, conforme Resolução CVM 80; e **(B)** não inclui os encargos sociais de responsabilidade da Companhia, em linha com a diretriz constante do Ofício Circular Anual 2024-CVM/SEP. **(ii)** a alteração da razão social da Companhia para LWSA S/A, e, por consequência, a alteração do caput do artigo 1º do Estatuto Social para refletir referida alteração. Alteração do artigo 1º do Estatuto Social: **"Artigo 1º** - A LWSA S/A ("Companhia") é uma S/A que se rege pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S/A") e pelas demais leis e regulamentos que lhe forem aplicáveis." **(iii)** a redução do capital social, no valor total de R$71.850.550,89, de modo a contemplar a absorção dos prejuízos acumulados e prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31.12.2023 (após absorção parcial pela Reserva Legal), nos termos do artigo 173 da Lei das S/A. A redução de capital social ora aprovada representa operação meramente contábil, de acordo com a legislação vigente, configurando medida de saneamento financeiro que visa a adequar o valor do capital social ao do patrimônio, compatibilizando-o à realidade econômico-financeira da Companhia. Assim, não envolve qualquer tipo de restituição de valores aos acionistas ou o cancelamento de ações e, desta forma, o número de ações detidas pelos acionistas e seu percentual de participação na Companhia mantêm-se inalterados. **(iv)** a alteração da redação do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a atual expressão do capital social da Companhia, bem como o atual número de ações de emissão da Companhia, em razão: **(A)** dos aumentos do capital social da Companhia deliberados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 30.06.2023 e em 02.01.2024, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e **(B)** da redução de capital aprovada na deliberação "(iii)" acima. Em razão da aprovação acima, o novo capital social da Companhia passou a ser de R$2.944.491.711,29, dividido em 596.886.478 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Alteração do artigo 5º do Estatuto Social: **"Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.944.491.711,29, dividido em 596.886.478 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." **(v)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações constantes dos itens "(ii)" a "(iv)" acima. O Estatuto Social consolidado encontra-se no Anexo II. **(vi)** a caracterização e consignação da independência do membro do Conselho de Administração, Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado. Com a referida caracterização de independência, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto por 4 membros efetivos e 4 membros efetivos e independentes, tendo todos sido eleitos na AGOE da Companhia realizada em 28.04.2023, com prazo de mandato unificado até a data da AGO da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31.12.2024. **(vii)** exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, a dispensa das publicações dos anexos da ata desta AGOE e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar tempestivamente todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas nesta AGOE. Consigna-se, por fim, que a Companhia recebeu por meio dos boletins de voto a distância pedidos de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das S/A, não tendo sido atingido o quórum para instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §2º da Lei das S/A, conforme reduzido pelo artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22.03.2022, bem como não foram apresentados pedidos de instalação ou candidatos durante a Assembleia. Dessa forma, resta prejudicada a instalação do Conselho Fiscal no presente exercício social de 2024. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, SP, 30.04.2024. **Mesa:** Gilberto Mautner - Presidente, Carlos Motta - Secretário. JUCESP 203.129/24-6 em 16.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWSA S/A

CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2024

Data, Hora, Local: 06.05.2024, às 09 horas, na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos Membros. **Mesa:** Presidente: Ricardo Gora, Secretário: Rafael Chamas Alves. **Deliberações Aprovadas:** (i) autorização para a constituição de nova filial desta Companhia no seguinte endereço: Avenida Alcides Lajes Magalhães, nº 130, Sala 02, Bairro Jardim Acapulco, CEP 17.525-181, Município de Marília/SP, doravante simplesmente denominada *"Filial Tray"*; (ii) autorização para a constituição de nova filial desta Companhia no seguinte endereço: Rua Mostardeiro 777, sala 604, 6º andar, Bairro do Rio Branco, CEP 90430-001, Município de Porto Alegre/RS, doravante simplesmente denominada *"Filial King"*; (iii) autorização para a constituição de nova filial desta Companhia no seguinte endereço: Rua Olavo Bilac, nº 914, Sala 101, Sala Reunião Titânio, Bairro do Imigrante, CEP 95.702-000, no Município de Bento Gonçalves/RS, doravante simplesmente denominada *"Filial Bling"*; e, ainda (iv) ficam os membros do Conselho e da Diretoria autorizados a assinarem todos os documentos, bem como a praticarem todos os atos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, SP, 06.05.2024. **Membros:** Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benicio Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 205.036/24-7, NIRE 3590676687-6 em 17.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 — NIRE 35.300.329.091

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30.11.2023

Aos 30 dias do mês de novembro de 2023, às 10h, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, que convidou o senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa para secretário. Durante a reunião os diretores deliberaram pagar, aos acionistas inscritos nesta data nos registros da Sociedade, dividendos no valor de R$694.863729235 por ação, por conta do resultado do exercício em curso, conforme segue: a) aos acionistas com ações depositadas na Sociedade e que mantêm os dados cadastrais e bancários atualizados, mediante crédito a ser efetuado nas contas correntes em instituição financeira por eles indicadas; b) àqueles que não possuírem seus dados atualizados, na agência Bradesco de sua preferência, onde deverão se apresentar munidos de CPF, RG e comprovante de residência, para atualização cadastral e recebimento dos respectivos valores a que têm direito. O pagamento será feito até 31.12.2023 pelo valor declarado, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e será computado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos presentes, será encaminhada para que seja assinem eletronicamente. aa) Ivan Luiz Gontijo Júnior, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa, Américo Pinto Gomes, Gedson Oliveira Santos, Antonio Alexandre Arias, Carlos Francisco Picini, Valdirene Soares Secato e Vinicius Marinho da Cruz. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Seguros S.A.** aa) Presidente: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 194.211/24-1, em 2.5.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 19 de junho de 2024, às 14:00 horas, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1, itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 (um) ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28 de setembro de 2023; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(A)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(B)** a Reorganização ocorra em até 9 (nove) meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 (três) meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/2027, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para o valor de US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de *hedge* para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14 de julho de 2023 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/2027, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VI da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/2024 ou por, no mínimo, 4 (quatro) meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes); e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/2027, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso, todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 (um) das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, para aprovar a concessão de anuência prévia (*waiver*) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio, dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 (doze) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

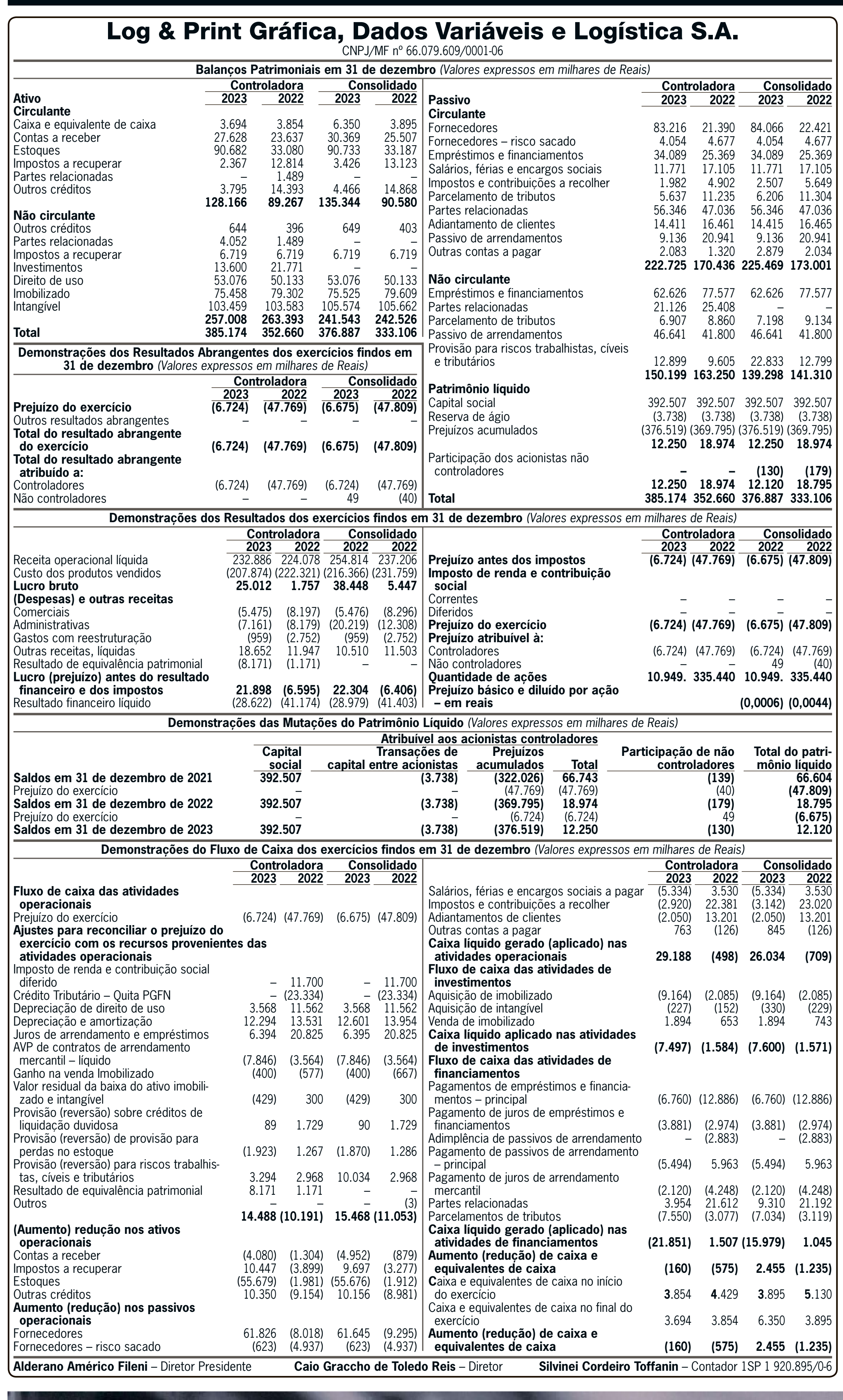
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 06 de setembro de 2023, conforme aditado, ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 19 de junho de 2024, às 16:00 horas, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1, itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 (um) ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28 de setembro de 2023; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(A)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(B)** a Reorganização ocorra em até 9 (nove) meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 (três) meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/2027, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para o valor de US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de *hedge* para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14 de julho de 2023 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/2027, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VI da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/2024 ou por, no mínimo, 4 (quatro) meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após a efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes); e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/2027, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso. todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Terceira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, para aprovar a concessão de anuência prévia (waiver) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Terceira Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 (doze) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma digital (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**



INÊS 249



Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 66.079.609/0001-06

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	3.694	3.854	6.350	3.895
Contas a receber	27.628	23.637	30.369	25.507
Estoques	90.682	33.080	90.733	33.187
Impostos a recuperar	2.367	12.814	3.426	13.123
Partes relacionadas	–	1.489	–	–
Outros créditos	3.795	14.393	4.466	14.868
	128.166	**89.267**	**135.344**	**90.580**
Não circulante				
Outros créditos	644	396	649	403
Partes relacionadas	4.052	1.489	–	–
Impostos a recuperar	6.719	6.719	6.719	6.719
Investimentos	13.600	21.771	–	–
Direito de uso	53.076	50.133	53.076	50.133
Imobilizado	75.458	79.302	75.525	79.609
Intangível	103.459	103.583	105.574	105.662
	257.008	**263.393**	**241.543**	**242.526**
Total	**385.174**	**352.660**	**376.887**	**333.106**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	83.216	21.390	84.066	22.421
Fornecedores – risco sacado	4.054	4.677	4.054	4.677
Empréstimos e financiamentos	34.089	25.369	34.089	25.369
Salários, férias e encargos sociais	11.771	17.105	11.771	17.105
Impostos e contribuições a recolher	1.982	4.902	2.507	5.649
Parcelamento de tributos	5.637	11.235	6.206	11.304
Partes relacionadas	56.346	47.036	56.346	47.036
Adiantamento de clientes	14.411	16.461	14.415	16.465
Passivo de arrendamentos	9.136	20.941	9.136	20.941
Outras contas a pagar	2.083	1.320	2.879	2.034
	222.725	**170.436**	**225.469**	**173.001**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	62.626	77.577	62.626	77.577
Partes relacionadas	21.126	25.408	–	–
Parcelamento de tributos	6.907	8.860	7.198	9.134
Passivo de arrendamentos	46.641	41.800	46.641	41.800
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	12.899	9.605	22.833	12.799
	150.199	**163.250**	**139.298**	**141.310**
Patrimônio líquido				
Capital social	392.507	392.507	392.507	392.507
Reserva de ágio	(3.738)	(3.738)	(3.738)	(3.738)
Prejuízos acumulados	(376.519)	(369.795)	(376.519)	(369.795)
	12.250	**18.974**	**12.250**	**18.974**
Participação dos acionistas não controladores	**–**	**–**	**(130)**	**(179)**
	12.250	**18.974**	**12.120**	**18.795**
Total	**385.174**	**352.660**	**376.887**	**333.106**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	**(6.724)**	**(47.769)**	**(6.675)**	**(47.809)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(6.724)**	**(47.769)**	**(6.675)**	**(47.809)**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Controladores	(6.724)	(47.769)	(6.724)	(47.769)
Não controladores	–	–	49	(40)

Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	232.886	224.078	254.814	237.206
Custo dos produtos vendidos	(207.874)	(222.321)	(216.366)	(231.759)
Lucro bruto	**25.012**	**1.757**	**38.448**	**5.447**
(Despesas) e outras receitas				
Comerciais	(5.475)	(8.197)	(5.476)	(8.296)
Administrativas	(7.161)	(8.179)	(20.219)	(12.308)
Gastos com reestruturação	(959)	(2.752)	(959)	(2.752)
Outras receitas, líquidas	18.652	11.947	10.510	11.503
Resultado de equivalência patrimonial	(8.171)	(1.171)	–	–
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	**21.898**	**(6.595)**	**22.304**	**(6.406)**
Resultado financeiro líquido	(28.622)	(41.174)	(28.979)	(41.403)
Prejuízo antes dos impostos	**(6.724)**	**(47.769)**	**(6.675)**	**(47.809)**
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	–	–	–	–
Diferidos	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	**(6.724)**	**(47.769)**	**(6.675)**	**(47.809)**
Prejuízo atribuível à:				
Controladores	(6.724)	(47.769)	(6.724)	(47.769)
Não controladores	–	–	49	(40)
Quantidade de ações	**10.949.**	**335.440**	**10.949.**	**335.440**
Prejuízo básico e diluído por ação – em reais			**(0,0006)**	**(0,0044)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Atribuível aos acionistas controladores: Capital social	Transações de capital entre acionistas	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**392.507**	**(3.738)**	**(322.026)**	**66.743**	**(139)**	**66.604**
Prejuízo do exercício	–	–	(47.769)	(47.769)	(40)	**(47.809)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**392.507**	**(3.738)**	**(369.795)**	**18.974**	**(179)**	**18.795**
Prejuízo do exercício	–	–	(6.724)	(6.724)	49	**(6.675)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**392.507**	**(3.738)**	**(376.519)**	**12.250**	**(130)**	**12.120**

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(6.724)	(47.769)	(6.675)	(47.809)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	11.700	–	11.700
Crédito Tributário – Quita PGFN	–	(23.334)	–	(23.334)
Depreciação de direito de uso	3.568	11.562	3.568	11.562
Depreciação e amortização	12.294	13.531	12.601	13.954
Juros de arrendamento e empréstimos	6.394	20.825	6.395	20.825
AVP de contratos de arrendamento mercantil – líquido	(7.846)	(3.564)	(7.846)	(3.564)
Ganho na venda Imobilizado	(400)	(577)	(400)	(667)
Valor residual da baixa do ativo imobilizado e intangível	(429)	300	(429)	300
Provisão (reversão) sobre créditos de liquidação duvidosa	89	1.729	90	1.729
Provisão (reversão) de provisão para perdas no estoque	(1.923)	1.267	(1.870)	1.286
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.294	2.968	10.034	2.968
Resultado de equivalência patrimonial	8.171	1.171	–	–
Outros	–	–	–	(3)
	14.488	**(10.191)**	**15.468**	**(11.053)**
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(4.080)	(1.304)	(4.952)	(879)
Impostos a recuperar	10.447	(3.899)	9.697	(3.277)
Estoques	(55.679)	(1.981)	(55.676)	(1.912)
Outras créditos	10.350	(9.154)	10.156	(8.981)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	61.826	(8.018)	61.645	(9.295)
Fornecedores – risco sacado	(623)	(4.937)	(623)	(4.937)
Salários, férias e encargos sociais a pagar	(5.334)	3.530	(5.334)	3.530
Impostos e contribuições a recolher	(2.920)	22.381	(3.142)	23.020
Adiantamentos de clientes	(2.050)	13.201	(2.050)	13.201
Outras contas a pagar	763	(126)	845	(126)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**29.188**	**(498)**	**26.034**	**(709)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(9.164)	(2.085)	(9.164)	(2.085)
Aquisição de intangível	(227)	(152)	(330)	(229)
Venda de imobilizado	1.894	653	1.894	743
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(7.497)**	**(1.584)**	**(7.600)**	**(1.571)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal	(6.760)	(12.886)	(6.760)	(12.886)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(3.881)	(2.974)	(3.881)	(2.974)
Adimplência de passivos de arrendamento	–	(2.883)	–	(2.883)
Pagamento de passivos de arrendamento – principal	(5.494)	5.963	(5.494)	5.963
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(2.120)	(4.248)	(2.120)	(4.248)
Partes relacionadas	3.954	21.612	9.310	21.192
Parcelamentos de tributos	(7.550)	(3.077)	(7.034)	(3.119)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(21.851)**	**1.507**	**(15.979)**	**1.045**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(160)**	**(575)**	**2.455**	**(1.235)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.854	4.429	3.895	5.130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.694	3.854	6.350	3.895
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(160)**	**(575)**	**2.455**	**(1.235)**

Alderano Américo Fileni – Diretor Presidente | **Caio Graccho de Toledo Reis** – Diretor | **Silvinei Cordeiro Toffanin** – Contador 1SP 1 920.895/0-6

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 200 LOTES - DIA: 04.06.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 04.06.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 93YRBB005RJ596114 - 3VVJ465N2JM221762 - KNAPM817BH7148456 - 93Y5SRJSGPJ312103 - 9BFZH55J5F8275524 - 9BFZD55P8EB653904 - 9BGJB75E0GB103422 - 93HFB2550CZ200654 - 9BR53ZEC488703844 - 9C6RG5010K0016270 - 9C2KC2200PR046235 - 9C6RG3840L0004299 - 9BWAA45U9FP031273 - 9BGKL69U0KG415353 - 9BFZH54J0J8069649 - 9BWAB05U3AP012488 - 9BWKB05Z974140079 - 9362NKFWXDB023541 - 9362NKFWXDB018572 - 9BD1105BCD1552917 - 9BFZE12P698999186 - 9BWAA05UXEP067206 - KMHJM81BP7U666494 - 8A1FC1415DL425644 - 9BGRX48F0BG237714 - 9BD195152F0640006 - 9BFZF10B648194561 - 9BD1105BDC1548677 - 9BGJC69X0DB282671 - 9BGRX48109G283159 - 93YHSR6P5FJ512781 - 9C2JF8500MR000883 - 93XFRH77WCCB66661 - LJ12EKS34N4705134 - 9BD265122E9002149 - 9BHCN51AAPP366339 - 9C2KC2200PR404784 - 9C2KC2210PR001922 - 9C6RG3160P0044851 - 9BGAB69W08B276527 - 9BWCA45X51T110913 - 9BWAA05Z1A4043576 - 9BD15822764705792 - KMHDC51EBAU176299 - 9BD17164G95328638 - 93YBSR1TH8J011199 - 9BFZF54P2B8101335 - 9BGTU75C09C174074 - 3GNFLME73AS606022 - 9BGXL75X0CC125249REM - 9BGTT69B04B181289REM - 9BWHB09A43P029107 - 9BFZF10B058240080 - 9BD195152C0300378 - 9BGXL75G08C724346 - 9BD197132D3095505 - 9BGKS48U0JG394584 - 9BWCA05W18P073541 - 9362NKFWXBB042860 - 93YBSR76HEJ295443 - 9362MKFWXBB062605 - 8A1LBM525AL286268 - 9BGRX4810AG250703 - KNABA24439T614598 - 9BD17140LA5447100 - 9BGRP48F0CG237210 - 9BFZH55L8H8359650 - 3FAHP0JA6CR171898 - KNAFW411BC5938230 - 9BGSU19F0CB194187 - 9BHBG51CAKP037501 - 9BD195B6NL0885331 - 9BGJC75Z0EB116420 - 9BWAA45U4EP137662 - 9BWAA05U9BP094151 - 95VZB1L5MNM001676 - 9C2JC4830LR045416 - 97N910K15FM683834 - 98861110XJK166246 - 8A1BB8W05BL794855 - 9BGEY43B0PB223966 - 9BD17102LF5957874 - 9BD17164G95310559 - 3CZRE2870BG505317 - 9BWAB45U5FP095842 - 8AJBA3CD5M1681776 - 98MXW3006J4A44032REM - 98861112XKK246752 - 93YRBB004KJ887919 - 8AD2MKFWXBG019029 - 3KPF341EBLE199840 - 935CHN6A48B541637 - 9BD15822A96200126 - SALLAAAF4AA547376 - 8AP359A1DMU133238 - 9BGKS48L0DG318498 - 9BD15804AA6374559 - 93Y5SRZ85LJ228620 - 94TT4TDE3BH010932 - 93YLSR7UHBJ570932 - 8AJKA3CD1L3078441 - 9C2KC2210MR023338REM - 9C2KC2210KR002161 - 9C2JC4830MR106561 - 9C2KC2220PR007922 - 9C6RG3160P0072412 - 9C2JF8500RR001823 - 9C6DG3320N0048119 - 9C2SD1210RR000008 - 9BGJC75E0GB177709 - 93Y5SRD04FJ707432 - SALCA2BG5FH537868 - WDDBF4DW6JJ644049 - 9BD363A11NYZ16935 - JTEBY25J060049475 - 9BHGB811BMP190889 - 93XFRH72WECD84103 - 8AFFZZFFC9J282342 - 9BD17309PB4346544 - 9BFZF55A4E8009027 - 8AFAR20FXFJ280726 - 8AJBA3FS5M0293169 - 9BHCU51AARP527365 - JMYLYV98WBJA00826 - 8AFSZZFFCJJ091916 - 9BRB29BT5K2215839 - 9BHBG51CAFP503516 - SALVA2BG1EH886579 - 935SLNFN2FB531234 - 8AFSZZFHCJJ018208 - 98861115XKK249904 - 93HRV2870GZ109323 - 9BFZF54P1C8209205 - 3GNAL7EK3CS571372 - 3C3AFFAR7DT662562 - 3VWDJ2161DM078218 - 8AD4CRFJUGG011096 - 9BFZF10A188176675 - KNAFZ414BE5043047 - 93YHSR2LAEJ765868 - 9BFZH55J8F8246521 - 93HRV2890JZ246742 - 9BGRZ08908G126418 - 9BGRY48X05G186355 - 93YLSR6RHBJ480284 - 8AD2MKFWXBG010131 - 9BD27844PC7435977 - 9BGXH80P0AC238012 - 9BHBH51DBGP548724 - 9BD17202LB3588410 - 93XFRH77WACA47922 - 9BD17164G85182595 - 8AJFZ29G0B6126451 - 9BWAA05W3CP024390 - 2FMDK4KC1DBB99652 - 8BCLDRFJVDG501043 - 9BD17102LF5984097 - 9BHBG51CAGP545510 - 9BWCA05W38P013468 - 9C2KD0810PR204484 - 9C6RG5020R0076868 - 96PZXDW16JFS00175 - 9C6KM0030E0021681 - 93YBSR76HEJ736788 - 9BWBJ6BF4L4082263 - 935SLYFYYEB521522 - KNAJT811BA7141458 - 9BGCA80X0DB331802 - 8AP196271E4066560 - 93YBSR76HEJ291481 - 8AFSZZFFCGJ355821 - 9BD195102D0454528 - 8AJYY59G8D6513491 - 9BGEB69H0LG174919.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Bradesco Seguros S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.055.146/0001-93 – NIRE 35.300.329.091

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 27.12.2023

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2023, às 10h, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Ivan Luiz Gontijo Júnior, que convidou o senhor Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa para secretário. Durante a reunião os diretores deliberaram pagar, aos acionistas inscritos nesta data nos registros da Sociedade, com base em balancete levantado no mês de novembro/2023, dividendos no valor de R$442,605796857 por ação, com a utilização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", da seguinte forma: a) aos acionistas com ações depositadas na Sociedade e que mantêm os dados cadastrais e bancários atualizados, mediante crédito a ser efetuado nas contas correntes em instituição financeira por eles indicadas; b) àqueles que não possuírem seus dados atualizados, na agência Bradesco de sua preferência, onde deverão se apresentar munidos de CPF, RG e comprovante de residência, para atualização cadastral e recebimento dos respectivos valores a que têm direito. O pagamento será feito nesta data (27.12.2023) pelo valor declarado, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95 e será computado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Ivan Luiz Gontijo Júnior, Américo Pinto Gomes, Gedson Oliveira Santos, Alexandre Nogueira da Silva, Antonio Alexandre Arias, Francisco Rosado de Almeida Junior e Vinicius Marinho da Cruz. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Bradesco Seguros S.A.** aa) Presidente: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Secretário: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 192.160/24-2, em 29.4.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.